



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 15

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 16 de março de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Buno Belo (substituídos no decorrer da Sessão pela Deputada Bárbara Chaves e pelo Deputado Jorge Jorge)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

No último dia de debate das **Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI - ["Orientações de Médio Prazo 2017/2020"](#)**, de **Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI - ["Plano Anual Regional para 2017"](#)** e de **Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI - ["Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017"](#)**, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), César Toste (*PSD*), Bárbara Chaves (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Francisco Coelho (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Jorge Jorge (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), Miguel Costa (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Iasalde Nunes (*PS*), António Almeida

(PSD), João Corvelo (PCP), Renata Correia Botelho (PS), Zuraida Soares (BE), Francisco César (PS), António Toste Parreira (PS), Mónica Rocha (PS), Alonso Miguel (CDS-PP), Ricardo Ramalho (PS), João Paulo Ávila (PS), José San-Bento (PS), bem como a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*), o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*).

Para intervenções finais usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estevão (PPM), João Corvelo (PCP), Zuraida Soares (BE), Artur Lima (CDS-PP), Duarte Freitas (PSD), André Bradford (PS) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Submetidas à votação, as iniciativas legislativas em apreço foram aprovadas, tanto na generalidade como em votação final global, por maioria.

Os trabalhos terminaram às 5 horas e 10 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para que seja possível fazer a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 48, Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum, declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar com o debate sobre as matérias que estão em agenda.

Hoje iniciamos com as áreas da energia, ambiente e turismo.

Para o efeito tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*): Exmos/as Senhora Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Energia, Ambiente e Turismo: é na defesa concertada destas três áreas que hoje venho a este plenário apresentar o Plano e Orçamento desta Secretaria recentemente criada.

A presente XII legislatura marca, de forma vincada, a preocupação do Governo dos Açores em potenciar o crescimento económico do nosso arquipélago, com a salvaguarda intransigente das características que tornam as nossas ilhas diferentes e peculiares a nível mundial.

Temos taxas de crescimento cada vez maiores na Região, é certo, mas o desenvolvimento dos Açores tem de passar, obrigatoriamente, por uma gestão integrada destas áreas, enquanto motores fundamentais para o progresso, que queremos aprofundado.

Falar em crescimento implica termos presente todas as questões que permitem a sustentabilidade dos Açores enquanto local único e estratégico, permanentemente, com uma visão local e a uma escala global.

Sim, este Governo, mais do que ferramentas, tem uma visão integrada que faz deste arquipélago, em todas as suas nove ilhas, um lugar particular e ímpar, em primeiro lugar, para todos os Açorianos, ao mesmo tempo que,

cada vez mais, é reconhecido por quem nos visita com estas qualidades de bem-estar, de bem receber e de bem viver.

Dos Açores, nos Açores e para o mundo. É assim que esta Secretaria se encontra focada. A nossa missão é só uma: potenciar o crescimento da Região, ao mesmo tempo que protegemos as nossas características ambientais, ao fomentarmos políticas cada vez mais eficientes na conservação de cada particularidade do Corvo a Santa Maria.

Defendemos, por isso, que o desenvolvimento turístico dos Açores passe, forçosamente, por uma oferta ambiental impar, aliada à sustentabilidade energética, numa estratégia concertada para salvaguarda dos recursos naturais, que potencia a atividade turística do arquipélago dos Açores como destino de natureza.

O que é que nos diferencia? É um exercício que fazemos diariamente, para nunca nos esquecermos do nosso propósito. E temo-lo bem presente.

Cada um de vós partilhará, sem dúvida, que a nossa diversidade é a nossa principal certeza.

Através dos investimentos preconizados neste Plano para 2017, evidenciaremos as nossas diferenças, em cada uma das três áreas.

O investimento público de cerca de 24 milhões de euros para melhorar a sustentabilidade, a utilização dos recursos e as redes do território é a prova de que o respeito pelas questões ambientais, aliadas à energia, enquanto setor fundamental para um desenvolvimento ainda mais sustentável,...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: ... é uma prioridade para o Governo Regional dos Açores.

A diversidade biológica é um dos nossos principais valores, pelo que existe uma aposta na sua salvaguarda, destacando-se aqui o trabalho de

preservação das espécies endémicas e a estratégia de controlo das espécies exóticas invasoras.

Nesta perspetiva de conservação da natureza, não podemos esquecer que os Açores têm nove Parques Naturais de Ilha, os quais integram 123 áreas protegidas, com uma área total de 180 mil hectares, dos quais 56 mil hectares de área terrestre, o que corresponde a 24% do nosso território emerso.

Constituem-se, por isso, como uma estrutura integrada e coerente que assegura a preservação e projeção do património natural e cultural e da biodiversidade e geodiversidade, no qual continuaremos, seguramente, a investir.

Outro enfoque importante na parcela ambiental são os recursos hídricos, isto porque a água é outro recurso natural cuja preservação é essencial aos ecossistemas.

Aqui é importante frisar que uma das prioridades é dar continuidade à recuperação do estado trófico das massas de águas degradadas das nossas lagoas, enquanto importantes reservatórios de recursos hídricos e elementos marcantes da paisagem açoriana.

Já com este propósito, é de ressaltar que este ano já foi aprovado o Plano de Gestão dos Recursos Hidrográficos que vigorará até 2021 e estão a ser revistos os Planos de Gestão de algumas das Bacias Hidrográficas, nomeadamente Sete Cidades e Furnas.

Não nos esqueçamos da importância de manter uma adequada gestão dos resíduos, enquanto eixos fundamentais da estratégia de desenvolvimento, a par do incremento de uma efetiva cidadania ambiental.

Os dados divulgados esta semana falam por si: no ano de 2016, a reciclagem de resíduos de embalagens provenientes da recolha seletiva foi

de 54,7 kg por habitante nos Açores, claramente acima da média nacional, de 31 kg por habitante.

Neste caso em particular, continuamos empenhados em implementar, com sucesso, uma estratégia baseada na prevenção e redução da produção de resíduos, que já se tem vindo a refletir na redução da produção de resíduos urbanos, de forma consistente, acompanhada do incremento substancial da reciclagem.

Esta realidade, associada à problemática dos efeitos das alterações climáticas, reivindica um adequado planeamento e mecanismos de intervenção ao nível do território, que passam pelo desenvolvimento de sistemas de monitorização e alerta de riscos naturais, no qual destacamos a conclusão do Plano Regional para as Alterações Climáticas até ao final deste ano.

E, neste sentido, o setor da energia é o que mais pode contribuir para um desenvolvimento sustentável capaz de combater as alterações climáticas, em equilíbrio com o crescimento económico.

Por isso, as nossas prioridades passam, nesta matéria, por aumentar a eficiência energética, promover a mobilidade elétrica, inteligente e sustentável e potenciar a integração de energias renováveis.

Assim, para 2017, temos como objetivo primordial o desenvolvimento de uma estratégia ancorada nos objetivos de aumentar a eficiência energética, reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, reduzir a dependência e os custos inerentes à utilização de combustíveis fósseis.

Temos como grande objetivo que em 2020 seja possível alcançar 60% de produção de eletricidade com origem em fontes renováveis e endógenas, combinando-as com sistemas de armazenamento, de forma a assegurar a qualidade e segurança do abastecimento às populações.

Pretendemos potenciar os Açores, enquanto espaço insular, como um verdadeiro 'Living Lab' de soluções inovadoras num contexto nacional e europeu.

Pretendemos também levar a cabo ações de sensibilização no setor energético, não só nos jovens, por serem os agentes principais na promoção da eficiência energética, repercutindo os comportamentos para o ambiente familiar e comunidade envolvente, mas também na administração pública e nas empresas dos diversos setores de atividade.

O compromisso é de fortalecer a cooperação em prol de uma Região energeticamente eficiente, dando a conhecer quais as melhores práticas que permitem reduzir custos por setor e com o objetivo de reforçar a sua competitividade e inovação.

Toda esta ação de salvaguarda do nosso património faz com que o desenvolvimento dos Açores seja cada vez mais sustentável e o crescimento da atividade turística só pode registar valores ainda mais animadores se for totalmente concertada com este caminho.

Desde 2014 que registamos um impulso no turismo, fruto do esforço conjunto entre agentes privados e Governo.

E assim, sem descurar o item das acessibilidades, a assinatura de qualidade que queremos na Região é a da certificação pela natureza, posicionando o turismo dos Açores como um turismo aliado do ambiente.

Foi este o caminho que levou ao sucesso do Destino e aquele que queremos continuar a desenvolver como a estratégia segura.

Mas, mais do que sermos reconhecidos pela beleza das nossas ilhas, o posicionamento está a consolidar-se num jogo duplo entre a contemplação da paisagem e o usufruto de atividades de animação turística.

A panóplia de possibilidades, em terra e no mar, em cada uma das nossas nove ilhas constitui desafio de desenvolvimento do setor, ao potenciar as particularidades dos produtos primários de cada uma delas.

Focados na classificação do destino, a aposta será mantida no investimento da consolidação de uma oferta turística assente na fruição ativa dos espaços naturais, nomeadamente através das atividades de pedestrianismo, cicloturismo, trail run, observação de cetáceos, mergulho, observação de aves, canyoning, surf, body board, entre outros, que permitem contrariar a sazonalidade e potenciar o crescimento das atuais taxas de ocupação.

Pretendemos continuar a incrementar as condições para a utilização dos nossos trilhos, nomeadamente através da implementação de novos e do reforço das “Grandes Rotas”.

Desta forma, promove-se uma visão integrada do recurso, no que à prática de atividades diversas diz respeito em animação turística, em terra, pretendendo-se criar pequenas instalações, ao longo dos percursos, que proporcionem o conforto mínimo aos visitantes, sejam eles pedestrianistas, cicloturistas ou trail runners.

Este produto turístico tem especial impacto num destino como o dos Açores, atendendo aos sucessivos prémios de excelência como destino turístico sustentável.

Uma das ofertas que também merece destaque é a aposta na sofisticação dos serviços e infraestruturas relacionadas com a saúde e bem-estar, em especial na área do termalismo, através do aproveitamento turístico dos recursos termais endógenos, neste caso em concreto, os muitos milhões de litros de águas quentes que temos disponíveis.

A componente da formação terá especial atenção, ao nível da formação inicial, valorização das competências dos ativos atuais, bem como formação com vista à requalificação.

Não esquecemos a importância do desenvolvimento da política de turismo a concretizar através da revisão do Plano de Ordenamento Turístico com uma análise da oferta, nas suas diversas tipologias, explorando as potencialidades individuais de cada ilha.

E, finalmente, a maior parcela de investimento deste setor centra-se na promoção do destino.

Efetivamente, a nossa aposta tem passado, e continua a passar, por aumentar a notoriedade internacional dos Açores como um destino de Natureza de Excelência, procurando reforçar, perante os mercados externos, o nosso posicionamento em prol desta imagem, pondo em destaque as nossas características de sustentabilidade, ambientais e paisagísticas.

Não somos um destino de massas, mas temos ampla margem para crescer através dos mercados potenciais, trabalho esse que iremos reforçar com a captação de fluxos turísticos, participação em ações de promoção do destino e com políticas que privilegiem eventos que apresentem um efetivo retorno promocional e gerador de fluxos, nomeadamente no segmento do desporto e dos eventos associativos.

Em termos globais, e através do PEMTA (Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores), propomo-nos dar prioridade à qualificação do destino no que diz respeito à inovação de produtos e serviços e à consolidação de uma oferta diversificada; à promoção da sustentabilidade interna da atividade turística em todas as suas vertentes e da sustentabilidade de fluxos turísticos que resultem na criação efetiva de

emprego e de riqueza; ao aumento da eficácia da promoção e aumento da eficiência nas acessibilidades.

O Plano e Orçamento para 2017 prevê investimento público de 26 milhões de euros para fomentar o crescimento económico e o emprego, através do setor do turismo, que, por si só, já se constituiu como um motor essencial para a criação de riqueza na Região.

A prova disso é o facto de, em 2016, termos sido a ser a Região do país onde se evidenciou o maior crescimento nesta área, com um aumento de 26% face ao período homólogo, fixámo-nos praticamente nos dois milhões de dormidas, para além de termos conseguido ultrapassar a barreira dos 70 milhões de euros em termos de proveitos totais, representando um crescimento de 30% face ao ano anterior.

Deputado Pedro Moura (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao emprego, o número de pessoas que está empregada em unidades de hotelaria tradicional e de turismo em espaço rural nos Açores aumentou de 1.484, em 2015, para 1.951 em 2016, o que traduz um aumento de 31,5%.

Estes valores representam o crescimento da atividade turística e desafiam-nos, a todos, Governo Regional e privados, para o posicionamento dos Açores como um destino de referência entre os mercados potenciais e prioritários, aumentando a sua notoriedade com vista a estabilizar fluxos turísticos existentes e a captar novos.

Porque defendemos um crescimento turístico harmonioso com a natureza, que não ponha em causa a sustentabilidade do nosso destino e a valorização da identidade açoriana, a nossa prioridade é proteger e preservar o património natural e cultural dos Açores,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ... criando condições para que a qualidade de vida das nossas comunidades nunca seja comprometida, nem no presente, nem no futuro.

E sobre identidade, já dizia o poeta Emanuel Félix: deixei o meu relógio algures numa fajã / onde não contam nem horas nem minutos.

É este seu jardim real que queremos atravessar todos os dias para continuarmos a garantir a nossa autenticidade.

Vivamo-la nós e quem nos visita de forma memorável.

Por tudo isto, estamos empenhados em continuar a transmitir à sociedade açoriana as externalidades positivas proporcionadas pelo desenvolvimento do setor do turismo enquanto motor de desenvolvimento económico, social e cultural dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas queremos cumprir este propósito, fazendo jus à expressão “Certificados pela Natureza”, potenciando a harmonia entre a criação de riqueza e emprego na Região, sem nunca perder de vista as implicações do crescimento da atividade turística nos frágeis ecossistemas naturais.

É este o caminho que queremos trilhar.

Atuaremos sempre e, em primeiro lugar, na defesa do nosso património natural. É esta a nossa maior riqueza.

Muito obrigada.

Deputado José San-Bento e André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Difícilmente se pode considerar sério um Governo Regional que nos sucessivos discursos no setor da energia despreza as estratégias que ele próprio desenha e que consistentemente falta à verdade quando não cumpre as metas e os objetivos que publicamente anuncia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Perguntamos assim, e para que se constate essa falta de seriedade, se as várias intervenções do anterior chefe do executivo açoriano, realizadas em 2012, que davam a garantia da construção de duas centrais hídricas reversíveis, uma na Terceira e outra em São Miguel,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... para armazenar energia renovável excedentária no período noturno de vazio, em que se desperdiça energia renovável por falta de consumo, foram ou não um logro?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Miguel Costa (PS): Está a falar do que não fez!

A Oradora: Perguntamos se outras metas e objetivos anunciados, como por exemplo os no âmbito da mobilidade elétrica, cuja concretização caiu sistematicamente por terra,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... não colocarão em causa a credibilidade de todas e quaisquer estratégias que venham a ser alinhavadas pelo Governo Regional?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Em matéria de ambiente e em relação à estratégia para a gestão de resíduos na Região, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores exige saber do Governo se o Governo Regional dos Açores continuará a demitir-se das suas responsabilidades no âmbito da temática da gestão de resíduos na Região, em específico no que diz respeito à intenção de construção de uma incineradora na Ilha de São Miguel.

Como é do conhecimento público, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores está disponível para que haja um cabal esclarecimento à população e para analisar até às últimas consequências eventuais alternativas que nos sejam apresentadas.

Deputado André Bradford (PS): O que é que os senhores já fizeram nessa matéria?

A Oradora: Bem sabemos que alguns elementos da bancada do Partido Socialista consideram que a seriedade não é uma qualidade fundamental dos políticos,...

Deputado Luís Rendeiro (PS): Muito bem! Bem lembrado!

Deputado Miguel Costa (PS): Não é verdade!

A Oradora: ... mas, e discordando por completo desta visão, pedimos à Sra. Secretária Regional do Ambiente e Turismo que, com toda a honestidade e seriedade que lhe é exigida,...

Deputado Francisco César (PS): O exemplo de seriedade tem que ser dado por todas as bancadas!

A Oradora: ... até pelas responsáveis governativas que tem, nos esclareça e esclareça os micaelenses e esclareça os açorianos, sobre esta matéria de uma vez por todas.

Sra. Secretária, para finalizar, o turismo tem, e muito bem, sido, desde 2015, atividade económica com maior crescimento registado nos Açores. Aliás, foi seguramente a única atividade com registo positivo na economia açoriana,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Mentira! Leia as estatísticas!

A Oradora: ... tendo igualmente contribuído para o crescimento de outros setores como a construção civil, sabemos isso.

Mas...

Deputado Manuel Pereira (PS): Mas!...

A Oradora: ... dos 26.4 milhões de euros contemplados no Plano para 2017, no desenvolvimento do turismo, que representam menos de 4% do total do investimento do Plano, apenas 3 milhões de euros são destinados à qualificação do destino, uma redução de 21% em relação a 2016.

Deputado André Bradford (PS): Veja lá o que conseguimos fazer com pouco! O setor que mais cresce...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Qual é a pergunta?

A Oradora: Porém, estando contempladas nas áreas de ambiente e obras públicas alguns programas e medidas cujo fim poderá ser eventualmente o da qualificação do turismo, perguntava-lhe qual o efetivo valor do Plano que se pode considerar como qualificação do turismo?

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Exma. Senhora Presidente, Exmas/os Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Exmos. Membros do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores:

Haja saúde!

Na análise deste Orçamento fala-se de ambiente, mas o ambiente da Terceira está na ordem do dia e isto reflete-se nos Açores e é um problema que deve preocupar a todos os açorianos.

Para mim como terceirense e praiense as palavras que vou citar de seguida são muito graves. Cito:

“Estou absolutamente estupefacto com as exigências açorianas contidas no PREIT.

Ninguém aprova uma coisa que exige a um governo nacional, que exija a um governo estrangeiro, que financie em 167 milhões de euros o orçamento nacional do país sem sequer contactar antes o governo estrangeiro. A diplomacia de quem uneira já acabou”.

Citei o Ministro de Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva, que no dia 25 de fevereiro respondeu aos 167 milhões de euros anuais, exigidos pelos Açores, junto das autoridades americanas para revitalização económica da Ilha Terceira, após a reestruturação da Base das Lajes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Dói, não dói?

O Orador: Peço-vos que percebam que não vos estou a atacar, mas a reportar alguém que atacou os Açores e desprezou a vossa cor partidária.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Mónica Seidi e Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: É grave! Foi preciso os Deputados do PSD-Açores, na República, insistirem para se perceber de uma vez por todas a posição da República, do PS, em relação ao vosso projeto ambiental de revitalização para a Ilha Terceira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: É desta forma que se vê a seriedade de algumas pessoas que estiveram nos Açores e disseram sim ao PREIT e depois cortaram aos bocadinhos mal chegaram a Lisboa.

Deputados João Bruto da Costa e Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi desta forma acentuada, Sra. Secretária,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Devia ser acintosa, isto de acentuada!...

O Orador: ... que o Ministro Augusto Santos Silva considerou o assunto da descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória e o ambiente na Terceira.

Apesar do Sr. Ministro vir dar o dito por não dito, apesar do comunicado do Governo e do Dr. Vasco Cordeiro ter dito que já havia falado com o Ministro, isso não descansa o PSD-Açores e tenho a certeza que isso não descansa os terceirenses.

O processo de descontaminação das zonas adjacentes à Base das Lajes, na Praia da Vitória, está parado...

Deputado José San-Bento (PS): Não está parado, não senhor!

O Orador: ... e não se conseguem as próximas medidas a prosseguir pela Administração dos Estados Unidos da América.

Sra. Secretária, esclareço mais uma vez que não estou a criticar o que foi feito em todo o processo da Base das Lajes, mas se soubesse que a sua saúde pública pode estar em risco, certamente perguntaria o que lhe vou perguntar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!... Bem-vindo ao clube! Os senhores não assumiam isso!

O Orador: Que compromissos efetivos e concretos a República assumiu ao Governo Regional na área ambiental?

Que prioridades vão ser assumidas na próxima bilateral relativamente à descontaminação?

Que valores vão ser exigidos pela República na próxima bilateral relativamente ao passivo ambiental?

O Governo da República vai exigir 167 milhões de euros ao Governo dos Açores Unidos da América?

Os terceirenses podem estar descansados com o recuo do Ministro?

Acham que as medidas adotadas, desde 2012, são suficientes e vão ao encontro da urgência da situação?

A população da Ilha Terceira pode estar descansada relativamente ao risco de saúde pública?

Desculpe o grande número de questões, mas sempre me disseram que não se brinca com coisas sérias...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e o que se passa na Praia da Vitória é demasiado sério para alguém dizer que a qualidade de vida dos praienses vale zero.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Deputado André Bradford vai dizer que não teve nada a ver com isso!

Deputado João Vasco Costa (PS): Tome calma! Tome calma!

Deputado André Bradford (PS): Eu não vou dizer nada, mas se for preciso também digo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do CDS-PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Espero que este tempo seja descontado à bancada do PS.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começamos esta manhã com as questões associadas à energia, ao turismo e ao ambiente.

Relativamente ao setor da energia eu gostaria de dizer que é com agrado que o Grupo Parlamentar do PS vê o desenvolvimento e a fase onde estamos atualmente ao nível do setor da energia e das energias renováveis.

Foi um caminho que foi necessário ser feito, um caminho árduo, que nos últimos anos teve uma evolução bastante considerável...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Um falhanço!

A Oradora: Não falhou, Sra. Deputada Catarina. Este setor não falhou.

Só falhou ou só esteve mais parado nos anos de 2011, mais ou menos, 2012, altura em que não se conhecem grandes evoluções ao nível do setor energético.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Não vá por aí Sra. Deputada! Não vá por aí, de certeza!

A Oradora: Passada essa fase, Sras. e Srs. Deputados, foi preciso fazer um caminho, foi preciso estudar-se, foi preciso implementar, foi preciso criar estratégias.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): O problema é esse, estuda-se, estuda-se, estuda-se! Tanto estudo!

A Oradora: Essas estratégias são necessárias fazer ao longo do tempo, tanto na energia como em outros setores.

Portanto, chegámos hoje à fase em que vamos implementar estas medidas, em que vamos cumprir regras, em que vamos fazer com que os Açores sejam hoje, ou passem a ser, uma região energeticamente sustentável.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: É por isso que trabalhamos, é por isso que estamos a trabalhar, é por isso que estamos aqui com toda a convicção e com toda a determinação e a confiança que os açorianos nos deram para governar esta terra.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não vai lá com convicção!

A Oradora: Relativamente à incineradora e ao desafio que a Sra. Deputada Catarina fez para que o Governo e o Partido Socialista...

Nós somos o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que suporta politicamente este Governo, temos toda a legitimidade aqui, nesta Casa, em qualquer lado, de falar e de explicar aquilo que consideramos que é importante e que também está em consonância com aquilo que o Governo Regional diz.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, vou responder a esta questão.

A Sra. Deputada falou sobre a incineração na Ilha de São Miguel, sobre a Central de Valorização Energética na Ilha de São Miguel.

Eu acho que é até uma falta de respeito trazer esta questão...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): É falta de respeito pelos cidadãos, pelo menos pelos micalenses que estão preocupados com esta situação!

A Oradora: ... desta forma, de um modo tão acutilante, porque está a decorrer,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só porque os senhores não gostam?

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Respeite os micalenses, Sra. Deputada!

A Oradora: Se eu puder falar, se o senhor me deixar falar, eu explico.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: E como eu não falo para si, falo para os açorianos, vou continuar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: É uma falta de respeito, porque existe uma petição decorrer...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Existe, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que tem que ser apreciada, em que há uma data de diligências que vamos fazer e é inadmissível vir aqui pedir que o Governo Regional...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ou o Partido Socialista digam se são a favor ou contra uma iniciativa que está a ser apresentada, que está a ser analisada em Comissão, e é uma falta de educação estar a falar sobre essa questão aqui.

(Aplausos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo.

Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e os Deputados da bancada do PSD)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é a iniciativa, Sra. Deputada! É a estratégia regional!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Não obstante essa questão, julgo que é importante referir aqui, neste momento e no curto espaço de tempo que tenho para intervir, que o Governo Regional já disse, já assumiu, e nós também concordamos e estamos em sintonia, que essa responsabilidade é dos municípios da Ilha de São Miguel.

Tal como foi a decisão da valorização energética na Ilha Terceira, também na Ilha de São Miguel terão que ser os municípios a organizarem-se e a gerirem os seus resíduos da maneira que acharem mais adequado, tendo em conta a hierarquia de gestão de resíduos, tendo em conta o respeito pelas metas e pelas regras impostas ao nosso país por parte da União Europeia.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): A Sra. Deputada sabe qual é a posição dos municípios de São Miguel sobre essa matéria?

Deputado Paulo Parece (PSD): Não vá por aí, Sr. Deputado!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sabe o que é o PEGRAA?

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço-vos a todos um pouco de silêncio para que o Sr. Deputado Paulo Mendes possa fazer a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional assumia no seu Programa do Governo que iria alterar o Plano de Ordenamento do Território após a alteração do Plano Regional de Turismo, e depois adequar aquele às conclusões que retirasse do Plano de Turismo.

Mantém o Governo Regional a intenção de prosseguir com este processo?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tomo a palavra para, de forma rápida e em relação às questões que foram referidas, desde logo pelo Sr. Deputado César Toste, dizer de forma muito clara o seguinte:

Hoje, a mim preocupa-me mais a situação concreta da descontaminação de solos na Ilha Terceira do que os estados de espírito do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas devia preocupar-se, Sr. Presidente. O que ele disse é muito grave!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Em relação a esta matéria o que eu gostava de dizer é o seguinte:

A posição que o Governo Regional tem transmitido nas comissões bilaterais é muito clara: é responsabilidade, em primeiro lugar, dos Estados Unidos, limpar, digamos assim (não é digamos assim, é mesmo assim!), o passivo ambiental que deriva da presença de forças militares norte-americanas na Ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é bem assim!

O Orador: Há estudos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que têm feito a monitorização e que têm, segundo creio, sido enviados a esta Assembleia. Portanto, esta Assembleia está devidamente informada sobre a evolução que este assunto tem tido. Essa evolução não é satisfatória para o Governo Regional dos Açores, e, portanto, achamos que é preciso fazer mais e melhor.

Em relação à componente do Governo dos Estados Unidos, do Governo da República, há uma coisa que eu sei de forma muito clara: não é responsabilidade do Governo Regional dos Açores,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está ali sentado um dos responsáveis pelo problema, o Sr. Deputado André Bradford! Nós não nos esquecemos!

O Orador: ... nem é responsabilidade dos açorianos, limpar o passivo ambiental deixado pelas forças dos Estados Unidos da América.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Cinco anos do seu Governo, tem responsabilidade sobre o passivo ambiental!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se fosse um Ministro do PSD a dizer aquelas afirmações, queria ver o que diziam dessa bancada!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Presidente do Governo está no uso da palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Nós também quando falamos estamos no uso da palavra, Sra. Presidente!

O Orador: Espero que o tempo seja descontado.

Presidente: Naturalmente que sim.

O Orador: E é a partir daqui que a posição do Governo dos Açores é muito clara.

Portanto, o Governo da República fará como entender. Aliás, foi sempre isso que nós dissemos quando apresentámos o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira que contempla essa parte.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que segundo o Ministro vale?

O Orador: Nós achamos que é uma responsabilidade do Governo dos Estados Unidos, mas isso aí já é uma relação entre o Estado Português e os Estados Unidos da América. O que não pode nunca é ser uma responsabilidade dos Açores e dos açorianos.

Portanto, o Governo da República fará... Há neste caso, digamos assim, uma obrigação de resultado e o resultado é, tem que ser limpo.

Está a ser limpo não da forma como nós gostaríamos que fosse, desde logo em termos de rapidez, há uma monitorização efetiva e esta câmara tem sido informada sobre essas questões.

Nesse assunto continuará a ser resolvida a questão laboral, este assunto é a prioridade das prioridades no posicionamento do Governo dos Açores no âmbito das comissões bilaterais.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não se resolve com palavras, Sr. Presidente, resolve-se com posições firmes sobre essa situação!

O Orador: Segunda questão relativamente à Sra. Catarina Chamacame, do Grupo Parlamentar do PSD.

Sra. Deputada, eu não coloco a questão no registo que a Sra. Deputada o colocou, mas de qualquer das formas coloco nesta perspetiva em relação a esta questão:

O que há fundamentalmente que ter é coerência, responsabilidade e memória. E julgo que estas três qualidades conduzir-nos-ão bem, no meio deste processo dos resíduos, da gestão de resíduos e da incineração.

Quando me refiro a coerência, responsabilidade e memória estou a referir-me a que nós não podemos, em matérias dessa responsabilidade, agir consoante as circunstâncias.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é a pior coisa que pode acontecer!... Isso é a pior coisa que pode acontecer!

Em 2008 foi aprovado nesta Assembleia, com os votos favoráveis do Partido Socialista e do CDS, e com a abstenção do PSD, um Plano Estratégico de Gestão de Resíduos que previa expressamente a questão da valorização energética.

A Sra. Deputada certamente não viu a entrevista que eu tive a oportunidade de dar à RTP-Açores, mas nessa entrevista digo que isto é uma questão de lei. Não é uma questão de opinião, é uma questão de lei, seguir aquilo que está fixado e que, aliás, foi decidido por esta Assembleia.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Fixado no Plano? Nesse Plano que foi aprovado?

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria, já desde 2008 que pelo menos está prevista esta questão.

Mas há mais. Em 2011 foi aprovado nesta Assembleia, a 29 de setembro de 2011, o Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos, que estabelecia também uma determinada garantia nos processos de gestão de resíduos e que contemplava a valorização energética.

Esse diploma foi aprovado com os votos favoráveis do PSD,...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Existem várias formas de valorização energética!

O Orador: ... do PS, do CDS-PP, com o voto conta do PCP e com a abstenção do Bloco de Esquerda.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quantas formas de valorização energética o Sr. Presidente conhece?

O Orador: E sabe, Sra. Deputada, este Decreto tinha um artigo que estabelecia a ordenação dos processos de gestão de resíduos, todas as questões que se colocam nesse âmbito, qual era a prevenção, a reutilização, a reciclagem, e há um partido político que apresenta uma proposta de alteração que fundamentalmente acrescentava a um artigo proposto pelo Governo de então que dizia assim: “a valorização e a eliminação de resíduos devem ser providos tendo em conta os princípios da hierarquia das operações de gestão e da prevenção e redução de resíduos estabelecidos nos artigos 11.º e 14.º”.

Começava pela questão da prevenção e redução, da preparação, o penúltimo era a valorização energética e no fim a eliminação. E há um partido que nesta Casa apresenta uma proposta de alteração que

fundamentalmente o que dizia era (acrescentou): “sem prejuízo da adoção de forma diversa aceite pela autoridade ambiental considerando o ciclo de vida daqueles resíduos”. Ou seja, poderia alterar-se a hierarquia. Sabe quem é que apresentou essa proposta de alteração? O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata!

Sabe quem é que subscreveu a proposta de alteração? O seu líder parlamentar, Duarte Freitas.

Mas mais!... Mas mais!... Mas há mais! Eu já lhe digo.

Cito: “Do mesmo modo, temos que sem rodeios assumir que a não implementação dos centros, que são diferentes, de valorização energética de resíduos em São Miguel e na Terceira, colocam em causa a implementação e cumprimento do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores, mais conhecido pela sigla PEGRA, o qual que até já deveria estar concluído.”

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olhe, as ilhas do triângulo não estão a enviar os resíduos para a Central Energética da Ilha Terceira e deviam!

Presidente: Srs. Deputados, por favor.

O Orador: Já lá vamos.

Continuo a citar e a dizer:

“No momento atual, não há melhor alternativa disponível para resolver o problema dos resíduos, na Região e na Terceira.”

Sabe quem é que disse isso?

O Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E bem!

O Orador: Sabe quando é que o Sr. Deputado Luís Rendeiro disse isso? A 12 de fevereiro do ano passado.

Que coerência, que responsabilidade e que memória têm os senhores para falar disso?

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado José San-Bento (PS): É melhor pedir um intervalo para coordenar isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(Diálogo entre o Presidente do Governo Regional e o Deputado Artur Lima)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, antes que tenha que atribuir mais cinco minutos à bancada do PS, agradeço algum silêncio para que o Sr. Deputado Francisco Coelho possa iniciar a sua intervenção.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado César Toste, é bem verdade: haja saúde, Sr. Deputado! E nós bem precisamos de saúde, designadamente ao nível de uma coisa fundamental, que é a memória.

A respeito de memória e de falta dela eu gostava de lhe fazer desde já uma declaração de princípios: para o Partido Socialista e para o Governo dos Açores suportado pelo Partido Socialista a falta de memória é sempre criticável e será sempre denunciada, venha da parte de um Ministro

Socialista, venha da parte de qualquer deputado desta Casa, venha da parte de um líder partidário com assento nesta Casa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Vamos então à memória e amnésia. Eu começo por lhe lembrar que, independentemente das amnésias, este Governo da República assinou uma declaração conjunta, ao mais alto nível, com o seu Primeiro-Ministro onde estabelece que o PREIT é um documento orientador na intervenção da questão das Lajes para este Governo da República.

E na sequência disso muito tem sido feito, embora ainda falte naturalmente fazer, e nós bem sabemos, coisas importantes que estão neste documento, mas também é justo dizer que já foram feitas algumas (muitas!) que não estão neste documento.

O Governo da República não teve amnésia ao nível das acessibilidades e de uma compensação para a Ilha Terceira quando resolveu ser o responsável e apoiar a Ryanair para voar para a Terceira.

Deputada Mónica Rocha e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Aí quem teve amnésia, ou então um delírio generoso durante a última campanha eleitoral, foi o Sr. Deputado Duarte Freitas que disse que a Ryanair veio, mas só veio quando o Governo da República do Partido Socialista...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Sempre agarradinho ao telefone! Está tão estafado esse estudo!

O Orador: ... fez com que ela viesse.

Depois também, Sr. Deputado, é preciso não esquecer ao nível da amnésia que o Partido Socialista sempre se preocupou com a descontaminação da

Base das Lajes, e o Partido Socialista sabe que ela não piora, nem melhora, consoante a cor dos Governos da República.

Portanto, também quando o Governo da República anterior andava aos papéis e nada sabia sobre a descontaminação, nós já estávamos preocupados. A ERSARA já tinha contratado o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, os americanos já tinham assumido (porque assumiram!) que há um dano, que há responsabilidades e que essa responsabilidade é sua...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor assumiu, o Sr. Deputado André Bradford é que não!

O Orador: ... e têm-na mantido, independentemente do ritmo e da eficácia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa memória!! Foi... foi...

O Orador: Portanto, nesta matéria é preciso que não haja amnésia.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Amnésia maior que a do Sr. Ministro!...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Por falar em amnésia e porque os Srs. Deputados... Tenha calma, o Sr. Deputado Rendeiro não se excite. Ainda perde alguma memória.

A respeito de memória, os Srs. Deputados do PSD gostam muito de fazer perguntas, mas não gostam nada de ter que dar respostas em nome da memória.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Eu, a este respeito, tenho por acaso na minha frente, um recorte do Diário Insular, de 9 de abril de 2015, onde vejo uma fotografia, a preto e branco, mas a culpa será provavelmente da minha cópia, do Sr. Deputado Duarte Freitas, ao centro, muito bem ladeado sob responsáveis políticos do

PSD-Terceira, a anunciar aos terceirenses a criação de um Grupo de Trabalho do PSD...

Deputado José San-Bento (PS): Mais um grupo de trabalho!

O Orador: ... com o sugestivo título “Praia da Vitória futuro”, para apresentar um conjunto de iniciativas, quer junto da União Europeia, quer junto do Governo da República, para apoiar a situação económica e social da Ilha Terceira.

Talvez seja tempo (Sr. Deputado Duarte Freitas peço-lhe um esclarecimento),...

Deputado José San-Bento (PS): Mais um grupo de trabalho enalhado!

O Orador: ... de nos dar conta do que é que efetivamente terá resultado desse grupo de trabalho, que certamente não reuniu uma única vez para o Diário Insular... Não acredito nisso!

Deputado José San-Bento (PS): Eu também não acredito!

O Orador: O Sr. Deputado vai com certeza esclarecer-me em nome da memória, Sr. Deputado. Aí ficaremos todos mais descansados e diremos com propriedade, haja saúde!

Muito obrigado.

Deputada Mónica Rocha e Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): O Ministro diz o que diz e depois viram-se para o PSD!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer, só para quem não sabe, que valorização energética não se cinge à incineração. O próprio PEGRA, o Plano inicial que constituiu a visão do Governo conforme resolução que determinou a sua elaboração, diz que era a visão do Governo e o PEGRA o que diz é que existem diversas tecnologias disponíveis para a valorização energética e que caso fosse para São Miguel, se fosse essa a opção,...

Deputado José San-Bento (PS): Mas qual é a posição do PSD?

A Oradora: ... deveriam todas essas alternativas tecnológicas ser estudadas.

Foram? Não!...

Como é que se parte para uma solução...

Deputado José San-Bento (PS): É com um estudo!

A Oradora: ... e como é que se decide por uma solução sem se estudar todas as alternativas?

Nós estamos aqui, a população micalense quer saber por que é que não foram estudadas as outras alternativas?

Deputado André Bradford (PS): A senhora já perguntou ao Presidente de Câmara de Ponta Delgada?

Deputado Paulo Parece (PSD): Não, perguntou foi ao de Vila Franca!

A Oradora: Se nos provarem, se houver uma sustentação para uma das soluções, estamos prontos para aceitar. Agora, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo, façam o vosso trabalho! Não enganem os açorianos! Não enganem os micalenses, se faz favor! Aqui, não somos um grupo de maniatados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Vocês estudam, estudam, estudam, mas as conclusões...

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Vocês???

Deputado José San-Bento (PS): Manietados?! Essas conversas que têm da opinião do grupo parlamentar...

A Oradora: Não sabe o que é? Quer que eu lhe explique?

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: Só para dizer que sendo o PEGRA a visão do Governo, o Governo tem efetivamente responsabilidades nesta matéria. Portanto, não fujam por entre os pingos da chuva.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas porque essa questão parece-me que deve ficar bem esclarecida.

A Sra. Deputada não tem razão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo vai ficar sem tempo!

O Orador: O PEGRA falava na valorização energética por incineração.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Não, não falava!

O Orador: Falava sim senhora.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Não senhor, não falava!

O Orador: O documento de 2008 falava e neste o PSD absteve-se.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Qual era a solução para a Terceira?

O Orador: No outro que também estava, o PSD votou a favor.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Qual era a solução para a Terceira?

O Orador: A questão é outra.

Então por que razão é que os senhores apoiam a incineração...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Biomecanização e alterou-se!

O Orador: ... na Terceira e não apoiam em São Miguel?

Apenas porque em São Miguel surge mais contestação? É isso? É isso?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Qual é a solução para Terceira, Sr. Presidente? Quem é que está a faltar à verdade?

O Orador: É a isto que está reduzido aquele que se diz o maior partido da oposição? Não acredito.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Duas ou três explicações, porque hoje, aqui, quem está em julgamento é o PSD, não é maioria, nem o Governo Regional.

Deputado Francisco Coelho (PS): Estamos todos, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É a tentativa habitual e é a singularidade da política açoriana.

Os senhores o que gostavam mesmo era de uma espécie de Ação Nacional em que toda a gente aplaudisse as vossas propostas, mas com o requinte de ainda poderem criticar quem vos aplaudisse. Isso não vai acontecer enquanto esta oposição aqui estiver.

Vamos afirmarmo-nos, vamos criticar, vamos fiscalizar, vamos escrutinar, quer os senhores queiram, quer não.

Os senhores quando vão inaugurar uma obra, quando vão inaugurar uma escola, têm que ser responsáveis pelos maus resultados escolares. Não somos nós que vamos inaugurar a escola, são os senhores. Portanto, os responsáveis pelos maus resultados escolares são os senhores que governam.

Quando vão inaugurar um hospital não nos convidam. Portanto, se há maus resultados na saúde, os responsáveis são os senhores, e assim sucessivamente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Saúde?

O Orador: Os senhores estão aqui para governar, é verdade, mas também para poderem ser criticados.

Se os senhores julgam que nos atemorizam por tentarem fazer do PSD sempre o principal alvo da política açoriana não nos atemorizam. Estamos aqui frontalmente, com coragem, para dizer quando for preciso criticar, quando for preciso fiscalizar e quando for preciso propor.

É por isso que somos uma oposição ativa e é por isso que o senhor, mesmo não gostando (e o PS não gostando!) vai ter que ouvir as nossas críticas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Os senhores não podem vangloriar-se de algumas coisas que possam correr bem (e há coisas que correm bem!), mas não podem passar pelos pingos da chuva quando corre menos bem.

Deputado André Bradford (PS): Pergunte ao Sr. Presidente Bolieiro!

O Orador: Vamos a dois exemplos, Sr. Presidente:

Se fosse um governo que não fosse da sua cor política, com um Ministro a dizer o que Augusto Santos Silva disse, o senhor teria rasgado as vestes, tinha-se criado quase uma revolução nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E o senhor teve uma reação pífia, medrosa e sem coragem para enfrentar o membro do Governo do seu partido.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): É a consistência!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Governo da República fará como quiser, segundo diz o Sr. Presidente do Governo!

O Orador: Portanto, é preciso também aqui dizer as verdades e dizer as coisas como elas são.

Em segundo lugar, em relação à questão da incineração. Temos dito e repetido, a situação evolui, há situações que neste momento estavam previstas e que não estão a ser concretizadas. Basta ver o que se passa com o transporte de resíduos das ilhas do triângulo para a Terceira.

Há soluções tecnológicas que evoluem.

Deputado André Bradford (PS): Ai evolui, evolui! A evolução chama-se contestação!

Deputado Francisco César (PS): Mas é contra ou é a favor?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Inicialmente selaram-se as lixeiras e houve apoios comunitários para tal.

A seguir estão-se a selar os aterros e há apoios comunitários para tal.

Vai haver uma evolução certamente, tecnológica, e já se começa a falar na solução de encerrar alguns modelos de valorização energética e nós temos que estar atentos a esta realidade, Sr. Presidente. Seria cegueira não estar atentos a esta realidade.

Deputado André Bradford (PS): Os senhores fogem da contestação!

O Orador: É por isso que nós dizemos que face às circunstâncias atuais o que temos que fazer é pensar e analisar até às últimas consequências que alternativas é que existem. Isso é dito muito claramente.

Deputado André Bradford (PS): Cegueira! É.. é...

O Orador: Os senhores têm uma outra visão, mas não podem passar pelos pingos da chuva, como é especialmente hábito do Sr. Presidente nestas matérias.

Essa visão que os senhores têm é assumida, os senhores são pela incineração e nós dizemos é preciso estudar até às últimas consequências, em função dos avanços tecnológicos, outras alternativas.

Deputado André Bradford (PS): Mas o Presidente da Câmara de Ponta Delgada não ouviu o senhor dizer isso!

O Orador: É isso que é preciso dizer e é isso que o PSD aqui expõe como já expôs publicamente. Tão somente isto!

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer, Sr. Deputado Duarte Freitas, que há efetivamente uma grande diferença entre um Governo da República do meu partido e um Governo da República do partido de V. Exa. e devo reconhecer isso.

Deputado João Costa (PSD): Sim... sim...

O Orador: É que um Governo da República do meu partido...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Do seu e dos outros!

O Orador: ... quando um Membro do Governo é alertado também pelo Governo Regional dos Açores de que não agiu corretamente, faz aquilo que o Ministro dos Negócios Estrangeiros faz, no dia a seguir corrige aquilo que disse.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O problema do Governo do seu partido é que não corrige aquilo que disse e insiste numa visão deturpada das autonomias regionais.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Segunda questão:

Longe, longe de mim, qualquer ideia de União Nacional. Eu basto-me com a coerência, com a responsabilidade e com a memória...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é isso que tem faltado ao PSD...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Retórica!

O Orador: ... e ao senhor neste processo da incineração.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Francisco César (PS): E o grupo de trabalho?

Deputado Paulo Parece (PSD): Está de encomenda!

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD, em matéria de defesa da autonomia, não recebe lições de ninguém. Aqui, nesta Casa da Autonomia, na verdadeira Casa da Autonomia, que é esta, agora e no passado, sempre estivemos do lado certo.

Quer que lhe fale de coerência, Sr. Presidente?

Do lado certo da defesa da autonomia.

Foram os senhores que votaram contra os símbolos autonómicos e abandonaram a sala (o Partido Socialista!).

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não há de ser tão humilde e tão modesto!

O Orador: Os senhores votaram nesta Casa uma moção contra a adesão à União Europeia e eu mostro-lhe as provas.

Os senhores também... O Sr. Presidente do Governo, em respeito à coerência, disse que as *low cost* não era uma solução para os Açores.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não era a única!

O Orador: Disse numa entrevista...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não era o único remédio! Leia tudo!

O Orador: ... que não era uma solução para os Açores.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Leia! Não era o único remédio!

O Orador: As *low cost* colocam como condição a liberalização do transporte aéreo para os Açores ou pelo menos para uma rota.

Nós temos a felicidade de saber a que é que isso conduz,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não é a única!

O Orador: ... isso é claro: o senhor era contra! Era esta a sua coerência.

Mas aí vamos ao Governo da República. Por muito que os senhores queiram contraditar, a verdade é que tanto o senhor, nestas afirmações, como o Sr. Deputado Francisco César, sempre se manifestaram contra a liberação do espaço aéreo...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... e agora cavaram a liberalização do espaço aéreo introduzida pelo Governo PSD/CDS-PP e que foi a melhor notícia nos últimos 15 anos para a economia dos Açores com a qual os senhores têm tirados benefícios políticos, ou tentado tirar.

Deputado Francisco César (*PS*): Não é verdade!

Deputado André Rodrigues (*PS*): Não estamos na Madeira! É diferente!

O Orador: Mas digo-lhe ainda mais: a coerência que eu coloco é esta, Sr. Presidente (fica uma última pergunta):

O senhor continuaria a ser coerente e a apoiar o Eng.º Sócrates como tanto apoiou a sua vida inteira?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga que essa parte final da sua intervenção em nada tem a ver com o debate que estamos aqui a fazer.

Deputado Paulo Parece (PSD): A Sra. Presidente terá que ter o mesmo critério para toda a gente!

Presidente: Portanto, que fique registado, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis dos Deputados das várias bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Presidente, pode continuar.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto às contradições do PSD na questão da incineração ficamos na mesma. As divagações do Sr. Deputado Duarte Freitas só são demonstrativas do incómodo do PSD nesta matéria...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e da razão que assiste ao Governo Regional e ao Partido Socialista, já agora, nesta matéria.

A sua intervenção, se dados faltassem, foi a maior prova de que efetivamente nesta matéria falta-vos coerência, falta-vos responsabilidade...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e falta-vos memória.

Muito obrigado

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Exma. Senhora Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo:

Lamento que o debate sobre estes temas muito importantes para todos nós comece com indicações de falta de seriedade e de honestidade.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Não é para isso que aqui estamos.

Nós estamos disponíveis para receber todas as críticas construtivas e tudo aquilo que pode melhorar as nossas propostas, partindo do pressuposto que todos somos honestos e sérios nestas matérias.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente às centrais hídricas reversíveis, Terceira e São Miguel, considera o Governo que a questão da reserva de energia é fundamental para se cumprir os propósitos de integração de mais renováveis na rede.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): “*Fresh from the boat*”, Sra. Secretária!

A Oradora: Tanto quanto sabemos existem dois cenários em cima da mesa, aos dados que temos hoje, que são hídricas reversíveis e são baterias. Os elementos que temos hoje, de acordo com o trabalho que tem sido feito com a Empresa de Eletricidade dos Açores, apontam-nos para vantagens, em termos de durabilidade e de custo, de hídricas reversíveis, mas porque estão em causa dinheiros públicos e investimentos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dinheiros públicos é um bem escasso!

A Oradora: Um bem muito escasso, sem qualquer dúvida!

... e estão em causa recursos muito importantes para todos nós, consideramos que devem ser aprofundados os temas das baterias, porque é uma tecnologia que está em constante mudança. Portanto, temos que estar totalmente seguros das opções que são feitas.

Relativamente à mobilidade elétrica, mais uma vez estando em causa uma política estratégica da Região, consideramos que devemos assumi-la com total segurança e se aquilo que foi feito antes não nos deixa totalmente seguros, sim, vamos reapresentar, vamos reanalisar para propormos e executarmos aquilo em que verdadeiramente acreditamos.

Sobre a gestão de resíduos está tudo praticamente dito. Acho que é importante apenas referir que o Governo Regional dos Açores não sente necessidade de evidenciar aquilo que pensa nesta matéria em prol dos movimentos cívicos importantes que vão surgindo conforme dá mais jeito, ou menos jeito em termos de mediação pública e de conquista de opiniões de quem conhece menos estes temas e que muitas vezes é levado por alguma opinião mais tendenciosa.

Mas afinal a crítica começava por “não sabemos qual é a posição do Governo Regional dos Açores nesta matéria”. Está mais clara, ela está bem emanada nos documentos que foram publicados.

Por outro lado, é referido (ainda há pouco) que afinal já se sabe que o Governo Regional dos Açores é a favor da incineração. Portanto, não haverá muitas dúvidas nesta matéria, pelos vistos, uma vez que perguntam e concluem ao mesmo tempo aquilo que está previsto.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Mas se não é, explique!

A Oradora: Relativamente à questão sobre o investimento no turismo e nas outras áreas, efetivamente esta visão da Secretaria é uma visão integrada entre turismo, ambiente e energia.

Aquilo que está previsto em termos de desenvolvimento do setor turístico, efetivamente ganha com alguns investimentos que estão previstos em termos de ambiente.

Portanto, há efetivamente aqui políticas integradas que nos permitem enfrentar de forma unida estas três matérias.

Relativamente à questão do Sr. Deputado Paulo Mendes, relativamente à prevalência, de alguns planos de ordenamento, o Plano Regional de Ordenamento do Território é o plano que define as diretrizes que devemos observar.

Os restantes planos sectoriais, onde se inclui o POTRAA, o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, devem seguir as orientações genéricas do mesmo.

Este Plano de Ordenamento, por sua vez, está em revisão atualmente e deve refletir, como é óbvio, sempre que se fazem estas revisões, as evoluções socioeconómicas que se vão verificando na Região.

E é só.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu percebo que tenha colocado algumas verbas no ambiente para compensar o desinvestimento no turismo, mas devo dizer-lhe que a promoção e o desenvolvimento do destino, nomeadamente o pagamento aos operadores, não vai poder fazer com as verbas do ambiente.

Portanto, pergunto-lhe clara e diretamente, fazendo uso da honestidade que nos pediu: desde 2015 que não é pago a operadores, nomeadamente uma das melhores operações, que é a Boston/Terceira, que é um caso de sucesso. A operação de 2015/2016, o Governo Regional ainda não pagou um único euro.

Como é que com menos um milhão, que tem em 2016, vai pagar o que tem em atraso?

Prometeu o Governo que pagaria em fevereiro. Como é que é? Quando é que vai pagar?

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): As coisas que não encontra no Plano, outros encontram...

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*): Exma. Senhora Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo:

Como é bem-sabido, o Governo Regional dos Açores não paga operações. Isso é proibido pelas regras comunitárias, como bem devem saber.

O que é feito para promover o destino turístico são acordos de plano de *marketing* e esses, sim, são feitos com diversas entidades.

Efetivamente houve algum atraso no pagamento da operação em causa. Eu penso que não era muito relevante a discussão numa Assembleia...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não é?

A Oradora: ... no âmbito do Plano da Região, mas posso adiantar que essa questão está sanada e está resolvida.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Está paga?

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*): Está!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): O PEGRAA não pagou!

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Foi dada a ordem de pagamento!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não é admissível num debate do orçamento as deixas que disse aí!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não lhe fica bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge** (*PSD*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, queria colocar-lhe uma questão muito direta sobre o Clube Náutico das Lajes do Pico.

A degradação física em que se encontram as instalações do Clube Náutico e as antigas Casas dos Botes Baleeiros é de todos sabido e é uma má imagem de um concelho que se quer afirmar na cultura baleeira.

A falta de condições também para a prática do desporto e para acolher os desportistas, e até para guardar o próprio património da Região que são os botes baleeiros, é visível aos olhos de todos e desde 2000 que em vários planos, em vários comunicados do Conselho do Governo, se fala na necessidade de atuar.

Chamo a atenção, e para não estar a demorar muito tempo, que por exemplo na CROP, em 2015, a tal CROP que desapareceu do mapa, estavam previstos 1 milhão e 180 mil euros para essa obra.

No Plano de 2016, é também prevista a execução do projeto da Casa dos Botes das Lajes do Pico.

Neste momento, esta situação desapareceu do Plano e eu gostava, se me pudesse explicar, porquê?

Obrigado.

Deputados Luís Rendeiro e Marco Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em matéria de património baleeiro eu simplesmente tenho que dizer que é um dos bons exemplos do investimento realizado pelo Partido Socialista e nessa matéria tenho que recordar aqui um facto.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É que com a extinção da caça à baleia em 1984, e já com a degradação de grande parte desse património ao nível dos botes baleeiros e das lanchas baleeiras, até 1996, tínhamos nos Açores três ou quatro botes baleeiros, provenientes da atividade da baleação, que faziam provas, especialmente no Pico, com maior incidência nos portos das Lajes do Pico, Ribeiras, e também no Faial, na Horta.

Nessa matéria, entre 1984/85 até 1996, eu questiono, de facto, o que é que o PSD fez, os Governos do PSD, em matéria de património baleeiro?

É que neste momento foram recuperados mais de 40 botes baleeiros e sete lanchas baleeiras, o que equivaleu a um investimento de mais de um milhão de euros.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A recuperação dos antigos barracões do Clube Náutico das Lajes do Pico é fundamental, porque eles são importantíssimos para a manutenção da atividade do clube.

Obviamente também é preciso lembrar aqui, e foi referido ontem pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro, que o dinheiro não estica e o que estava projetado e era para ser investido era com fundos comunitários ao qual o vosso Governo de Passos Coelho considerou também como prioridade negativa as infraestruturas desportivas.

Portanto, o que é que é necessário?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo dos Açores aprovou isso!

O Orador: Com certeza que o Governo e o Partido Socialista estão sensíveis. Terão que ser encontradas parcerias para que se proceda à restauração dos barracões do Clube Náutico das Lajes do Pico, e assim

continuamos a trabalhar valorizando o nosso património e encontrando soluções para os obstáculos que se avizinham.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional...

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*): Exma. Senhora Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo:

Relativamente à questão concreta do Clube Náutico das Lajes do Pico, e com este enquadramento feito, gostava de dar nota de que reconhecemos a importância da recuperação desse património.

Estamos em conversação com o Clube Náutico e com a autarquia no sentido de encontrar a melhor solução para o mesmo, e prevemos, de acordo com aquilo que está acertado, em 2018 ter este projeto finalizado.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge** (*PSD*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Miguel Costa, eu não tenho problema de responder ao Deputado Miguel Costa ou ao Deputado Mário Tomé.

Deputado Miguel Costa (*PS*): Muito bem!

O Orador: O meu problema é com as respostas pré-preparadas, como o senhor tinha, em que eu perguntei alhos e você falou em bugalhos.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Muito bem!

Deputado Miguel Costa (*PS*): É tão previsível uma resposta destas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado, eu já sou professor há 20 anos. Estou habituado a esses barulhos de fundo.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: Mas se quer ouvir aquilo que lhe tenho para dizer, ouça.

Estava tão preparada que o Sr. Deputado começou por dizer assim: “mais uma vez vem o senhor aqui...”

Ora, eu nunca falei aqui.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Alguém lhe escreveu isso, portanto, não era para mim.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Deputado Mário Tomé, registo a sua intervenção. Para lhe dizer que os governos, de 83/84, do PSD já foram julgados pelas pessoas, pelo povo.

Portanto, eu estou a falar é da atualidade e desde 2000 que isso aparece nos Planos do Governo do Partido Socialista, até 2016. Este ano deixou de aparecer.

Mas realmente deve haver algum mau fanamento com aquela baía das Lajes, porque desaparecem também as casas de apresto, desaparece também da baía das Lajes o armazém para recolha de peixe.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É o triângulo das Bermudas!

O Orador: Portanto, deve haver algum problema com tudo isso.

Deputado Miguel Costa (PS): O PSD liderado por si também desapareceu!

O Orador: Aliás, ontem quando o Sr. Deputado Mário Tomé falou nas condições de pescas e nas boas condições de pesca que o Governo tinha criado nos Açores (penso que foi ontem ou anteontem) eu parecia-me que ia dizer assim: ...

Deputado Miguel Costa (PS): Esse também desapareceu! O PSD liderado por si!

O Orador: ... “bem, isto é tudo verdade, mas nas Lajes do Pico não temos nada disso”.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Miguel Costa (PS): O PSD liderado pelo senhor também desapareceu!

Deputado João Costa (PSD): Diga mais vezes, porque a gente não ouviu!

Deputado Miguel Costa (PS): Já disse três vezes!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos muito barulhentos esta manhã. Sr. Deputado Mário Tomé...

O Orador: Só para responder ao meu colega e amigo.

Nessa matéria de infraestruturas portuárias, o caso do Pico (acho que o senhor tem conhecimento, se conhece os portos de pesca) é um bom exemplo. É que no Pico existem 11 portos de pesca com equipamentos, gruas, casas de aprestos, oficinas de reparação naval.

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor não fale em estaleiros navais! Desculpe!... Distraiu-se!

O Orador: De facto, no que diz respeito às Lajes do Pico, muito investimento foi lá feito com a reordenação do porto das Lajes em que está afeta uma parte para a marítimo-turística e a outra para a pesca profissional, e é preciso ter em conta a especificidade daquela baía visando construir um projeto integrado que de facto resolva o problema das casas de aprestos aos pescadores.

Muito obrigado.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então avançar para as intervenções de tribuna.

A primeira cabe ao Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Parlamento é novamente convocado para, no exercício das suas competências, apreciar, discutir e decidir sobre o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2017. Pelo menos é assim para os partidos que a isso estão dispostos.

Infelizmente há partidos que desistem, ou partido que desiste,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... antes da discussão começar, partido que baliza a sua atuação política pela bitola de um arauto da desgraça, partido que se arroga alternante, mas sem alternativa, partido que anuncia o fim antes do seu início,...

Deputado Marco Costa (PSD): Governar é atacar o maior partido da oposição!

O Orador: ...mas...felizmente há outros, e são a maioria, que estão nesta casa para debater, encontrar consensos, para votar contra ou a favor, mas só depois dessa discussão...e isso sim é fazer política a sério e séria.

Deputada Mónica Rocha e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Não precisa ser sérios!

O Orador: Definitivamente quem não sabe quem é e para onde quer ir, quem não sabe o que é ou o que quer ser, sujeita-se a aceitar ser menos e nunca ser mais daquilo que já era!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Lamentavelmente este é o maior partido da oposição, o PSD Açores. Já é tempo de se reconciliarem com o mundo, em especial com os Açores e com os açorianos, estando ao lado deles e não fazendo festa política quando algo lhes corre menos bem, aproveitando esses momentos para atacar o Governo, esquecendo que ao fazerem estão também a atacar os açorianos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): União Nacional Popular! Atacar os açorianos! Nem o Salazar dizia melhor!

O Orador: Mas continuemos a lutar por uns Açores sempre melhores, e nesse capítulo, o sector do Turismo é fundamental, pelo que encerra em si, mas também pelo efeito impulsionador que assume noutros sectores. Assim, é imperioso continuar o trabalho de adaptação persistente do destino Açores às realidades e tendências da procura, num sector que tem mutações constantes e motivadas por muitos fatores que naturalmente não estão na esfera de controlo de um Governo.

Temos efetivamente de ser cada vez mais eficientes e exigentes, naquilo que melhor temos para mostrar, mas também naquilo que fazemos,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tenho razão: União Nacional Popular!

O Orador: ... com uma verdadeira cultura para o turismo, mas especialmente num turismo que seja não só bom para quem nos visita, mas especialmente bom para quem cá vive. Esses desafios só são alcançáveis, e têm sido, com uma aprofundada aliança entre as entidades públicas e privadas...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Atacar o PSD é atacar os açorianos!

O Orador: ... e nessa matéria os Açores são bem exemplo e motivo de grande orgulho.

Os resultados no Turismo são verdadeiramente extraordinários, os resultados de 2016 bateram todos os recordes, foram quase dois milhões de dormidas e mais de 70 milhões de proveitos no sector. São resultados de todos, das boas políticas do Governo dos Açores e dos empresários do sector que sempre acreditaram, com um Governo que esteve sempre ao lado deles, e que nos momentos mais difíceis deu tudo o que tinha para salvaguardar o sector,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... na certeza de que com as boas políticas em curso melhores dias viriam, e vieram,...

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... estão aí e dão resposta aos que nos últimos anos, e lembramo-nos bem deles, dos mensageiros da desgraça, diziam horrores do turismo, vaticinavam ou desejavam catástrofes no sector, a ver se falhava para poderem rir no fim.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo dos Açores:

Sem conformismos e com ambição, porque reconhecemos o que ainda há a fazer ou corrigir, continuaremos em 2017 a dinamizar as acessibilidades, mantendo a nossa matriz de Turismo de Natureza, promovendo a notoriedade do destino, procurando, com os instrumentos legais disponíveis, garantir cada vez mais animação turística de qualidade e associada à nossa identidade. Em 2017, entre muitos desafios que temos pela frente, será concretizada a revisão do Plano de Ordenamento de Turismo da Região Autónoma dos Açores, partindo da definição da capacidade de carga de cada uma das ilhas, bem como a caracterização da procura associada a cada uma delas, de acordo com a oferta hoteleira existente, inclusive identificando as tipologias mais adequadas, que tendencialmente serão de menor dimensão, associando uma imagem de turismo sustentável, acrescentada à vertente económica a dimensão ambiental e sociodemográfica. Na prossecução de um objetivo estratégico de qualificação do destino, importará o reforço da formação dos recursos humanos, evoluindo na qualidade dos alojamentos, na restauração e

similares, na oferta da animação turística, nas infraestruturas, sempre em sintonia com a nossa vocação turística, caminhando cada vez mais para um grande profissionalismo em todas estas vertentes.

Foram dados passos decisivos e assertivos nos últimos anos e que têm resultado em pleno, mas isso não nos basta, isso não nos pode acomodar, mas também não nos incomoda, isso não deve bastar a nenhum interveniente neste sector do Turismo, porque temos ainda muitos passos a dar e desafios a vencer para continuar e para garantir a estabilidade do setor. O que é facto é que não nos iludimos e continuámos e continuaremos a trabalhar para que seja um sector cada vez mais preponderante na economia açoriana e uma importante fonte de empregabilidade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Termino, citando um deputado do PSD Açores, há apenas 3 anos atrás: “tenho esperança que possa voltar, o mais breve possível, a esta tribuna para me regozijar com os avanços que os Açores tenham dado na captação de turistas” – (fim de citação), pois bem, senhoras e senhores deputados do PSD, é hora de saltarem da caixa do Vosso partido, contra o “contra” do PSD, soltando-se e subindo a esta tribuna, tendo a coragem de elogiar o Governo e os empresários açorianos pelo sucesso do Turismo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): União Nacional Popular!

Deputado Paulo Parece (PSD): Grande Sérgio Monteiro!

O Orador: Acreditamos que o farão, até para não serem mais uma vez contraditórios e contraditados.

O Plano de 2017, cumprindo com os compromissos assumidos para o sector, tem os instrumentos necessários para dar continuidade às boas

políticas na área do Turismo, com as melhores soluções açorianas para os Açores.

Disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos fazer agora um intervalo. Vou pedir apenas ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional, 40 minutos e 7 segundos;

O Partido Socialista, 41 minutos e 18 segundos;

O PSD, 17 minutos e 24 segundos;

CDS-PP, 3 minutos e 55 segundos;

Bloco de Esquerda, 3 minutos e 48 segundos;

PCP, 2 minutos e 30 segundos;

PPM, 1 minutos e 49 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 10 para o meio-dia.

Eram 11 horas e 27 minutos.

(Após o intervalo o Sr. Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 01 minutos.

Vamos então dar continuidade às intervenções de tribuna sobre esta matéria.

A próxima compete ao PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com bastante desilusão, embora confessamos, não seja de todo inesperado, que olhamos para este Plano Regional Anual e Orçamento da Região para 2017, no que se refere às matérias de Energia e Ambiente.

As novidades são escassas e demonstram bem a diminuta capacidade do Governo para concretizar aquilo que promete.

Sobressai, no entanto, a vocação do Governo para o planeamento.

Na Energia, considerado pelo Governo como “...o sector que mais contribui para o desenvolvimento sustentável”, esquecem-se documentos orientadores e compromissos formalmente assumidos. Ficam para trás, numa qualquer gaveta, o Plano Estratégico para a Energia dos Açores e o Plano de Ação para a Energia Sustentável das Ilhas. Por contraponto criar-se-á a “Estratégia Açoriana de Energia para 2030”, sobre a qual pouco ou nada se sabe. Desconhecem-se a sua data de conclusão, os pressupostos sobre os quais assentam a sua elaboração ou mesmo os seus objetivos.

Por sua vez, a criação do “Programa Eficiência Mais”, mais não é do que uma reformulação do Sistema de Incentivos ProEnergia. Também aqui desconhece-se que alterações serão feitas ao atual sistema de incentivos e porque se exige uma alteração da sua designação.

Quanto à mobilidade elétrica, nem no nome do futuro Programa de Mobilidade Elétrica dos Açores parece existir certeza. O que é certo é que longe estamos da meta revelada e assegurada em 2008 pelo anterior chefe do executivo Açoriano e atual Presidente Honorário do PS Açores, de até 2018 termos “um terço da frota de autocarros e táxis da Região constituída por veículos híbridos, híbridos Plug-in e elétricos”.

Certo é também que com a nova Estratégia para a Mobilidade elétrica, se deita fora o Plano Estratégico para a Mobilidade Elétrica dos Açores que custou cerca de 170 mil euros.

Já parece trivial e habitual este desperdício, uma vez que também os estudos realizados no âmbito do famoso e tão apregoado Green Islands Açores, e que custaram cerca de 700.000 euros, também parecem ter sido esquecidos.

É esta amnésia e esta tendência inata para ziguezaguear na ação Governativa que têm relegado um sector de vital importância estratégica na Região – a Energia, para segundo Plano, realidade que o Grupo Parlamentar do PSD Açores não pode deixar de condenar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de Ambiente o panorama parece não ser muito diferente, já que também aqui a novidade é escassa.

Na componente de Qualidade Ambiental arrastam-se medidas que deveriam ter sido terminadas em 2016.

A elaboração de uma nova Estratégia Regional para o Controlo de Espécies Exóticas e Invasoras, também ela constitui, nada mais, nada menos que uma reformulação do já existente Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis” – o famoso PRECEFIAS, que nunca passou do papel.

No Ordenamento do Território e nos Recursos Hídricos, vira o disco e toca o mesmo. Continuamos sem grandes resultados na melhoria da qualidade das águas de muitas das nossas lagoas, elementos cruciais de atração turística e, conseqüentemente, de fomento da economia Regional.

Fica, assim, bem visível que não temos um Governo virado para resultados. Nas áreas de Energia e Ambiente fica claro que a estratégia deste Governo resume-se, quase meramente, a desperdiçar ou a recauchutar e reciclar o que já existe.

Só esperamos que haja semelhante dedicação para cumprimento das metas de reciclagem previstas no âmbito da Estratégia Regional de Gestão de Resíduos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Turismo nos Açores, alimentado pela nossa vocação como destino de natureza e por via da liberalização do espaço aéreo, tem vivido um tempo de crescimento, e ainda bem.

Estranhámos, por isso, que quando seria de esperar um aumento do investimento neste sector, as verbas inscritas em plano para 2017 representem menos 5% das verbas inscritas no plano de 2016. Por sua vez quando comparada a dotação global inscrita nas Opções de Médio Prazo 2017-2020 com a inscrita – no período 2013-2016, verifica-se um decréscimo de 19 milhões de euros.

Estes números representam um claro desinvestimento no sector do Turismo, que sendo o sector da economia que mais tem crescido, não representa mais do que 3.4% do investimento global previsto no plano para 2017.

Mas se esse é o quadro em relação aos valores globais, a desproporção das verbas inscritas no plano para a promoção do destino e as inscritas para a sua requalificação também não deixa de surpreender.

Ora o crescimento do turismo nos últimos dois anos não pode ser dado como um valor adquirido. Apresenta vários desafios e exige uma estratégia proactiva de modo a que aqueles que nos visitam reconheçam a mais valia do nosso Turismo.

Há que priorizar a ação na formação de recursos humanos, tanto daqueles que já estão no mercado de trabalho, como na formação de novos ativos.

Há que promover de forma séria e empenhada a requalificação de infraestruturas de apoio, como miradouros, áreas balneares, trilhos e reforçar os serviços locais com intervenção na atividade turística.

Há que promover a conservação e a valorização ambiental, valorizando e fiscalizando as zonas classificadas e protegidas, algo que tem sido uma lacuna na atuação deste Governo.

Nas atividades de natureza há que fixar regras para a utilização dos espaços na defesa e promoção da sustentabilidade ambiental.

Há que implementar roteiros aos nossos monumentos naturais e valorizar as atividades no mar.

Mas se o Turismo de Natureza é a base da nossa oferta, os Açores têm condições para promover outras formas de turismo, nomeadamente o Turismo Religioso, onde as nossas comunidades na diáspora são um

mercado potenciador deste tipo de Turismo ou o Turismo de Saúde e de bem-estar, nomeadamente com a potenciação dos nossos recursos termais. No que aos recursos termais e à potenciação da sua utilização diz respeito, os sucessivos governos socialistas apresentam uma história negra...

Deputado Francisco César (PS): Eu percebo que a senhora diga o Governo Socialista, agora os sucessivos Governos do Partido Socialista?!

A Oradora: ... feita de investimentos que são o retrato do desperdício ao desbarato, malbaratando milhões e ficando-se pelos espaços termais como espaços SPA, sem conseguir dar o salto para o benefício terapêutico das nossas águas, não as conseguindo integrar no circuito das termas de Portugal.

SPAS há muitos, muitos senhores! Aproveitamento dos efeitos terapêuticos das águas, não. E nós, podíamos e devíamos ser os melhores da Europa, mas a competência da gestão desse sector tem estado à vista: reina a incompetência política dos decisores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não há Turismo sem boas acessibilidades e a oferta proporcionada pela SATA no último Verão IATA está longe de proporcionar um tratamento equitativo das nossas ilhas e das suas singularidades.

Exige-se, portanto, outro tipo de resposta, exige-se outro tipo de abordagem e exige-se outro tipo de estratégia para uma política de turismo bem-sucedida...

Deputado Manuel Pereira (PS): Qual é? Propostas!

A Oradora: ... e potenciadora de benefícios sociais e económicos em todas as ilhas.

Disse

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho um minuto e quarenta e nove. O que não pode acontecer é que me sobre algum tempo, pois aí perco poder reivindicativo.

Eu considero que é fundamental aproveitar a discussão nesta área para referenciar dois projetos que vamos submeter à votação desta Casa.

Em primeiro lugar, a Ilha Graciosa, que é uma “ilha das Canárias”, uma ilha com cerca de 600 habitantes e com uma dimensão muito semelhante à da Ilha do Corvo, está a desenvolver um projeto no sentido de ser a primeira ilha da Europa (embora geograficamente as Canárias não sejam Europa) que consegue implementar um projeto de mobilidade elétrica a 100%.

Eu penso que nos Açores podemos ganhar esta corrida implementando um projeto de mobilidade elétrica a 100% na Ilha do Corvo. Para nós era mais fácil, porque temos menos veículos, a nossa dimensão é mais pequena o que aumenta a autonomia dos veículos.

Portanto, penso que devemos ter essa ambição e que a Ilha do Corvo é o laboratório ideal.

Segunda ideia, também nesta área:

Para nós, o que se tem demonstrado, para a economia da Ilha do Corvo, é que a observação de aves é um setor de grande potencial, que tem

contribuído economicamente de forma muito favorável para o crescimento da Ilha do Corvo, nomeadamente combatendo até a sazonalidade.

É importante que se aumente este potencial criando, por exemplo, um Centro de Interpretação de Aves na Ilha do Corvo.

São duas ideias, duas boas ideias para este Plano.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque não tenho muito tempo, para dizer que em primeiro lugar é lamentável que a Sra. Deputada Catarina venha aqui dizer que lamenta que o Plano e Orçamento nada tem de novo e começa logo pelo setor da energia que é um setor que neste Plano, felizmente, tem uma grande inovação e um grande desenvolvimento em termos das suas políticas e implementação destas políticas que vêm sendo estudadas desde algum tempo.

Também anunciar aqui à câmara que o Partido Socialista em articulação com o Governo Regional vai apresentar, e já foi distribuída, uma proposta de alteração ao Orçamento, que permite incentivar a aquisição de veículos elétricos às empresas dos Açores e que dará um impulso muito significativo àquilo que nós queremos implementar na Região ao nível da aquisição dos carros elétricos.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Em 2008 já se anunciava! Acha que isso é novidade! Venha devagar

A Oradora: Esta é uma medida que trará benefícios fiscais às nossas empresas, potenciará em termos económicos a atividade económica da nossa Região...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): O papel aceita tudo e recauchutar e reciclar é muito fácil! Muda-se o nome!

A Oradora: ... e que o Partido Socialista quer ver implementado durante o ano de 2017.

Esta é só uma proposta que prova que o Governo Regional e o Partido Socialista têm feito muito e muito mais do que aquilo que outros governantes presentes nesta Casa já fizeram, ou quando estavam nos lugares que podiam ter feito nunca fizeram nada do que deviam ter feito.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Quem é que esteve no Governo?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também é um invejoso!

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu reparei que o Sr. Deputado Paulo Estêvão optou por não falar no Plano de Investimentos para o Corvo, para 2017, a não ser essas questões que colocou agora. E por que será? Miguel de Cervantes se fosse vivo com certeza estaria muito grato à alusão da sua obra D. Quixote de la Mancha.

Mas por que será que o Sr. Deputado optou por não falar do Plano para 2017, para a Ilha do Corvo? Será que foi propositado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque não tive tempo!

O Orador: Eu como não tenho jeito, nem a imaginação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, para escrever contos infantis, nem fábulas de encantar,...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... vou limitar-me a falar dos investimentos previstos para 2017 para a Ilha do Corvo.

Será que Sr. Deputado não quer admitir que temos um bom Plano para a Ilha do Corvo? Se calhar não vai fazê-lo, mas sabe que no fundo esta é a verdade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Temos um Plano para a Ilha do Corvo para 2017 com valor superior a 13 milhões de euros;

Um Plano que teve um aumento de cerca de 500 mil euros em relação a 2016;

Um Plano com uma série de investimentos e obras estruturantes muito importantes para a nossa ilha, e vou dar aqui alguns exemplos:

- o início da obra do Quartel do Bombeiros do Corvo, melhorando as condições de trabalho dos nossos bombeiros e servindo melhor a nossa população;
- a repavimentação da pista do aeródromo visando a sua melhoria na operacionalidade e segurança;
- a pavimentação da posição de espera da viatura de salvamento e combate a incêndios;
- a continuação do crescimento e alargamento do Porto da Casa.

Só para estas últimas obras, e obras do aeródromo, o investimento para 2017 ultrapassa um milhão e meio de euros.

Mas falemos também da conclusão da estrada leste, com a construção do último troço que vai do Pico de João de Moura à Lomba do Galvão;

- da continuação do investimento no projeto do ecomuseu, que todos nós sabemos que é um projeto ambicioso e arrojado, e que aos poucos ganha forma, embora saibamos que é um projeto a longo prazo;

- da conclusão e requalificação do edifício da Creche e Jardim de Infância do Corvo;
- da conclusão da requalificação do serviço de apoio ao domicílio do Corvo;
- da obra de proteção costeira da rotunda do Porto da Casa e a requalificação da zona adjacente ao Porto Novo;
- das obras de requalificação do Centro de Saúde do Corvo, criando uma sala de fisioterapia e reparação da casa do médico.

Estes são apenas alguns exemplos, para não falar nos apoios às nossas associações, através de protocolos, e dos apoios a todas as outras entidades e instituições.

Em todas as áreas, como a agricultura, a pesca, a educação, saúde, juventude, cultura, desporto, etc., etc....

Termino como comecei, a verdade é esta e como dizem os antigos “doa a quem doer”: este é um bom Plano para a Ilha do Corvo, que vem contribuir consideravelmente para a melhoria e para a qualidade de vida de todos os corvinos, do mais novo ao mais velho.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Afinal não são só moinhos de vento, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, apelo à sua capacidade de síntese, porque como sabe tem mesmo muito pouco tempo.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Iasalde Nunes, definir D. Quixote como um conto infantil, define as suas leituras, Sr. Deputado.

Em segundo lugar, há uma questão fundamental:

Sr. Deputado, então se eu só tenho um minuto e quarenta, eu não tinha tempo para fazer a descrição que V. Exa. fez.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor tinha 15 minutos!

O Orador: Mas, Sr. Deputado, em grande parte, essas propostas são minhas, foram aqui aprovadas por parte do Parlamento. Foram propostas pelo PPM.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Bem lembrado, bem lembrado!

Deputado Francisco Coelho e Manuel Pereira (PS): Então vai votar a favor!

O Orador: Portanto, nesse sentido, Sr. Deputado...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... agradeço-lhe a referência que fez às obras propostas pelo PPM.

Finalmente, e concluindo, há uma componente que é fundamental, que é, o senhor refere aquilo que o Governo está a fazer e eu faço aquilo que é a minha obrigação, que é apresentar mais ideias para que o Plano seja melhor e para que o Plano possa servir a nossa terra.

Deputado André Bradford (PS): Aí tem razão!

O Orador: Portanto, nesse sentido, é evidente que dispondo apenas de 30 segundos...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e já os tendo amplamente superado, não me é possível apresentar mais propostas, mas como é óbvio fiz a minha obrigação, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Duzentas!

Deputado Francisco Coelho (PS): Eis a solução pelos moinhos de vento, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então avançar para a última intervenção tribuna sobre esta matéria. Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(Aparte inaudível do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o tempo que restou nos outros? Os que não falaram?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga que são todos iguais! Houve Deputados aí que não lhes foi atribuído tempo. Uns são mais que os outros! O senhor é que começou!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados...

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de entrar na análise propriamente dita dos Planos em apreciação gostaria de começar por enaltecer a decisão do Governo Regional dos Açores em proceder à concentração, num único departamento governamental, as áreas e os setores do ambiente, da energia e do turismo, numa clara intenção de potenciar e interligar estas áreas.

Temos consciência clara do caminho percorrido, mas porque queremos sempre mais e melhor consideramos importante que estas áreas se encontrem em estreita ligação para que os fatores associados à sustentabilidade ambiental e energética contribuam também elas para uma melhor oferta turística nos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entre as muitas áreas que versam os documentos em análise, gostaríamos de realçar e aprofundar duas delas: a gestão de resíduos e a sustentabilidade energética.

O esforço desenvolvido ao longo da última década ao nível da Qualidade Ambiental, através dos governos da responsabilidade do PS, foi enorme e inegável! A implementação dos pressupostos PEGRA permitiu que fossem criadas estruturas de ilha, tendo-se hoje, nos Açores, uma gestão de resíduos mais eficiente e mais sustentável.

Hoje nos Açores, temos sistemas de gestão de resíduos que conferem um tratamento adequado desses recursos; uma rede de Centros de Processamento de Resíduos que permitem uma separação multimaterial dos mesmos, assim como o seu correto encaminhamento; onde existem Ecocentros Integrados, permitindo desta forma, um incremento efetivo das taxas de reciclagem na Região.

Hoje, nos Açores, por iniciativa do Governo Regional, caminhamos a passos largos para a conclusão dos investimentos associados à selagens de

lixeiros e dos aterros municipais, que se encontravam em fim de vida e que se constituíam como potenciais focos de poluição do solo e das águas. Orgulhamo-nos desse caminho!

Assumimos: Não queremos Lixeiros nos Açores! Queremos sim, sistemas integrados, adequados e que cumpram todas as regras associadas à adequada e correta gestão de resíduos. Queremos e estamos a conseguir!

Este é um percurso que os Governos do PS têm vindo a desenvolver e implementar de forma a que a gestão dos resíduos nas várias ilhas aconteça de um modo sustentável, integrado e adequado à nossa realidade.

Refira-se que a gestão de resíduos em ilhas, carece de uma atenção especial, não sendo possível a conceção indefinida de aterros sanitários, que ocupam espaço e que, ao longo dos anos, podem ser potenciais fontes de poluição dos solos e das águas. É por isso necessário a adoção de novas metodologias, novas tecnologias e desenvolvimento de outros investimentos de forma a que os resíduos produzidos nos Açores possam ser geridos de uma forma eficaz, cumprindo as regras e também as metas impostas ao País por parte da União Europeia.

Ao nível da definição de políticas de gestão de resíduos e em consonância com a hierarquia de gestão de resíduos, foi aberta a possibilidade, também na Região, à semelhança do que acontece em toda a Europa, de se proceder à Valorização Energética dos nossos resíduos, desde que se cumpram as metas de Reciclagem e de Valorização, assim como respeitando os fatores ambientais em presença.

Nesse âmbito, por iniciativa municipal, foi construída e já se encontra em funcionamento, a Central de Valorização Energética da Ilha Terceira, que trata os resíduos produzidos nessa ilha e que não são passíveis de serem enviados para reciclagem, assim como o refugo das ilhas onde existem em

funcionamento centros de processamento de resíduos e que as suas lixeira e aterros se encontram devidamente selados.

Hipótese semelhante terão os municípios da ilha de São Miguel, utilizando as tecnologias que bem entenderem, desde que cumpram as metas, respeitem a hierarquia de gestão de resíduos, assim como promovam a produção de energia elétrica passível de ser consumida pelos habitantes da ilha de São Miguel.

Refira-se que, ao nível do PEPGRA, será dado um forte impulso ao nível da Prevenção de produção de resíduos, com vista a dar cumprimento à política dos 4 R's – Redução, Reutilização, Reciclagem e Recuperação – em que os aspetos e as ações associadas à cidadania ativa serão mais evidentes.

É, pois um trabalho que o Governo Regional pretende continuar a promover, de forma a que os Açores continuem a deter os padrões de qualidade ambiental reconhecidos por todos.

Realçar ainda o facto de nos Açores existirem já mais de 70 empresas e operadores de gestão de resíduos licenciados, empresas que gerem todas as tipologias de resíduos, que criam emprego, que utilizam mão-de-obra local, que criam uma mais valia económica e ambiental, constituindo-se como parceiros nesta difícil tarefa de gerir um recurso que muitos teimam ainda em chamar apenas de lixo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sustentabilidade energética é, também, uma área onde se verificar-se-á um incremento na sua ação durante este ano, fruto do caminho que os Governos do PS têm feito ao longo dos últimos anos e que agora, nesta legislatura, terá uma maior visibilidade.

As alterações do clima são um tema que alguns ainda teimam em não dar o devido valor, constituindo-se uma questão com implicações diretas na vida dos cidadãos, ao nível económico, social e ambiental, e caso, não sejam tomadas as necessárias medidas, poderão ocorrer no futuro consequências nefastas à escala global.

É, pois, por isso, que o Governo dos Açores pretende apresentar a esta Assembleia durante este ano uma proposta de Plano Regional das Alterações Climáticas e é por isso também que os governos do Partido Socialista e os técnicos da Direção Regional do Ambiente participaram ao longo dos últimos anos em comissões de âmbito nacional que têm trabalhado e estudado esses efeitos das alterações do clima. É também com esse propósito que na ilha Graciosa existe um investimento sobre o estudo de Clima, em parceria com a Universidade dos Açores e o Governo Regional, que nos ajudará a melhor compreender esses fenómenos e que este Grupo Parlamentar continuará a dar a melhor atenção. É agora altura de se implementar as metodologias estudadas, definir-se as regras e assim conseguir-se uma Região onde a sustentabilidade energética, a par da sustentabilidade ambiental, seja cada vez mais evidente.

Destacar também a intenção do Governo dos Açores em iniciar este ano, a Estratégia Regional de Energia 2030, onde serão definidos programas, ações e medidas, que permitirão atrair e incrementar o conhecimento em soluções integradas e inovadoras, assim como criar novos programas e sistemas de incentivos, complementares ao ProEnergia.

É neste sentido que temos que continuar a trabalhar, de forma a potenciar a utilização dos recursos renováveis disponíveis e consequentemente um abaixamento da fatura energética nos Açores e dos Açorianos.

Por último, dizer que o PS cá estará, hoje, tal como ontem, para conduzir os destinos dos Açores, com humildade, mas com a determinação e a confiança que os açorianos nos conferiram, para gerir esta nossa Região Certificada pela Natureza.

Disse

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então avançar com os nossos trabalhos. Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas para a sua intervenção.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Boa tarde a todos.

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Subo a esta tribuna cerca de 130 dias após a tomada de posse do XII Governo Regional dos Açores para apresentar o Plano para 2017 na área da Agricultura e Florestas.

Durante este período estive em oito das nove ilhas dos Açores, contactei, entre reuniões e visitas, com cerca de 90 entidades ligadas ao setor, entre associações e cooperativas.

Reuni com 17 dos presidentes de Câmara da Região, com cerca de duas dezenas de presidentes de Junta de Freguesia e com a Universidade dos Açores.

Contatei com agricultores empenhados, lavradores confiantes e viticultores determinados.

Visitei explorações agrícolas modernas, pequenas e grandes indústrias, matadouros, laboratórios e serviços vários ligados ao setor.

Observei boas iniciativas, vi infraestruturas, registei apreensões, ouvi queixas e comprovei que há força e dinamismo no setor.

Encontrei jovens motivados, dispostos a continuar a apostar na agricultura e a rejuvenescer o setor.

Vi, escutei, estive perto, tentei compreender o melhor possível os agricultores para melhor e bem decidir e foi isso que fiz de forma determinada nestes quatro meses e é isso que continuarei a fazer no futuro.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Pude constatar ao longo destes últimos meses que temos um setor que está preparado, consciente e ciente dos enormes desafios do próximo futuro.

Os setores agrícola e florestal são determinantes para o desenvolvimento sustentado do território e criação de emprego, integração e bem-estar das populações.

Os programas de desenvolvimento rural têm permitido aos agricultores o acesso aos fundos comunitários, essenciais para a modernização das explorações, fixação das populações nas zonas rurais e dinamização de todas as fileiras.

Vamos continuar a apostar no reforço da modernização e no acréscimo da competitividade do setor, e impulsionar a sua vocação exportadora através da consolidação dos mercados existentes e na abertura de novos mercados. Queremos continuar a aumentar a produção regional de frutícolas e hortícolas para reduzir as importações.

O Plano de Investimentos da Agricultura e Florestas para 2017, no montante global de cerca 170 milhões de euros, representa um aumento de dotação, o que é bem representativo do empenho do Governo Regional em manter uma política ativa de investimento neste setor.

Esta é a melhor proposta no que às dotações destinadas à Agricultura e Florestas diz respeito nos últimos cinco anos.

Saliento ainda que, em matéria de investimento, a Agricultura representa na atual proposta cerca de 22% do total do investimento previsto.

O nosso objetivo, transversal a todas as intervenções neste Plano, é o de aumentar o rendimento das produções regionais e estimular o incremento das exportações nas fileiras agroalimentar e agroflorestal.

Nos últimos anos registou-se uma enorme evolução e qualificação na atividade agrícola. O setor apresenta-se hoje bem estruturado pela força, dinâmica e capacidade de risco dos nossos agricultores.

A indústria modernizou-se, efetuou investimentos muito significativos em eficiência e em capacidade de transformação, em produtos diferenciados e de maior valor.

É, por isso, essencial manter o apoio ao investimento privado, às organizações de produtores, à formação profissional, à experimentação e aconselhamento agrícola, contribuindo, assim, para a valorização e qualificação dos produtos e da capacidade técnica dos intervenientes.

É de salientar o enorme esforço que tem sido feito na modernização de todo o setor agrícola, com destaque para o PRORURAL, como um bom exemplo daquilo que é o real e bom aproveitamento dos fundos comunitários pelo setor.

No anterior quadro, foram cerca de 575 milhões de euros.

Dos 340 milhões de euros que estão afetos ao PRORURAL+, dos quais 45 milhões são verbas regionais, cerca de 50% do quadro já está comprometido e 25% está executado.

Só em 2016, tivemos candidaturas de cerca de 200 projetos, com uma dotação de 19 milhões de euros.

70% destas candidaturas referem-se às fileiras do leite e da carne, o que demonstra bem que estas continuam a ser a base da atividade agrícola da Região em que os agricultores continuam a apostar e a acreditar.

O Plano permitirá assegurar as dotações da Região para pagamentos e investimentos no âmbito do PRORURAL+, quer na manutenção da atividade agrícola, nas medidas agroambientais, na abordagem LEADER e nas medidas florestais de desenvolvimento rural.

Uma das nossas prioridades vai para apoio ao investimento nas explorações agrícolas. Ao investir cerca de 4,5 milhões de euros do Orçamento da Região Autónoma dos Açores está-se a alavancar um investimento de 25 milhões de euros de fundos com repercussões na economia da Região.

No âmbito do PRORURAL+, já foram rececionadas mais de 500 candidaturas para investimento nas explorações, correspondentes a 35 milhões de euros, e 116 candidaturas para as primeiras instalações de jovens agricultores, no montante global de 4,5 milhões de euros, o que dá bem nota que este é um setor dinâmico e no qual os agricultores continuam a acreditar.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: No que se refere à ação Reestruturação Financeira das Explorações e à Reposição do seu Potencial Produtivo, destaco o pagamento das candidaturas no âmbito do SAFIAGRI III, que representam cerca de um milhão de euros para apoio aos juros, referentes a um plafond de investimento dos agricultores de 140 milhões de euros.

Dou ainda nota da atenção que será dada à reestruturação do setor, assim como ao fortalecimento das suas organizações associativas, através da reforma antecipada, do apoio ao emparcelamento e do apoio às organizações de produtores, com uma dotação de cerca de 10 milhões de euros.

No aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais, o Plano coloca ao serviço da agricultura e agroindústria açoriana um montante superior a 35 milhões de euros, através do apoio ao investimento na indústria, ao abrigo do PRORURAL+, do apoio ao escoamento dos produtos agroalimentares, do apoio no âmbito da regularização dos mercados agrícolas e do apoio à qualidade e certificação.

A rede regional de abate, com melhoria substancial e significativa registada nos últimos anos, por força dos investimentos realizados pelo Governo Regional, tem permitido aumentar de forma expressiva a exportação de carcaças.

Em 2016, registamos um crescimento de cerca de 22%.

Este valor revela bem a importância cada vez maior da fileira da carne no desenvolvimento do setor agrícola na Região e abre perspetivas otimistas sobre o potencial de crescimento desta atividade, sobretudo pela aposta que os produtores têm feito.

Estes resultados justificam o enorme investimento que a Região tem feito na modernização da rede regional de abate,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tem gerado empregos, não, Sr. Secretário?

O Orador: ... com uma dotação de 14 milhões de euros no atual Plano.

Continuamos empenhados em dotar os Açores das melhores estruturas para a implementação dos planos de vigilância, combate sanitário e certificação de produtos, no cumprimento das normas internacionais para a melhoria do bem-estar animal e da segurança alimentar.

Alocamos, por isso, à Sanidade Animal e Segurança Alimentar e ao Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal 4,1 milhões de euros.

Torna-se, assim, pertinente avaliar o estatuto sanitário que a Região já atingiu ou está em vias de o conseguir.

No que respeita à Brucelose Bovina, seis ilhas detêm já o estatuto de 'Ilhas com efetivo bovino oficialmente indemne de brucelose', como são os casos de Santa Maria, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo.

No que respeita à Tuberculose Bovina, desde 2012 no Pico e em 2015 em São Miguel, tem sido feito um trabalho notável, em conjunto com as associações agrícolas.

Presentemente, todas as explorações bovinas dos Açores encontram-se livres desta doença, perspetivando-se que, em 2021, toda a Região possa ser declarada, a nível da União Europeia, como 'Região oficialmente indemne de Tuberculose Bovina'.

Em face destes resultados o Governo Regional e as organizações de produtores decidiram dar um passo em frente e também encetar o combate às doenças do foro reprodutivo e económico.

Neste sentido, em 2016 iniciou-se o programa de controlo da Diarreia Viral Bovina (BVD), o qual tem como objetivo ajudar os agricultores a controlar, minimizar e erradicar a BVD das suas explorações.

É o reconhecido estatuto sanitário dos efetivos bovinos dos Açores que tem permitido o envio de bovinos vivos para a União Europeia e, muito recentemente, possibilitou que fossem exportados para Marrocos.

Em matéria de Sanidade Vegetal e Proteção das Culturas, refiro o investimento de importância reforçada que continua a ser feito no Laboratório Regional de Enologia, até pelo crescimento sem paralelo que se verifica no setor vitivinícola dos Açores e, em particular, na ilha do Pico. Destaco ainda o aumento da dotação financeira para a aquisição de rodenticida, que visa apoiar e incentivar os agricultores a controlar os roedores nas suas explorações.

O Plano para 2017 tem como objetivo o reforço da diversificação e valorização do espaço rural, em que o Governo aloca neste orçamento o montante de 6,6 milhões de euros, permitindo desta forma, que através do PRORURAL+, sejam introduzidos na economia rural da Região cerca de 40 milhões de euros.

Para além da questão económica, que é de extrema importância para o nosso território rural, o objetivo deste projeto visa essencialmente a preservação do ambiente e a diversificação da economia rural, quer seja através da agricultura, da floresta ou das atividades não agrícolas, mas essenciais para o bem-estar das suas comunidades.

A área da diversificação agrícola nos Açores registou uma grande evolução nos últimos anos, tendo o número de produtores aumentado e a área cultivada cresceu 50% em seis anos, atingindo atualmente os 1.600 hectares.

Os Açores têm feito um trabalho notável na melhoria da qualidade da vinha, do vinho e dos processos de produção.

O vinho dos Açores tem ganho cada vez mais projeção e qualidade, fruto do trabalho e da capacidade de inovação dos viticultores e dos produtores de vinho.

Através do VITIS, foi possível, só nos últimos dois anos, recuperar mais de 560 hectares de vinhas, correspondendo a um apoio de 15 milhões de euros, abrangendo mais de 300 viticultores.

Estimamos que, no final de 2018, existam 800 hectares de produção de vinha, quando há poucos anos eram apenas 100 hectares.

O novo VITIS nos Açores, cujas candidaturas estão a decorrer,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... dispõe mais de 3,5 milhões de euros de dotação e é mais uma oportunidade que os empresários e os viticultores têm para apostar nesta área, que tem tido um crescimento relevante e projetado o bom nome dos Açores no exterior.

A Formação Profissional, Experimentação, Aconselhamento e Divulgação Agrícola possui uma dotação de três milhões de euros.

O Plano de Formação Profissional prevê um total de 130 ações, envolvendo mais de 2.000 formandos, num investimento total que rondará os 240 mil euros.

Nesta ação incluem-se ainda pagamentos de 1,4 milhões de euros, por forma a apoiar os projetos da iniciativa das organizações de produtores com vista à melhoria do seu funcionamento e à prestação de serviços técnicos especializados, e 450 mil euros destinados ao pagamento de candidaturas ao Programa de Apoio à Gestão das Organizações de Produtores, que visa a contratação de recursos humanos.

No capítulo das infraestruturas agrícolas e florestais inserem-se as obras de beneficiação do Pavilhão Multiusos do Parque de Exposições do Faial e a elaboração do projeto do Centro de Exposições e Feiras da Ilha Graciosa.

Pretendemos ainda desenvolver ações de remodelação de infraestruturas de sanidade, higiene e bem-estar animal, como sejam intervenções de melhoria ou a construção de raiz de novos parques de retém.

Nota também para a ação do equipamento do novo Laboratório Regional de Veterinária, cujo processo definitivo de mudança para o novo edifício pretende-se que fique concluído o mais rapidamente possível.

A decorrer estão também as obras da empreitada de construção do Parque Multissetorial da Ilha Terceira, que ficarão concluídas no corrente ano.

No que diz respeito a caminhos agrícolas e florestais, abastecimento de água e colocação de eletricidade nas explorações, o Governo dos Açores, através da IROA e da Direção Regional dos Recursos Florestais, mantém a sua estratégia de continuar a dotar o setor de melhores condições nestas infraestruturas, que têm um peso substancial no desenvolvimento, modernização, rendimento das explorações e, conseqüentemente, dos agricultores.

Pretendemos continuar a rentabilizar através do corte e reflorestação as áreas em idade de exploração, através da promoção da gestão sustentável das propriedades florestais, garantindo a produção e o fornecimento de plantio, e ainda assegurando a continuidade dos planos de melhoramento, ordenamento e valorização da floresta açoriana.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte, as Açorianas e os Açorianos que trabalham no setor agrícola e florestal podem contar com a nossa disponibilidade, proximidade, trabalho e dedicação ao setor.

O nosso sentido de inconformismo e vontade de fazer sempre mais, certamente que tornarão o setor melhor através de um trabalho coletivo de múltipla responsabilidade.

É isso que os Açorianos e as Açorianas esperam de nós e temo-lo demonstrado.

Procuraremos, sempre, acrescentar valor à agricultura açoriana e pugnaremos bravamente pelo seu sucesso.

É com este sentimento de confiança, mas também com muita esperança num futuro melhor para a agricultura que vamos continuar hoje e amanhã de mangas arregaçadas a trabalhar para os Açorianos.

Muito obrigado.

Deputados André Bradford e Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, naturalmente que durante esta sessão plenária ficará o Sr. Secretário com o instrumento que lhe permitirá tomar decisões.

Bem vi que disponibilizou 130 dias, desde que tomou posse como Secretário Regional, para, com a sua cortesia, acompanhar, conhecer, conversar com todos os intervenientes do setor nas diversas ilhas. Está chegada a hora de começar a decidir.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta proposta do Plano é para o setor agrícola regional uma repetição sem fim, sem metas, e sem objetivos quantificáveis que não responde aos problemas atuais dos agricultores e à revolução que aconteceu nos mercados e no comportamento dos novos consumidores.

Repare, Sr. Secretário Regional, que, nos últimos 10 anos, os Governos Socialistas inscreveram nos diversos Planos Anuais 1.615 milhões de euros para a agricultura, sem que o setor tenha assegurado a competitividade das explorações agrícolas e das agroindústrias regionais, de forma a lidarem atualmente com o mercado global e com o mercado agressivo.

Quando não há uma estratégia, também não há uma política sustentável.

Quando o comportamento dos mercados, nos produtos que os Açores produzem, era previsível, foi irresponsável que o Governo ignorasse isso.

O rendimento médio dos agricultores baixou com especial relevância para o rendimento dos produtores de leite.

O apoio ao rendimento deve ser um recurso conjuntural e não a estratégia futura, pois em vez de se trabalhar para os mercados, trabalham-se para os apoios, até ao dia em que não houver recursos alguns.

Deputada Catarina Chamacame Furtado e Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podemos retirar à agricultura o seu papel económico, social e ambiental e atribuir aos agricultores um rendimento social de manutenção.

Olhei para o Plano e identifiquei algumas dúvidas, tenho algumas dúvidas técnicas. Por exemplo, nas infraestruturas rurais e florestais onde é dito que há recurso a fundos do PRORURAL+, não exista verbas de outros fundos inscritas na respetiva rúbrica.

No Plano para 2016 existia dotação para satisfazer o pedido, para superar a perda de rendimento no leite, dos 45 euros por vaca, tendo sido tornado público que passaria a ser uma ajuda incluída no POSEI.

Gostaria que o Sr. Secretário Regional confirmasse se essa ajuda será considerada no âmbito do POSEI e se houve negociação que tivesse revisto a dotação global da ficha financeira do POSEI para a Região...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... porque se assim for deve ser mantida.

A reforma antecipada deixou de contar com o financiamento da União Europeia para novos contratos. No entanto, o Governo inscreveu mais 200 mil euros nos outros fundos. A que se deve?

No mês passado, publicamente e também na Comissão de Economia, o Sr. Secretário disse que iria negociar o aumento dos apoios do PRORURAL+ e do POSEI para colmatar a falta de verbas para determinadas medidas já para a campanha de 2017/2018.

Esta semana, na sessão de abertura da reunião das Redes Rurais Nacionais, disse o Sr. Secretário que é de extrema importância para os Açores, nos Pós 2020, o reforço do financiamento do PRORURAL+. Já adiou a sua proposta ou vai ainda concretizá-la em tempo útil?

Observemos as áreas mais importantes que satisfaçam as necessidades dos agricultores de uma forma transversal?

As infraestruturas que servem as explorações agrícolas têm uma responsabilidade pública que ajudam à redução de custos na exploração.

Saberá o Sr. Secretário que há caminhos sem manutenção e que estão intransitáveis?

Saberá o Sr. Secretário quanto custa transportar água com recurso a um trator, a uma cisterna e um operador, no séc. XXI?

Saberá o Sr. Secretário quando perde um produtor de leite que aguarda há oito anos a resposta sobre a eletrificação da sua exploração que lhe permitiria aumentar o preço do leite, melhorar as condições de trabalho e ser mais competitivo?

Como pretende o Governo apoiar os agricultores das diversas ilhas que se veem sujeitos a pagar a preços diferentes os fatores de produção, com custos de produção diferentes?

Que instrumentos vai o Governo implementar para tornar transparentes os preços dos fatores de produção e dos produtos agrícolas?

Se os Planos anteriores não resolveram estes problemas, não creio que este o venha a fazer.

A produção de leite e laticínios constitui a fileira com o maior contributo para a economia dos Açores e o maior contributo na criação do emprego agrícola.

É verdade, sim senhor, que produzimos mais leite, mas perdemos valor e competitividade.

É verdade que temos indústrias com maior capacidade e mais modernas, mas não conseguimos conquistar novos mercados e o melhor preço para os nossos produtos lácteos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Menos 60 milhões de euros na receita das explorações é um desastre sem paralelo, quando os produtores fizeram grandes e avultados investimentos na modernização das suas explorações agrícolas e assumiram compromissos bancários, comprometendo todas as suas famílias.

Saberá o Sr. Secretário João Ponte quanto custa produzir um litro de leite por tipo de exploração em cada uma das nossas ilhas?

Nos últimos 10 anos a produção cresceu 22%, mas o rendimento caiu drasticamente.

Já assistimos a uma guerra do leite em São Miguel por um cêntimo, para conquistar um cêntimo por litro de leite.

Os produtores perderam nos últimos anos 10 cêntimos por litro de leite.

Tem a Secretaria da Agricultura estudos sobre quais os produtos lácteos de maior valor e quais os mercados que podem remunerar melhor a produção agrícola dos Açores?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Identificou o Sr. Secretário Regional, com as indústrias a quem visitou, as dificuldades e as necessidades da indústria de laticínios em cada uma das nossas ilhas, de acordo com a sua especialização estratégica?

Pretende o Governo dos Açores atribuir apoio direto aos produtores sempre que as indústrias baixarem os preços dos produtos agrícolas?

Se o setor leiteiro continuar em crise persistente, os produtores de leite poderão pedir o desligamento, que não foi opção dos Açores.

Que posição tem o Sr. Secretário sobre essa possibilidade?

Este Plano que vai pagar investimentos executados e candidaturas que transitaram, como disse, do Quadro anterior, não acrescenta soluções para os desafios futuros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A criação de bovinos para produção de carne é muito importante para algumas das nossas ilhas.

Já se diz por aí que vai haver uma redução, uma perda de 18% no prémio ao abate de bovinos. Confirma esse facto, Sr. Secretário Regional?

Quem negociou nos últimos anos o atual Quadro Comunitário de Apoio foram os diversos Governos Socialistas. Que falta de capacidade e de previsão para as expetativas relativamente às candidaturas dos agricultores!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Ainda hoje foi dito que confiam, que querem crer que o futuro será melhor. Então essas expetativas não foram ponderadas?

Nos últimos 10 anos, falando da rede de abate, foram escritos nos Planos anuais 49 milhões de euros para a rede de abate e ainda agora continuamos a tratar desse assunto com o mesmo problema, da mesma forma, quando deveríamos estar a trabalhar de raças, de abate, de desmancha integral e de colocação desses produtos, da carne dos Açores, em mercados especializados.

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, a fileira da diversificação agrícola inclui culturas industriais, culturas agrícolas e até pode considerar-se a floresta.

Como pretende a Secretaria da Agricultura inverter a situação das principais culturas industriais e agrícolas, visto que nos últimos 10 anos apresentam os seguintes indicadores:

Beterraba: menos 69%

Batata: menos 42%

Milho forragem: menos 6%

Milho grão: menos 68%

Vinho: menos 57%.

Diga-nos, Sr. Secretário, quais são as áreas e as produções estimadas para a cultura de beterraba em São Miguel, quando o Governo faliu a SINAGA,...

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... que em 2015 apresentou um passivo de 26 milhões de euros. Nem existiu uma gestão competente da SINAGA, nem uma decisão relativa ao futuro da produção de beterraba e da diversificação açoriana.

Na Agenda para a criação de emprego e competitividade empresarial, o Governo comprometeu-se no corte de pelo menos 100 hectares de criptoméria por ano, na criação de emprego direto de 1000 trabalhadores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quantos?

O Orador: Mil trabalhadores!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mil?!

O Orador: Mantém a Secretaria da Agricultura este objetivo ou já o fez esquecer?

Sr. Secretário, muitas são as perguntas que continuarão a aguardar resposta com este Plano.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente, no sentido de nos serem disponibilizados os tempos sobranes, se faz favor. Obrigado.

Presidente: Não sei se o Sr. Secretário já está em condições para anunciar.

Secretário: Os tempos sobranes são os seguintes:

O Governo Regional dos Açores, 29 minutos;

PS, 31 minutos;

PSD, 1 minuto e 45 segundos;

CDS-PP, 3 minutos e 55 segundos;

Bloco de Esquerda, 3 minutos e 48 segundos;

PCP, 2 minutos e 30 segundos;

O PPM esgotou o seu tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Qual é o ponto de situação dos contactos com a Comissão Europeia em relação à manutenção dos pagamentos agroambientais e qual a expectativa que os agricultores podem ter?

O Plano e Orçamento é omissivo quanto à fruticultura e à floricultura. A aposta é na importação de fruta e de plantas ornamentais, ou pelo contrário, é fomentar a produção e apoiar a criação e manutenção de pomares e plantação de frutas e o tratamento de proteção contra pragas e doenças nomeadamente através do controlo biológico?

Prevê o Governo fomentar e apoiar a produção de produtos que obtiveram alguma fama, como por exemplo a meloa de Santa Maria e o melão da Graciosa?

Sabendo-se que hoje o inhame é um produto de grande valor alimentar e com propriedades altamente benéficas para a saúde, prevê alguma medida para modernizar e fomentar a sua produção, e neste caso em que ilhas? E o mesmo em relação, por exemplo, à batata-doce.

A cana roca, a cana da velha ou conteira, é uma infestante cuja propagação cresce na medida do envelhecimento e despovoamento que se verifica em algumas ilhas.

Segundo alguns estudos recentes, esta planta tem propriedades cujo aproveitamento industrial poderá ser seriamente considerado, inclusive na parte da indústria farmacêutica.

Em 2015, uma empresa da região, que até foi premiada, propôs fazer um aproveitamento industrial desta planta.

Prevê o Governo algum incentivo neste domínio? Se sim, qual e em que aspetos?

O Orçamento para 2017 prevê zero euros no tocante ao bem-estar animal de companhia e nos animais errantes. Em 2016 previa 20 mil euros.

Para além das questões importantes do bem-estar dos animais de companhia, tem o Governo consciência, por exemplo, dos perigos que os animais errantes, nomeadamente os cães vadios representam para a pecuária?

Qual é então a política do Governo em relação a este assunto com zero verbas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... previstas neste Orçamento?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, gostaria de recordar uma resolução que foi aprovada nesta Assembleia, por sinal a primeira do ano de 2014, e que diz respeito à acomodação de algumas recomendações no âmbito do bem-estar animal, mais especificamente no bem-estar animal dos animais de companhia.

E quero recordar e vincar aquela que foi a segunda recomendação que passava pela dinamização dos processos de licenciamento de centros de recolha oficiais.

Ora, à data, em 2014, na Região, só se verificava ou só subsistia na altura um único centro de recolha oficial localizado na Ilha de São Miguel, e mesmo assim, e apesar disso, para a dimensão da ilha, se calhar é pouco.

Passados dois anos, e depois da aprovação desta recomendação, só tivemos um licenciamento de mais um centro de recolha oficial e na Ilha Terceira, que serve os dois concelhos dessa ilha.

Ora, se fizermos as contas e se esta for a dinamização entendida pelo Governo Regional, só teremos pelo menos um centro de recolha oficial em todas as ilhas para aí em 2028, se formos a este ritmo.

Portanto, eu gostaria de saber se a sua secretaria está realmente empenhada em, junto às autarquias, promover a necessidade, mais do que imperiosa, de termos pelos menos um centro de recolha oficial por ilha, já que há ilhas que nem um canil decente têm neste momento.

Ainda sobre a mesma recomendação, sobre o mesmo Projeto de Resolução, gostaria de lembrar aquela que seria uma obra que honraria a memória da Alice Moderno, que teria a ver com a construção, a reabilitação do Hospital Veterinário Alice Moderno.

Neste momento, esse hospital está a servir de Centro de Tratamento e Recuperação de Aves.

Ora, o objetivo da recomendação que foi aprovada nesta Casa era da instalação de um hospital médico-veterinário. Mas mesmo considerando que estaríamos perante o cumprimento desta recomendação, tendo neste momento um centro de recolha e tratamento de aves, mesmo assim, esse centro de tratamento de aves é claramente insuficiente porque não tem as condições necessárias para o tratamento completo e integral destas aves. Mais especificamente, aquando da finalização do tratamento, espera-se a recuperação das aves, mas na realidade o que acontece neste momento é que essas aves são recuperadas não em espaços que permitam o seu voo (não quer dizer que seja um voo completo, mas um voo curto que tenha em vista a recuperação da ave), mas mantidas em gaiolas de gatos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): As coisas que o Sr. Deputado vai buscar!

O Orador: Ora, isso não é condizente com aquilo que é necessário para a recuperação dessas aves.

Gostaria de saber então se a Secretaria está de facto empenhada para termos finalmente um verdadeiro hospital médico veterinário de forma a honrar a memória de Alice Moderno, e que isso não passe por ter um hospital como hoje em dia temos, um hospital médico veterinário que, pelo que eu ouvi dizer (é verdade que eu não visitei as instalações), pelo que me contaram, essas instalações fazem lembrar, na melhor das hipóteses, um hospital médico veterinário da década de 60 do século passado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O discurso está furado, ó Paulo! Consegues sempre surpreender!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Informo que o Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo, para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 20 segundos para dizer que esta matéria não é de todo menos cara ao Partido Socialista do que aos partidos que antecederam a minha intervenção,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É cara!

A Oradora: ... pelo que o Partido Socialista apresentará uma proposta de alteração, que oportunamente aqui será votada, ao Plano de 2017,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Alguém vai sair do plenário!

A Oradora: ... que verte exatamente estas preocupações, só que com a responsabilidade de quem tem de apresentar propostas verdadeiramente exequíveis.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pedir à Mesa para repetir, porque ouvi mal, a última frase da Sra. Deputada Renata Botelho.

Muito obrigada.

(*) **Presidente:** Sra. Deputada, por muito que o quisesse fazer, como deve compreender, não consigo citar, sem cometer nenhum erro, aquilo que foi dito pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho, por isso irei solicitar a transcrição do Diário, com a maior urgência possível, para depois remeter ao Bloco de Esquerda.

Pede novamente a palavra para uma interpelação? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É importante essa transcrição, porque se eu entendi bem, aquilo que a Sra. Deputada Renata Botelho acabou de passar foi um atestado de menoridade e de incompetência a todos os partidos representados nesta Assembleia, que não seja o Partido Socialista.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade, sim senhora!

A Oradora: E como eu considero isso absolutamente inaceitável, das duas uma: ou a Sra. Deputada Renata Botelho traduz exatamente o que é que queria dizer, porque eu posso ter entendido mal, ou a Sra. Deputada Renata Botelho tem que explicar aquilo que afirmou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, no âmbito da interpelação à Mesa, naturalmente que já registei e já pedi, ou irei pedir, aos serviços a transcrição. Mais do que isso não posso fazer.

O Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para? Uma interpelação?

Deputado Francisco César (PS): Sim.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, é no sentido de dar um esclarecimento à Mesa (à Mesa, as interpelações são à Mesa).

O que o Partido Socialista naturalmente pode fazer é uma apreciação, um juízo de valor em relação à forma e ao tipo de propostas que os outros partidos apresentam.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas era esse o objetivo da interpelação?

O Orador: Isto é normal em democracia, isto é normal nesta câmara.

Era o que faltava, mas era mesmo o que faltava, que nós não pudéssemos dar uma opinião sobre as propostas dos outros partidos.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César...

O Orador: Aquilo que eu tenho visto é que nesta câmara os partidos todos da oposição o que mais fazem é dar a sua opinião sobre as propostas do Partido Socialista e do Governo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, fica registada a sua interpelação.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições. Também considerando o nosso horário vamos interromper para almoço, não sem antes o Sr. Secretário da Mesa informar os tempos e recorde aos líderes parlamentares e ao Sr. Secretário que faremos de imediato uma breve reunião.

Sr. Secretário...

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Os tempos restantes então são:

O Governo Regional dos Açores, 29 minutos;

O Partido Socialista, 30 minutos e 13 segundos;

O PSD, 1 minutos e 45;

O CDS-PP, 3 minutos e 55;

O Bloco de Esquerda, o PCP e o PPM esgotaram o seu tempo.

Presidente: Bom almoço. Regressamos às 15H00.

Eram 13 horas.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

(*) Deputado António Toste Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 2015, os produtos lácteos dos Açores atingiram o valor comercial de 336 milhões de euros, verificando-se em 2016 um aumento de 48.9 milhões, mais 14.6%.

O setor primário regional representa cerca de 12% do emprego dos Açores contra 7.5 no continente.

Relativamente ao VAB, contribui com 10% contra 2.3% no continente.

Contribui ainda com cerca de 9% para o PIB regional. Os números aqui demonstram claramente a importância que o setor assume na economia regional, referindo ainda o grande investimento levado a cabo pelos Governos do Partido Socialista, nomeadamente na última década e meia, numa união de esforços entre o Governo, industriais...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... produtores e suas associadas.

Foi no esforço conjunto que nos permitiu ter a agricultura que temos hoje, caso contrário certamente a agricultura hoje estaria bem pior.

Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Deputado António Almeida, embora muito rápido, porque não consigo acompanhar tudo, mas há aqui duas ou três situações que me ficaram na memória. Uma delas, falou na falta de

estratégia do Governo. Eu queria dizer-lhe que a estratégia do Partido Socialista e deste Governo foi aprovada em outubro passado pela maioria dos Açorianos.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E nesta Casa, em dezembro, também do mesmo ano.

Deputado André Bradford (PS): Mas eles não se conformam!

O Orador: Relativamente aos dados que o senhor falou, pela falta do que não se fez, que não se investiu, eu gostava de referir aqui alguns deles que acho que era importante para esclarecermos aqui, esta Casa. Nomeadamente o setor da carne, neste momento, está em alta e daqui se percebe a razão por que por vezes os preços não são aquilo que nós queremos.

Neste momento, como deve saber, há procura de gado no mercado, o que quer dizer que a oferta está dentro daquilo que se perspetiva e que faz com que o preço melhore, que também era isso que precisávamos que acontecesse no leite e acreditamos que assim o será.

Então referir que em 1996 o gado vivo expedido para fora da Região representava 46.225 animais, passando em 2015 para 9.668 animais, portanto menos 36.557, o que dá aqui uma diferença de 79% menos.

Em 1996, os abates aprovados para consumo representavam 17.521 cabeças e em 2016, 71.084, mais 53.563, o que dá mais 305.7%. Se fizermos a média anual, representa 15.3%.

Deputado Bruno Belo (PSD): Já temos esses números!

O Orador: A exportação, que é aquilo que nos interessa e nos traz maior rentabilidade, também em 1996, as carcaças exportadas representavam 4.684 e agora, no final do ano passado (2016) 40.363, o que dá mais 761.7%, numa média anual de crescimento de 38%.

Referir também, uma marca de prestígio para a Região, a carne IGP. O abate de bovinos em 2017 representava 259 cabeças, e no final do ano passado também 2816, um crescimento de quase 1000%, numa média anual de crescimento de mais de 100%.

Referir nos apoios que o Governo tem feito, e bem, os direitos das vacas aleitantes que antes não existiam e agora representam na ordem dos 30 mil direitos,...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ...alteração às medidas de manutenção da atividade agrícola e zonas desfavorecidas que passou de 10 milhões para mais de 15 milhões, o apoio ao gasóleo agrícola, o apoio importantíssimo ao transporte à exportação, com uma taxa de apoio de 90%. Num contentor de 1.500 euros paga-se 150 euros. Aqui se vê a grande importância desta medida.

O emparcelamento através dos Programas SICAT e do RICTA, entre 2001 e 2016, cerca de 1.800 hectares.

A brucelose bovina, como já referiu aqui o Sr. Secretário e bem, que estava em 3.5%, hoje é aquilo que sabemos.

Agora gostava de referir, relativamente aos investimentos, e o Sr. Deputado referiu-se aos caminhos e à água, o que não está feito, e reconhecemos que ainda mais é preciso fazer, mas como deve compreender, aqui, nestas áreas, foi feito um forte investimento de muitos e muitos milhões de euros e permita-me que lhe diga:

Em 1996, existia uma rede de caminhos agrícolas de 25 km, hoje são cerca de 400;

Na eletrificação das explorações agrícolas, em 1996, era apenas de 8;

Em 1996, o abastecimento de água à lavoura era zero e hoje abrange 5.000 explorações;

A rede regional de abate, que o senhor também referiu que falta, que não se fez, há aqui um investimento forte feito nesta área e agora está a concluir-se com a rede regional de abate do matadouro da Graciosa, do Faial, a remodelação do de Ponta Delgada e também na Terceira.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: E o que eu lhe digo, Sr. Secretário... Sr. Deputado, desculpe!

Deputado Bruno Belo (PSD): Será um dia!

O Orador: Poderá ser um dia, mas muito tarde.

Houve um grande investimento dos Governos do Partido Socialista, agora podemos é comparar os 20 anos dos Governos do Partido Socialista com os 20 anos do PSD, ou seja, se os Governos do PSD tivessem feito tanto, ou pelo menos metade nessa área, do que fez os Governos do Partido Socialista, certamente hoje não estávamos aqui a discutir essas situações.

Deputado Paulo Parece (PSD): Antes de 96 os Açores não existiam! Há 20 anos o senhor concordava com isso!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Não é bem assim!

O Orador: Portanto, quem fez em 20 anos o que fez, e aquilo que os senhores fizeram em 20 anos, é muito mais do dobro daquilo que deixaram de fazer.

Deputado Paulo Parece (PSD): Há 20 anos o senhor concordava com tudo!

O Orador: Portanto, essas foram as medidas, este foi caminho que nos permitiu chegar aqui hoje, e muito bem.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos aqui sempre disponíveis, nós e este Governo, para fazer sempre mais e melhor pelos nossos agricultores.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar nota de que se recuarmos no tempo, naturalmente que há sempre investimentos que foram efetuados, mas o que está em causa neste momento agora não é só vender muito, é vender bem.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: É acrescentar valor ao produto agrícola.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é o grande desafio do futuro, e na atualidade, para o setor agrícola em geral.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, o grande desafio para os instrumentos de política económica é criar as condições para a indústria e para os produtores,...

Deputado Carlos Silva (PS): Para todos os setores!

O Orador: ... para reduzirem custos de exploração e conquistarem o valor que consegue remunerar o investimento de toda a fileira. É isso que está em causa neste momento.

É por isso que o Partido Social Democrata, para dar um sinal relativamente aos grandes desafios do futuro, vai apresentar uma proposta para criar um

programa de investigação e desenvolvimento para os produtos agrícolas dos Açores, para dar um sinal de que é esse o grande desafio. É o desafio da indústria, é o desafio dos produtores.

O que nós temos é que acrescentar valor à agricultura dos Açores, porque se não o fizermos todos os investimentos que foram feitos até agora de nada servem, porque não chegaremos àquele que é o objetivo da economia agrícola nos Açores.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Toste tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu percebi o que o senhor disse, mas espero que o senhor tenha percebido aquilo que eu disse.

Aquilo que se fez na agricultura permite hoje reduzir os custos. Ou seja, melhores caminhos, mais água, eletrificação nas explorações, estamos a falar de alguns cêntimos a mais na produção paga ao leite.

Se pensarmos no leite em frio estamos a falar aqui de mais 2 ou 3 cêntimos, a diferença de ter eletrificação nas explorações.

Deputado António Almeida (PSD): É preciso olhar para a frente!

O Orador: Agora também referir, que daquilo que o senhor disse aí, eu tenho aqui o vosso programa, se fossem governo, e não diz metade daquilo que o senhor disse.

Deputado António Almeida (PSD): O senhor tem dificuldade em ler, mas está tudo bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Leu o documento de pernas para o ar!

O Orador: Não diz metade!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Olhando o que está aqui, é muitos estudos, é muita coisa, mas objetivamente (e gostava que o senhor me dissesse aqui) o que é que está aqui neste Programa que nos permite, no imediato, fazer crescer o preço do leite?

Diga-me! Eu gostava que o senhor me dissesse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Sras. e Srs. Deputados, peço o vosso silêncio para que o Sr. Secretário Regional possa intervir.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou procurar, dentro do tempo que tenho disponível, responder ao maior número de questões, sendo certo que algumas delas não vou conseguir fazê-lo.

De qualquer das formas vou começar pelo Sr. Deputado António Almeida e dizer que vou responder (entretanto saiu da sala... ah, está ali à frente), com a cortesia que me caracteriza, às questões que me foram colocadas.

O PSD diz que o Governo Regional não tem estratégia para a agricultura. Aliás, essa de não ter estratégia...

Deputada Mónica Rocha (PS): Já é recorrente!

Deputado José Contente (PS): Não ter estratégia é não ter futuro certo e alguns não têm o futuro certo!

O Orador: ... é recorrente e também algumas pessoas do sector, de vez enquanto, vêm: “o Governo não tem estratégia”. Mas depois recuam: “bom não têm estratégia para”...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem são? Quem são essas pessoas do sector?

O Orador: Sr. Deputado, o senhor é uma pessoa atenta (o Sr. Deputado é uma pessoa atenta!).

Deputado Luís Garcia (PSD): Diga, diga! Tenha coragem de dizer quem são essas pessoas do sector!

O Orador: O Governo tem estratégia. Aliás, eu tenho tanto coragem que até desmenti num debate que tive na Ordem dos Engenheiros. Portanto, nessa matéria estou à vontade.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional tem estratégia e, aliás, essa estratégia não é feita sozinha, no gabinete. É feita em parceria com o setor, é feita com os parceiros do setor. Sempre foi assim no passado e no futuro será assim.

Eu não me quero repetir em relação ao Sr. Deputado António Parreira, mas veja-se e olhe-se para o setor nos últimos anos e a evolução que o setor teve do ponto de vista das infraestruturas,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ó Sr. Secretário...

O Orador: ... do ponto de vista da modernização das próprias explorações. Houve um salto qualitativo muito grande, do ponto de vista da indústria. Ou seja, se não houvesse estratégia nada disso teria acontecido.

Aliás, se o setor não acreditasse, se os agricultores não acreditassem, se não houvesse muita pressão nos fundos comunitários no âmbito do PRORURAL, se isso não acontecesse, quer dizer que o setor estava moribundo, ninguém confiava no setor, ninguém queria investir.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, se acontece o contrário, quer dizer o quê? Que as pessoas confiam no setor, veem futuro no setor.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Veem, veem!

O Orador: Veem, Sra. Deputada! E a senhora devia ver com os óculos, como eu uso. Portanto, devia ver melhor até.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sessenta por cento das explorações estão em falência técnica!

O Orador: O quê?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sessenta por cento das explorações estão em falência técnica!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Luís Garcia (PSD): Se calhar esse estudo já está nalguma gaveta!

O Orador: Eu gostava de ver esse estudo!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor nunca desmentiu a falência das explorações agrícolas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu estou no Governo há quatro meses e ainda não me foi entregue nenhum estudo com esses 60% de falência técnica.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor acha que o Jorge Rita mentiu?

O Orador: Também fica o desafio ao Gabinete de Estudos do PSD para apresentar um estudo sobre essa matéria.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor acha que o Jorge Rita mentiu?

O Orador: Queria também dizer que é verdade que o setor vive um momento que não é fácil, um momento desafiante. Mas o setor sabe que pode contar com o Governo,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que fique registado que o Sr. Secretário disse que o Sr. Jorge Rita mentiu!

O Orador: ... com a política do Governo e com os instrumentos que o Governo tem ao seu dispor para continuar a modernizar o setor, para continuar a fazer investimento no setor, porque isso é essencial, não só para a redução dos custos, mas sobretudo também para a afirmação do setor.

O Sr. Deputado falou na questão dos mercados e na questão do preço. A questão do preço e dos mercados não foi uma questão criada pelo Governo Regional. Aliás, nós sabemos bem a situação da crise do leite, qual foi a origem, sabemos que o Governo Regional deu resposta na altura e bem, aliás deu uma resposta em termos de ajudas, digamos, mais vantajada (que é um termo que a agricultura percebe bem) do que o seu Governo...

Deputado António Almeida (PSD): Meu Governo?

O Orador: O Governo do seu partido!

... deu ao nível da República e até a nível da União Europeia.

Portanto, nessa matéria os Açores estiveram à frente em relação ao apoio que foi dado na situação de crise do setor.

Gostaria também de dizer que, falando ainda em termos de estratégia, quando o Governo defende o reforço do PRORURAL+, o reforço do POSEI, quando está a fazê-lo, está a fazê-lo porque tem uma estratégia para o setor. Se não tivesse uma estratégia para o setor não o defendia.

O Governo vai empenhar-se, quer nas negociações do PRORURAL, na avaliação intermédia, quer no próximo Quadro Comunitário de Apoio, para que de facto haja um reforço de verbas nesses dois instrumentos que são essenciais para o desenvolvimento do setor na Região, quer na perspetiva de ajuda aos agricultores, mas sobretudo na perspetiva de desenvolvimento rural das nossas comunidades.

Portanto, Sr. Deputado, sobre estratégia estamos falados.

Respostas rápidas em outras questões: 45 euros do prémio à vaca leiteira para São Miguel e para a Terceira.

Aquilo que foi aprovado no passado recente foi a inclusão dessa ajuda no âmbito do POSEI e foi aprovada para os três anos.

Aquilo que foi o compromisso do Governo sobre essa matéria, aliás foi dito no Conselho de Concertação Estratégica pelo Sr. Presidente do Governo e eu já tive oportunidade de o dizer, foi que para 2015 e 2016 este apoio foi disponibilizado, e o compromisso foi assumido e foi pago.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação a 2017 aquilo que estamos a fazer, estamos a avaliar a situação dos mercados, a evolução, e a seu tempo decidiremos o que vamos fazer sobre esta matéria.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Foi isto que já foi dito por mais do que uma vez e é essa a nossa questão.

Mas sobre essa matéria o Sr. Deputado também contradiz-se, porque por um lado defende a reestruturação do setor e critica o chamado apoio social, utilizando uma expressão sua.

Mas quando o Sr. Deputado vem defender aqui os 45 euros ainda é mais do que um apoio social.

Deputado António Almeida (PSD): Naturalmente! Com o apoio do POSEI!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quarenta e cinco euros? Quarenta e cinco euros, foi?

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, entenda-se! Ou quer a reestruturação ou quer apoio social.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem

O Orador: Eletrificação (o meu colega está a cortar-me a voz!).

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ó Berto, já desligas o microfone?!

O Orador: Em relação à eletrificação nós fizemos um trabalho fantástico nos últimos anos. Passámos do zero para os números que o Sr. Deputado acabou de dizer. De facto, este é um património deste Governo. Foi um Governo de que não fazia parte, mas é preciso dizê-lo, é deste Governo, dos Governos anteriores e do Partido Socialista, que fizeram um trabalho que alguns se calhar não acreditavam, não é?

Durante muitos anos ouvia-se os agricultores: “é preciso ligar eletricidade às explorações”.

E hoje o que é que verificamos?

Verificamos que as redes estão disponíveis e alguns agricultores estão com dificuldade em ligar, é verdade. Estão com dificuldade porque a situação não está fácil.

Deputado António Almeida (PSD): Ah!... Não está fácil!... Não está fácil!...

O Orador: Mas daí o Governo vai criar uma resposta. Estamos a preparar uma alteração ao PROAMAF no sentido de aumentar para 15 mil euros o limite de investimento, que irá permitir que muitos agricultores possam colocar eletricidade nas suas explorações e daí também obter um rendimento superior.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eletricidade e refrigeração! Não serve nada a eletricidade se não houver refrigeração. O leite tem que ser refrigerado!

O Orador: E refrigeração, claro. Muito obrigado, Sra. Deputada, pela correção. É verdade.

Em termos de preços de fatores de produção nas diferentes ilhas, aí, Sr. Deputado, é a economia do mercado a funcionar.

Também sabemos que um alqueire de terra não tem o mesmo preço em todas as ilhas e quem trabalha com terrenos arrendados sabe que é diferente numa ilha e noutra.

Há aqui uma questão muito importante, que é, as medidas de extensificação de produção pecuária têm mais peso nessas ilhas...

Deputado António Almeida (PSD): O princípio do apoio é esse!

O Orador: ... onde os fatores de produção são mais elevados.

Além disso, como sabe, há uma discriminação positiva também para essas ilhas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor já está com 90% da taxa de execução dessas medidas esgotado. Onde é que vai buscar dinheiro?

O Orador: Diga, Sra. Deputada?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nada, Sr. Secretário!

O Orador: A Sra. Deputada inscreva-se e coloque as questões.

Sr. Deputado, mais uma questão:

Em relação à fileira da carne, sabemos que neste momento a situação que se vive é, eu diria, quase atípica, porque apesar dos preços não serem aquilo que os agricultores desejam, na verdade é que tem existido, devido à capacidade de abate e escoamento, um número, um valor extraordinário em termos de exportação.

É verdade que essa situação contribuiu para o rateio no prémio ao abate, mas também é preciso dizer que por via desse aumento que houve, em termos do número de animais abatidos, o rendimento dos produtores, global, se assim se pode dizer, da fileira, aumentou e também de toda a economia que se gera à volta dessa área e dessa fileira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas vai haver um corte no apoio ao prémio ao abate, Sr. Secretário!

O Orador: Naturalmente que o nosso estatuto de excelência, do ponto de vista sanitário, contribuiu muito para isso, e se calhar é também por causa disso que neste momento já estamos a exportar gado vivo para Marrocos. É mais uma oportunidade de negócio que se vai abrir para este setor.

Nessa medida, o Governo já anunciou, teve oportunidade de anunciar, a criação de uma estrutura semelhante à que foi criada para a fileira do leite, para que possa acompanhar de perto, envolvendo todo o setor, a Universidade, enfim, as organizações para...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Podem todos dar a sua opinião, mas se não houver dinheiro é difícil!

O Orador: Vamos chegar lá, Sra. Deputada. Devagar e com convicção vamos chegar lá.

Entendemos que é extremamente importante para a política da carne no futuro.

Naturalmente que este setor tem desafios, que o Sr. Deputado falou e também concordo, seja na passagem da expedição em vez de carcaças já para carne embalada em formato final de consumo (naturalmente é uma vantagem que cria valor e que fica na Região), seja no estimular a organização, que é fundamental e nisso também o Governo estará empenhado, para além de continuar a dar apoio técnico às explorações.

No âmbito da diversificação agrícola, Sr. Deputado, o Governo não pode impor aos produtores aquilo que eles querem produzir.

Deputado António Almeida (PSD): Mas pode estimular!

O Orador: Os agricultores produzem em função daquilo que são as suas expectativas em termos de rentabilidade de negócio, em termos dos mercados e é nesse sentido que temos que acompanhar e temos que respeitar.

Agora existem instrumentos políticos, caso do POSEI e do PRORURAL, que são fundamentais na ajuda para essas produções.

Deputado António Almeida (PSD): Os fundos dão uma ajuda!

O Orador: Também no domínio das florestas uma nota. Sei que os Srs. Deputados, ou o PSD, têm uma fixação pelos 1000 postos de trabalho. Eu falo nisso aqui à vontade.

Deputado António Almeida (PSD): Até porque não são muitos!

Deputado Paulo Parece (PSD): Os senhores é que falaram nisso!

O Orador: É preciso admiti-lo. O Governo quando fez essa estimativa, errou, falhou, mas é preciso assumir isso com humildade. Aliás, há pouco tempo atrás os açorianos avaliaram as políticas do Governo e essa questão dos 1000 postos de trabalho já foi julgada. Acho que não vale a pena falar mais nisso. Falar mais nisso também não ajuda ao debate. Temos é que olhar para a frente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga ali ao Sr. Deputado do PS para ele olhar para a frente!

O Orador: Olhar para a frente, o que é que é preciso dizer? É preciso dizer que o Governo, nos últimos dois anos, foram cortados cerca de 100 hectares e isso originou mais de 20 mil metros cúbicos de madeira que foi exportada para o exterior da Região, grande parte dela para a América do Norte.

Vamos lançar, ainda este ano, mais 500 hectares para concurso, de matas públicas, que dará para cerca de cinco anos. Isso permitirá, a quem está neste momento na fileira da exportação, fazer acordos plurianuais, que é isso que os mercados estrangeiros estão a exigir, que no fundo querem uma garantia que vai haver madeira para exportar para a América do Norte, e o Governo vai criar condições para que assim seja, para que de facto esta fileira tenha um incremento maior ainda no futuro e seja também geradora de riqueza e de desenvolvimento da Região.

Por fim, e para terminar, Sr. Deputado João Corvelo, em relação à situação das medidas agroambientais o Governo Regional já fez a sua parte, depois de ser identificado o problema. Já remetemos o dossier para o Comité de Acompanhamento do PRORURAL+ e amanhã segue para a Comissão Europeia o pedido, digamos, de reforço destas verbas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Amanhã? Ó João sabes quando é que foi aprovado? Quase há um mês!

O Orador: Amanhã é sexta-feira, Sra. Deputada.

A minha expectativa em relação a esse dossier é que teremos um desfecho positivo e estamos empenhados, porque é importante esta medida para os agricultores das ilhas onde de facto a extensificação pecuária tem uma importância grande, como é o caso da Ilha das Flores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Bruxelas deixa, o senhor é que vai buscar para postos de trabalho!

O Orador: Já termino.

Em relação à política do Governo sobre o bem-estar animal esta será sempre concretizada, independentemente ou não, de haver uma ação concreta no Plano.

Como já foi anunciado aqui pela Sra. Deputada Renata, vão propor uma medida específica, mas isso não invalida que o Governo continue a trabalhar nessa matéria, independentemente de haver esta ação.

Tanto é assim que vamos incluir, no âmbito da Resolução que apoia as organizações do setor, as Associações de Defesa dos Animais, reconhecendo assim o importante papel que elas têm e o valioso trabalho que é feito na defesa do bem-estar animal.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Disse que ia buscar, mas como vai executar?

O Orador: Mesmo terminando, Sr. Deputado Paulo Mendes, o licenciamento dos centros de recolha oficial de animais é de facto um projeto em que o Governo está empenhado, e vai continuar a acompanhar. No périplo que fiz pelas autarquias foi um dos assuntos que estive em cima da Mesa.

Também é verdade que o Hospital Alice Moderno, a recomendação que foi aqui votada não foi concretizada. A questão das aves não é competência desta Secretaria.

Dizer também que independentemente de não ter sido feita esta recuperação, a melhor forma que temos de honrar a memória de Alice Moderno é, no fundo, aquilo que são as ações e as políticas que o Governo Regional tem promovido na defesa do bem-estar animal.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) Deputada Mónica Rocha (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Caro Deputado António Almeida, é sempre um gosto ouvi-lo, mas hoje não foi o caso.

Diga-me por favor, e eu sei que não tem tempo para responder, mas eu vou responder por si, porque a resposta é óbvia,...

Deputado Paulo Parece (PSD): É o normal! Já respondem antecipadamente no debate!

A Oradora: ... quem são as peças fundamentais na nossa agricultura?

Sr. Deputado, eu sei que gostava de estar ali, mas olhe, é a vida.

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado António Almeida, eu perguntava-lhe quem são as peças fundamentais da nossa agricultura?

Vou responder-lhe e sei que vai concordar comigo: são os nossos produtores! Certo? Muito bem!

Então, são eles que têm o trunfo essencial da evolução e do crescimento da nossa agricultura. Certo? Certo!

Então, são eles as mãos que escolhem investir, trabalhar diariamente na nossa terra para dar o melhor alimento. Certo? Certo!

Deputado Paulo Parece (PSD): Verdade La Palice!

A Oradora: Como tal, custa muito ouvi-lo falar neste cenário catastrófico, diminuindo a agricultura, como se os nossos produtores efetivamente não tivessem feito nada e estivessem retirados desta equação. Não estão!... Não estão!... Muito bem!

Então, lembre-se mais uma vez que a agricultura só existe com eles.

O seu discurso é dizer que eles não são capazes de enfrentar os seus desafios, de enfrentar os seus problemas proactivamente, com sentido de resiliência, pulso e decisão naquilo que eles investem. Eles são!... Eles têm capacidade!...

Nós, no Governo, a nossa responsabilidade e a do Partido Socialista...

Deputado António Almeida (PSD): Nós, no Governo?!

A Oradora: Nós representamos o Governo, Sr. Deputado. Tenha calma!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Ouça!... Eu sei que a mensagem é dura, mas ouça até ao fim que a gente aprende.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Quando a mensagem é dura a gente também aprende.

Então, o que a gente quer dizer aqui...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Quando os Srs. Deputados se acalmarem... Eu sei que isto é duro, mas a gente vai, hein?

Enfim, Sr. Deputado, o Partido Socialista, o Governo, pensa exatamente o oposto. Acredita muito nos seus produtores, no seu valor e no seu potencial, e acredita em tudo o que eles já conquistaram neste tempo.

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

Deputado Mário Tomé (PS): Tenha calma!

A Oradora: Oh!.... Muito se troque também!... Isto é complicado quando vocês querem substituir-se uns aos outros!

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: Ouça!

Deputado Paulo Parece (PSD): Ouça a Sra. Presidente!

Presidente: Sra. Deputada, por favor, não pode interpelar desta maneira as bancadas.

A Oradora: O Governo cria mecanismos...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Oh, pá!... Isto é complicado! (*Risos*)

Desculpe, Sra. Presidente. Isto é um problema das Mónicas, elas são assim!

Presidente: Sra. Deputada...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Desculpe!...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Você fez o mesmo ontem! Esqueceu-se?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Respeite!

A Oradora: Calma!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Não se chama Mónica?

Presidente: Sra. Deputada, por favor peço-lhe...

A Oradora: Peço desculpa!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não somos todas iguais! Muito respeito, porque há Mónicas diferentes!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É preciso tirar a máquina de café...

A Oradora: Eu não tomo café!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu lamento termos que iniciar os trabalhos com esta confusão aqui dentro. Nós temos prazos a cumprir,

como todos sabem. Portanto, não me façam ter que interromper os trabalhos.

A quem está a provocar ruído, peço silêncio. À Sra. Deputada Mónica Rocha tenho que lhe pedir que não pode interpelar desta maneira as bancadas.

A Oradora: Com certeza.

Presidente: Apenas deverá intervir para toda a câmara.

A Oradora: Muito bem!

Presidente: E por isso peço que continue, porque agora já estão reunidas as condições.

A Oradora: Peço desculpa!

Enfim, Sr. Deputado, o Partido Socialista, o Governo, pensa exatamente o oposto.

Acredita muito nos seus produtores, no valor e no seu grande potencial, acredita em tudo o que eles já conquistaram neste tempo e vão continuar a conquistar.

O Governo cria mecanismos e instrumentos de apoio que ajudam a promover as melhorias e não um assistencialismo.

O Governo não acredita no discurso de vitimização e descrença em relação aos açorianos.

Acredita, sim, na autonomia dos mesmos e na capacidade que eles têm de enfrentar o seu futuro.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: E tem muita, mas muita consideração por eles.

Enfim, é pena!

É triste que o PSD desvalorize assim os senhores produtores.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado António Almeida pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Almeida (PSD): Sim senhora.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que não tendo sido respondido um conjunto de questões que aqui coloquei hoje, porque como profissional do setor agrícola há muitos anos tenho o direito de o fazer na condição em que estou, não terei alternativa senão produzir um conjunto de requerimentos a solicitar a resposta às questões que aqui coloquei.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e da Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Avançamos então para a intervenção de tribuna sobre esta matéria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Ouça para ver se aprende alguma coisa!

Deputado João Bruto Costa (*PSD*): Disse isso com uma convicção!...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): São seguidas!

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, (o Sr. Presidente não está):

Falar de Agricultura, e dos seus diversos setores como um todo, é falar de viver com a Terra e pela Terra...! É falar de riqueza, e de um potencial extraordinário, de recursos e de bens, únicos e ímpares, que nos definem e projetam, como uma região de excelência Ambiental, Cultural e Patrimonial...!

A prova do mesmo, assenta na relevância que a atividade agrícola tem vindo a conquistar no contexto regional, a partir do incremento e evolução das suas culturas e produções tradicionais! Onde a carne e o leite, gozam de franco destaque como as fileiras mais estruturadas.

O setor do leite e a indústria dos laticínios, não são, como bem sabemos, estanques ou imunes aos diferentes fatores externos! Ontem tínhamos uma retração clara, hoje assistimos à recuperação do valor do leite a nível Europeu, Nacional e Regional, admitindo e devolvendo aos nossos produtores o que é de direito e muito merecido, porque o trabalho é deles e o valor é só deles...!

E perante estes cenários voláteis, o Governo soube e sabe lutar, defender e representar os Açores e a sua Agricultura, ao encontrar e delinear estratégias e ações conjuntas, nas mais diversas esferas.

Nos últimos cinco anos, os nossos produtores mostram-se mais profissionais, mais qualificados e eficazes. Prova do mesmo, é que o número de explorações diminuiu em 9%, todavia a produtividade média por

exploração aumenta, de 183.900 mil litros para 240.000 mil! Denunciando o esforço, em aumentar a área e a produção, em diminuir os custos de contexto, e em promover a sanidade e bem-estar dos seus animais, atingindo com isto, níveis únicos de Qualidade e Excelência.

Por ora, falemos de carne, falemos dos mais atuais dados deste sector, que demonstra o enorme potencial, para um futuro próximo, só possível pelo investimento, realizado e em curso, da Rede Regional de Abate! Assim, em 2016, a exportação de carne de vaca aumentou 17%, reiterando o facto de que este, é um sector a apostar e a dinamizar, e que o mesmo, reveste-se de especial importância na competitividade entre mercados nacionais e regionais...!

Muito mais havia a apresentar como conquistas...! Nomeadamente, no número de explorações eletrificadas, que rondam as 400, ou nas mais de 5000 explorações abastecidas com sistemas de abastecimento de água, ou por fim, nos 400km instalados em caminhos rurais...! Mas, muito mais há a fazer...! Sempre com verdadeiro sentido de missão... e com intenção reforçada de um contínuo investimento no crescimento sustentável das fileiras e das empresas, que com grande espírito de compromisso, empreendedorismo e inovação, assumem os desígnios do nosso leite, da nossa carne, da nossa horticultura, floricultura, vinho e mel...!

Todavia, mais do que a vertente quantitativa, queremos valorizar a qualitativa... Esta, para nós, reveste-se de maior importância, simplesmente porque nos permite, avaliar o efeito e impacto, que estas medidas e seus investimentos tiveram no melhoramento do dia-a-dia dos nossos produtores... Perceber e verificar o reflexo, que teve e tem, acima de tudo, na qualidade dos recursos ao serviço dos setores, e como, estes, se refletem numa vida e uma profissão mais estáveis e dignas...!

Em 2017, com este novo plano, orçamento e orientações a médio prazo, pretende-se mostrar que a visão é clara, os objetivos são partilhados e o investimento é responsável!

O programa 2 - Agricultura, florestas e desenvolvimento rural, enquadra-se na política setorial, com o objetivo, de “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”. Este objetivo é traduzido em medidas e ações, que sustentam o facto de que é na Agricultura...! no seu poder e potencial...! Que teremos o melhor presente... e o melhor futuro...!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou pronunciar isto aqui no mês que vem. Os funcionários públicos estão ao serviço do PS! Isso foi escrito na Direção Regional da Agricultura!

A Oradora: E é, na simbiose dos seus significados, que constatamos a fundações e os pilares do documento em análise.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!...

Darwin, disse que: “não são as espécies mais fortes que sobrevivem, nem as mais inteligentes, são aquelas que são mais adaptáveis à mudança”...! Esta mensagem, leva-nos a fundamentar a necessidade de criar uma estratégia sustentável e duradoura, assente na nossa capacidade de estabelecer equilíbrio nos diversos setores, de guiar, adaptar e organizar mecanismos que deem estabilidade e robustez, absorvendo a evolução, sem nunca descurar a nossa identidade, a nossa cultura e tradições...

Hoje, e sempre, este Governo, apresenta se como um elemento e uma força motriz, que agrega, Associações, Cooperativas, Federações, Indústrias e outros, reconhecendo o seu potencial e a sua autonomia! Convertendo e mediando, os mesmos, numa interação, não para todos, mas entre todos e com todos! Opondo-nos a uma ação assistencialista, fragmentada e

unidirecional! Mas sim, criando um projeto partilhado e profícuo, onde todos se revejam e colaborem, no objetivo último, de criar mudanças, fortalecer setores e impulsionar a Economia Açoriana...!

E tudo isto, reporta-nos à apresentação das medidas mais específicas inseridas no programa 2, que por sinal, sofreu um aumento de 0,7% e que se mostra como a melhor dotação dos últimos 5 anos!

Assim, a medida – 2.1 designada Infraestruturas Agrícolas e Florestais, baseia-se na consolidação, requalificação e manutenção do efetivo, em sistemas de abastecimento de água e eletrificação de apoio às explorações, bem como na beneficiação da rede viária em caminhos Florestais! A mesma, comporta ainda, a instalação de novos matadouros, que beneficiam, em muito, a já instalada Rede Regional de Abate! Apresentam-se igualmente, diversos sistemas que visam a modernização e inovação no desenvolvimento de estruturas informáticas e de comunicação, diretamente ligadas à atividade.

Na medida 2.2 - Modernização das Explorações Agrícolas, importa realçar o franco investimento, na sanidade animal e segurança alimentar, na sanidade vegetal e proteção de culturas, na Formação Profissional, aconselhamento e Divulgação Agrícola, no apoio às Explorações e à reposição do seu potencial produtivo. Todas elas, com reflexo em ações práticas, como é o caso do plano de controlo da erradicação da Brucelose, ou dos trabalhos em experimentação nas áreas da Horticultura e Floricultura e no conjunto de ações de qualificação e formação profissional, para agricultores e técnicos. Nesta medida, é pertinente dar particular atenção, às medidas integradas no PRORURAL +, que colmatam a necessidade de potenciar a transferência de conhecimento e informações

entre realidades, regiões e mercados, em prol de uma atuação consciente e atualizada...!

Na mesma direção, temos a medida que acredita, guia e apoia a entrada de jovens agricultores, levando ao tão necessário rejuvenescimento dos setores agrícolas. Por fim, referir o apoio à reestruturação financeira das explorações no âmbito do SAFIAGRI III, AGROCREDITO e PROCAINVEST entre outros, todos eles, instrumentos fundamentais à recuperação e estabilidade financeira das explorações agrícolas!

A medida 2.3- Aumento de valor dos produtos agrícolas, com uma dotação de 35 milhões, aproximadamente, aposta no apoio ao escoamento de produtos na indústria alimentar, fazendo face aos desafios inerentes aos produtos lácteos e seus excedentes, procurando rentabilizar, os sinais de retoma económica da fileira e do consumo dos mesmos. Aposta também, na importância de mediar, regular e conquistar novos mercados, como medida preventiva às oscilações dos mesmos! Por outro lado, investe igualmente, naquela que é a necessidade de atingir novos níveis de excelência, diferenciação e valor acrescentado dos nossos produtos, a partir de certificações específicas, como são, as DOP- IGP-ETG e Agricultura Biológica.

Porque o programa é ambicioso, termino com a apresentação, resumida, da última medida, 2.4 - Diversificação e Valorização do Espaço Rural, que exhibe objetivos alargados, através de pagamentos Agroambientais e Natura 2000, e no fomento Florestal, através não só, da promoção do uso múltiplo da Floresta, mas também, de tudo o que a ela concerne!

E em jeito de conclusão, declaro que este programa, é igualmente transversal, à efetivação de desenvolvimento e evolução, a todas as áreas de interesse e veemente potencial, como são a Horticultura a Floricultura e

mel, onde os dados positivos, atestam o feliz retorno à terra...! Neste sentimento partilhado, inclui-se naturalmente o nosso vinho, que avança no tempo e na Região, como um trilho a percorrer e a acarinhar...

Sras. e Srs. Deputados...

Termino com especial satisfação, por, pela primeira vez, enquanto terceirense e Açoriana, sentir que faço parte de uma visão integradora, de um plano maior, e de uma missão digna... ao apresentar e votar, aquele que é o instrumento fulcral, para que 2017...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que grande crítica aos Governos anteriores! Grande machadada! A crítica foi grande!

A Oradora: ... seja revestido de equilíbrio, crescimento e esperança...!

É este o nosso Dever...!

É este o nosso Compromisso...!

Disse...!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora vai...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais empregabilidade, mais qualificação, mais participação cívica.

São estes os pressupostos que presidem à ação do Governo dos Açores na área da Juventude.

Dessa forma e no âmbito desses princípios, materializamos as ações que constam no Plano de Investimentos para 2017.

Queremos mais cidadania e voluntariado local, regional e internacional, onde desenvolveremos o programa Jovens+, a iniciativa Parlamento dos Jovens, o programa Antes de Discriminares Conhece-me e também uma novidade este ano, um plano de parceria e intercâmbio de voluntariado entre jovens dos Açores e da Madeira, que envolverá várias dezenas de jovens.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem! Grande ideia!

O Orador: Queremos mais associativismo e mais orçamento participativo. Temos, neste âmbito, desenvolvido uma postura de diálogo com todas as associações juvenis da Região, visitando estas instituições, estando na sede delas e conversando com elas.

Desenvolveremos também o Encontro Regional de Associações Juvenis e redinamizaremos o Conselho de Juventude dos Açores.

Para nós, o Conselho de Juventude dos Açores não pode ser um monólogo do Governo. Queremos ouvir os jovens, ouvir as associações que lá estão representadas, queremos ser confrontados e escrutinados por quem representa a juventude açoriana nesse órgão.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: Não posso, por isso, também deixar de saudar aqueles que participaram no último Conselho de Juventude dos Açores, que se debruçou sobre o Plano de Investimentos e saudar também os contributos das organizações partidárias de juventude que estiveram presentes e, claro, que deram o seu contributo: a Juventude Socialista, a Juventude Popular, a Juventude Comunista e a Juventude do Bloco de Esquerda.

Deputado Francisco César (PS): E a do PSD?

O Orador: No âmbito do associativismo e do orçamento participativo, estão já em curso os procedimentos de avaliação e levantamento por parte da Direção Regional da Juventude sobre todos os procedimentos que vão ser desenvolvidos para implementar o Orçamento Participativo Jovem nos Açores já no Plano de Investimentos e Orçamento para o ano de 2018.

Queremos mais indústrias culturais e criativas e vamos, por isso, desenvolver também o programa Labjovem e o programa Põe-te em Cena.

Queremos mais mobilidade interna. Continuaremos com o Cartão Interjovem e vamos também alargar os benefícios deste cartão, permitindo a qualquer jovem que o adquira este ano que possa entrar gratuitamente nos centros interpretativos, nos museus e nos núcleos museológicos da nossa Região.

Continuaremos a assumir a rede de Pousadas da Juventude como um ativo fundamental na oferta turística de mobilidade interna da nossa Região.

Continuaremos a qualificar a nossa rede e, este ano, vamos proceder também à modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada.

Desenvolveremos também o programa Prepara o Teu Regresso a Casa, reformulando aquilo que existe e, também, desafiando e celebrando parcerias com grupos de jovens Açorianos que estão hoje no continente a estudar e que lá desenvolvem iniciativas, como é o caso de uma iniciativa

apoiada pelo Governo dos Açores, o Encontro Nacional de Estudantes Açorianos, que decorre este fim-de-semana, na cidade de Coimbra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é justo, não é sério!

O Orador: Vamos também desenvolver mais incentivos à formação, através da iniciativa Educação Empreendedora ou do Concurso Regional Ideia Açores, e à iniciativa Inspira-te, Aprende e Age.

Vamos também desenvolver mais projetos comunitários, reavaliando e alargando as parcerias que temos com o Conselho Nacional de Juventude, com o Instituto Português de Desporto e Juventude e, também, avaliando os programas Erasmus+ e Juventude em Ação.

Aliás, na próxima segunda-feira, terei uma reunião com o Secretário de Estado da Juventude onde vamos avaliar todas estas questões e avaliar o alargamento dos vários benefícios e programas nacionais também para os jovens Açorianos.

E, em parceria com o colega, o Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas, trabalharemos também para angariar mais jovens e mais parcerias no âmbito das nossas comunidades.

No âmbito da comunicação social, está já em curso o trabalho em torno do novo programa de apoio à comunicação social privada.

Reservamos mais de meio milhão de euros para estas empresas.

Estamos no processo de auscultação a todas as empresas dos Açores da área. Estamos a receber contributos e contamos já no mês de abril entregar no Parlamento dos Açores a nova proposta, em processo legislativo comum, para que possa ser apreciada por todos os partidos e possa também receber contributos de todos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: No âmbito de transparência e informação institucional, desenvolveremos todos os procedimentos para um novo Portal do Governo, que melhore a acessibilidade e a interação digital entre o Governo dos Açores e o cidadão e, também, um novo Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, que será inaugurado e colocado online já no mês de abril.

Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui a materializar aqueles que foram os nossos compromissos eleitorais nas últimas eleições regionais.

Estamos aqui a dar a cara pelas opções que foram maioritariamente escolhidas nas últimas eleições regionais.

Sras. e Srs. Deputados, quem se diz a favor do emprego, a favor do crescimento, a favor dos apoios sociais e a favor de uma juventude mais participada e mais ativa, tem de, naturalmente, estar a favor do Plano de Investimentos e do Orçamento que aqui apresentamos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional Berto Messias, depois de uma ronda de reuniões com as juventudes partidárias e com as associações de juventude, que o senhor promoveu e muito bem, para tomar pulso às preocupações e aos

desafios dos nossos jovens, eu pergunto se o melhor que o Governo Regional do PS tem para oferecer aos jovens açorianos é um corte de investimento? Se é uma redução do investimento em 2,65%?

O senhor dizia na sua intervenção “mais empregabilidade”, mais, mais, mais... eu olhava para o Plano e via menos, menos, menos, menos, menos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, há qualquer coisa aqui que não está bem, Sr. Secretário.

Depois do Governo Regional dizer, e cito, “a juventude açoriana é um dos mais importantes ativos para o processo de desenvolvimento económico e social da Região”, o que o Governo Regional faz é cortar?

Corta no investimento para internalização da mobilidade, corte na cidadania e voluntariado, corta na informação à juventude.

Num Plano de investimentos em que a modernização da Pousada da Juventude de Ponta Delgada continua a representar mais de um quarto do investimento total para a juventude, mesmo assim, continuam-se a cortar verbas?

Então onde é que está todo o empenho que os senhores tinham prometido quanto à melhoria das condições de vida dos jovens açorianos?

Para que é que serviram todas as reuniões que tiveram com os representantes das juventudes e com os representantes das associações de juventude?

Eu julgo que só se foi para não cortarem mais.

Portanto, a pergunta que me resta fazer, e o que o CDS gostaria que respondesse, é, onde é que estão os reforços anunciados no Programa do Governo para as medidas de apoio à fixação de jovens na Região?

Agradecia estes esclarecimentos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

(*) **Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional de Investimentos que agora analisamos, no que diz respeito ao setor da Juventude, é sem dúvida um documento ambicioso, capaz de construir alternativas inovadoras e que dá resposta às grandes questões do presente, preparando simultaneamente o futuro e a superação dos desafios com que a juventude se depara.

Nos Açores, os jovens têm sido sempre parte integrante da nossa sociedade, pois a sua irreverência e inconformismo, aliados à sua capacidade de inovação, é algo que jamais poderá ser desaproveitado ou não fosse esta a geração mais bem qualificada de sempre.

Os sucessivos Governos do Partido Socialista sempre encararam os jovens como membros ativos do presente e não apenas do futuro.

O legado das sucessivas políticas, implementadas ao longo dos últimos anos na Região Autónoma dos Açores, comprova isso mesmo.

No entanto, compete-nos a nós, aqui e agora, olharmos para o futuro e é nesse sentido que o Plano de Investimentos para 2017 apresenta, no nosso entender, medidas concretas que são transversais às várias áreas de governação e que vão ao encontro das expetativas dos jovens açorianos.

Medidas como:

- O apoio à mobilidade dos jovens, através do Programa Bento de Góis, que promove a mobilidade e o intercâmbio dos jovens nos Açores, em todo o

território nacional, bem como na Europa e nas Comunidades Açorianas da Diáspora;

- A contínua aposta na educação para a cidadania, onde se destaca a realização do Programa Parlamento dos Jovens que tem como principais objetivos;
- Incentivar os jovens pela participação cívica e política;
- Fazer ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político;
- Dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria.

Só para se ter uma noção, entre 2013 e 2016, participaram no Parlamento dos Jovens mais de 400 jovens, oriundos de 39 escolas de toda a Região.

Medidas como:

A implementação de todo o processo necessário para a criação do Orçamento Participativo Jovem dos Açores, medida que a JS/Açores tem defendido como um importante contributo para o envolvimento dos jovens açorianos no processo de decisão política.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Com a concretização deste objetivo haverá a possibilidade, no futuro, dos jovens proporem e votarem nas medidas que querem ver executadas nos Açores dentro de um montante orçamental disponibilizado para o efeito.

O início da implementação do processo do Orçamento Participativo Jovem demonstra também o importante compromisso do Governo dos Açores no reforço da participação política dos jovens açorianos, apelando desta forma ao seu envolvimento no debate e na decisão das prioridades de investimento para a Região.

Medidas como o apoio ao associativismo juvenil e empreendedorismo jovem na Região, através do apoio aos planos de atividades das associações de jovens, e de programas de formação e do apoio a infraestruturas e equipamentos, enquanto estratégia de reforço da coesão social, da reconversão profissional e empregabilidade jovem.

E, por fim, o investimento na modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada, obras que irão permitir ganhos de conforto, de eficiência energética, e adaptação das instalações para pessoas com mobilidade reduzida, investimento que ronda os 700 mil euros.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tenho dúvidas que estes são objetivos mobilizadores dos jovens para fazerem face aos múltiplos desafios com que se deparam.

Por outro lado, este Plano de Investimentos, para além de uma estratégia clara, é já uma resposta oportuna a uma nova era no desenvolvimento de políticas de Juventude porque governar de, para e com a Juventude é algo que tem de estar sempre patente nas linhas orientadoras das políticas de juventude para a nossa Região.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário tem a palavra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai ter que ser!

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Alonso Miguel, eu suponho que a sua pergunta foi retórica, mas também não posso deixar de lhe dizer que mais fixação dos jovens é obviamente um princípio do Governo dos Açores que não se circunscreve só à Secretaria que eu tutelo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!...

O Orador: A preocupação com a juventude é uma área transversal de todo o Governo dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Transversal!...

O Orador: E mais fixação, trazer os jovens dos Açores, que estão fora da Região a estudar e a qualificar-se, e garantir que aqueles que estão nos Açores não se vão embora, é uma preocupação permanente e a prioridade das prioridades na Secretaria em que estou.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bom regresso a casa!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, devo dizer-lhe o seguinte:

A juventude é transversal, é verdade, mas quando nós olhamos para as áreas, para as outras áreas deste Plano, quando eu olho para a competitividade empresarial, eu não vejo mais, mais, mais. Eu vejo menos, menos, menos: no sistema de incentivos à competitividade empresarial, no fomento do empreendedorismo e inovação, na dinamização da atividade económica, nos estímulos ao desenvolvimento empresarial, na formação profissional, nos programas de emprego.

Portanto, eu vejo menos, menos, menos, Sr. Secretário.

Depois, mais, mais, mais, Sr. Secretário, era uma pousada da juventude também para a Horta, era uma pousada da juventude para a Graciosa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... era uma pousada da juventude para as Flores, não era andarmos dois/três anos sempre com as mesmas verbas inscritas de modernização da Pousada de Ponta Delgada, que acho muito bem, mas que tem que ser feita.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A sua visão está menos, menos, menos!

O Orador: Portanto, mais, mais, mais, era também garantir que os jovens, ao usufruir da tarifa Interjovem SATA possam garantir o seu lugar no voo para potenciar essa boa medida e eu espero que os senhores venham a apresentar essa proposta que o CDS-PP já fez entrar nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então avançar para a intervenção de tribuna sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No exercício pleno da nossa autonomia democrática, estamos aqui, cada um com as suas responsabilidades, cada um com as suas dimensões eleitorais – aquela que resultou da vontade expressa pelos açorianos –...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... a discutir o OMP 2017-2020, o Plano e o Orçamento para este ano. Assim, importa dizer que não estamos aqui em fim de ciclo, mas sim em início de mandato!

O Partido Socialista chegou a esta discussão orgulhoso no trabalho feito e consciente do muito que há para fazer! Com um programa eleitoral transversal, merecedor da confiança da maioria dos açorianos e que foi com toda a legitimidade transformado em Plano de Governo, completando-o agora com um documento orientador a médio prazo que observa as respetivas propostas e um orçamento que já as concretiza para a sua execução.

Isto é democracia, isto é a democracia a funcionar na sua plenitude.

Deputada Maria Isabel Quinto e Deputado André Bradford (PS):

Muito bem!

O Orador: No seio responsável da nossa maioria, não fomos nós que aqui chegámos fechados, ou curvados sobre nós próprios, ou moucos ao pulsar da sociedade, ao contrário de outros.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os Jovens açorianos são gente com ideias modernas, abertos à inovação, crentes no futuro que afinal é nosso, com capacidades e abertura de espírito para novos debates e prontos para participar em renovados projetos de ação concreta que o Governo se propõe executar.

A dotação orçamental da área da juventude volta a ser superior a 2,6 milhões de euros.

Pretende o Governo mais empregabilidade, mais qualificações, mais participação.

Os Açores são hoje aquilo que os açorianos quiseram que ele fosse...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e será sempre aquilo que os açorianos quiserem que ele seja! Isto é autonomia democrática!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Querer tirar os jovens dessa discussão não faz sentido e querer incluí-los em todo o processo de definição das políticas de juventude nos Açores é característico dos objetivos do Partido Socialista e é distintivo histórico dos Governos dos Açores do Partido Socialista.

Assim, também não poderia deixar aqui de relevar que, quer nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020, quer no Plano e Orçamento para 2017, as propostas dirigidas à juventude são transversais a várias políticas governamentais: na educação e na formação profissional, desde logo, mas também no emprego, no empreendedorismo, no desporto, nas atividades culturais, na solidariedade social, na ocupação de tempos livres, nas

atividades sociais e até no apoio às empresas para criação de emprego jovem.

Sem dúvida que as preocupações do Governo, relativamente à Juventude açoriana, estão bem patentes e obedecem a uma lógica de intervenção integrada, sempre rentabilizadora, que me apraz registar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considerando-se que a grande diferença entre uma Região desenvolvida e uma Região menos desenvolvida reside na detenção do conhecimento, criar mecanismos para que isso aconteça é missão assumida só de alguns Governos e volta a ser claro que o Governo do Partido Socialista tem essa marca.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Os programas como o Bento de Góis e o Cartão Interjovem potenciam a mobilidade dos jovens. Os programas de voluntariado local e internacional potenciam a abertura de novos horizontes.

Relevo também o arranque do processo de implementação do Orçamento Participativo Jovem nos Açores, a continuidade do programa Educação Empreendedora, do Lab Jovem, do Põe-te Em Cena, do OTL-Jovem e até o reforço estratégico do projeto Prepara o teu Regresso a Casa, com os quais o Governo mostra à evidência, estar junto dos jovens, percebendo os seus anseios e os seus objetivos.

Outro aspeto que importa realçar, são os números do desemprego jovem.

Em dois anos, com o Governo do PS, o desemprego jovem baixou em 42%, valor que é já o mais baixo do País.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Se no final de 2016 mostramos a nossa insatisfação por 1 em cada 3 jovens estarem desempregados, hoje falamos em 1 em cada 4. Isto mostra três coisas: a estratégia está montada; a estratégia que está montada está a funcionar e não descansaremos enquanto essa for uma preocupação dos jovens e das suas famílias.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Não havendo inscrições vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas

(Rui Bettencourt): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Membros do Governo:

Quando vos apresentamos aqui o Programa do Governo dos Açores para 2017-2020, em matéria de Relações Externas, propusemos ter como linha central de atuação “levar os Açores ao mundo e trazer o mundo aos Açores”, numa abordagem consensual.

Irei apresentar-vos agora, mais em pormenor, o que o Governo pretende fazer e as prioridades que assume para esta área da governação no Orçamento e Plano de 2017, que cresceu 8%.

O desiderato de projetar e de afirmar os Açores no mundo materializa-se em termos de ação pública, desde logo e em primeiro lugar na Europa, pela nossa presença forte e permanente em todas as instâncias europeias e em todas as reuniões onde estamos implicados.

E começaria, precisamente, por colocar aqui a ação do Governo na defesa da nossa ultraperiferia.

Como sabem, a União Europeia reconhece a especificidade da ultraperiferia permitindo expressamente à Comissão propor e ao Conselho adotar disposições específicas que visem adaptar o direito europeu na sua aplicação a estas Regiões.

Neste sentido, este ano de 2017 é particularmente relevante na medida em que se prevê a apresentação, pela Comissão Europeia, de uma nova Comunicação contendo as suas propostas para o futuro da ultraperiferia e que tem também como pano de fundo a reflexão em curso sobre a Política de Coesão pós-2020 e as consequências da saída a prazo do Reino Unido.

Nesse domínio, assume preponderância a participação dinâmica dos Açores no Memorando – que preparamos e que apresentaremos, em conjunto com todas as Regiões Ultraperiféricas, no Fórum das RUP a 30 e 31 de março, em Bruxelas, e que será entregue, nessa ocasião, ao Presidente da Comissão Europeia – ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que tem um triplo e claro objetivo:

- Desde logo, visar consolidar e reforçar os dispositivos já existentes em prol destas regiões;

- Igualmente, visar adaptar os programas e iniciativas europeias de que ainda não beneficiamos às especificidades das Regiões Ultraperiféricas;
- E, também, visa fazer evoluir as políticas para as Regiões Ultraperiféricas através da criação de instrumentos específicos em vários setores, tais como na Agricultura, no Ambiente, nos Auxílios de Estado, na Coesão Económica, Social e Territorial, na Cultura, nas Empresas, na Energia, ou ainda na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, na Pesca e Aquacultura, na Política Marítima Integrada e nos Transportes.

É de realçar, na preparação deste Fórum, a articulação das intervenções do Governo dos Açores com as dos agentes económicos e empresariais, os parceiros sociais, a Universidade dos Açores, que também estarão presentes.

Igualmente, de modo a potenciar a presença dos Açores junto das instituições e parceiros europeus, apresentaremos a 31 de março, o Gabinete de Representação dos Açores em Bruxelas, que terá como missão central reforçar a capacidade de intervenção dos Açores na defesa dos seus interesses através de uma maior proximidade com as principais instituições e organismos da União Europeia, de outras entidades, em particular os organismos interregionais, instituições públicas e privadas e demais representações de outras Regiões e Estados.

Esse Gabinete, que desenvolverá desde logo sinergias com a representação da Região Autónoma da Madeira, estará também ao dispor das entidades e organismos da sociedade civil açoriana para a procura das soluções e promoção dos seus interesses em Bruxelas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: E porque, como ainda há dias dizia o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Doutor Jaime Gama, “toda a política externa, é uma política interna”, devemos desde logo dizer nos Açores, aqui e a todas as Açorianas e Açorianos, o que está a ser feito e como estamos a fazer.

Neste ano de 2017, ano charneira da construção da União Europeia, havendo valores humanistas em risco, importa colocar também a Europa em debate na sociedade açoriana.

O plano de mobilização das pessoas para as questões europeias – Cidadania Europeia – pretende levar a Europa a milhares de Açorianas e Açorianos, desde os jovens nas escolas aos adultos, desde conferências – debate sobre temas como o futuro da Europa, as estratégias europeias de inovação, ultraperiferia, as novas centralidades dos Açores, com figuras de reconhecida competência, a concursos multimédia, teatro com figuras europeias, jogos lúdico-pedagógicos nas escolas, contos europeus nas bibliotecas públicas ou ainda a comemoração do Dia da Europa, que este ano será no Corvo, num inédito envolvimento da população corvina.

Na cooperação externa, tem particular importância a implementação do Conselho Açoriano para a Internacionalização.

Trata-se de um órgão consultivo e de articulação interna da Região.

Este Conselho tem como objetivo central a organização de sinergias para a promoção externa dos Açores junto de todos os que estão nela implicados,...

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: ... em particular as empresas com vocação para a internacionalização, ou ainda na organização de estratégias que visem desencadear e aprofundar a internacionalização da sociedade açoriana – em todas as suas dimensões: na representação dos Açores no exterior, na

promoção económica e do turismo, na educação, na formação, na mobilidade, na promoção cultural, na intervenção cívica, no desenvolvimento social, na inovação ou ainda na imagem da Região no exterior.

Nesta organização de sinergias e neste despoletar de uma vocação de internacionalização dos Açores, compete ao Governo a assunção de um papel de estratega, de impulsionador, de fazedor de políticas, deixando, naturalmente, às empresas e à sociedade civil organizada o desempenho do papel que lhes incumbe.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Uma outra dimensão da nossa ação externa tem a ver com a valorização da nossa Diáspora. Trata-se de agir em duas frentes.

Por um lado, apoiar a inclusão e a intervenção social do emigrado e do regressado, promovendo a integração no país de acolhimento - como temos vindo a fazer, com força, apoiando as entidades que promovem junto das nossas comunidades ações de informação e de sensibilização sobre essa questão – mas também na cooperação com as organizações da Diáspora, em particular as Casas dos Açores.

Promovendo, igualmente, a Açorianidade e a identidade cultural açoriana e, sobretudo, implicando a juventude.

Também as questões de interculturalidade têm expressão na nossa ação.

Por outro lado, estamos a incentivar um formidável potencial proporcionado pelo facto de termos mais de um milhão de Açorianos da Diáspora.

A estratégia central aqui é apelar à implicação dos jovens Açorianos no mundo para participarem no nosso projeto.

Disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver. E não havendo inscrições, vamos então passar para a última intervenção de tribuna desta matéria e também deste debate.

Tem palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Subo a esta tribuna para manifestar o regozijo e o apoio do Partido Socialista a este Orçamento e Plano de Investimentos, nomeadamente na parte que me toca e particularmente ao Programa de Relações Externas e Comunidades.

Gostaria de começar por salientar o objetivo do Governo em cumprir aquilo que nos parece ser um imperativo decisivo da nossa cooperação externa: garantir uma presença forte, ativa e determinada em todos os organismos onde a Região tem assento. Este é um objetivo aqui explanado e uma saudação particular a esta visão do Governo e do Sr. Secretário.

Eu destacaria quatro pontos, numa intervenção necessariamente muito breve por constrangimentos de tempo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas já ninguém pode falar!

O Orador: ... que este programa representa para nós.

Em primeiro lugar, a atuação que o Governo se compromete fazer ao nível de organismos muito importantes, organismos consultivos da Comissão Europeia, nomeadamente o Comité das Regiões e a Assembleia das Regiões da Europa.

É fundamental, Sr. Secretário, como sabe (já trocámos pontos de vista sobre isso na reunião da Comissão), e muito importante, a presença e a ação da Região nestes órgãos.

Em segundo lugar, a prioridade que é conferida aos organismos de cooperação inter-regional, que também aqui salientou e que nós queríamos sublinhar: a Conferência dos Presidentes das RUP's, o Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa e a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, onde o PS aproveita para felicitar o Sr. Presidente do Governo pela forma como tem desempenhado, uma forma que muito nos orgulha, o seu cargo de Presidente deste organismo.

Em terceiro lugar, destacaria a atenção que é dada às nossas comunidades, e que o Sr. Secretário aqui também reforçou, a diversos movimentos associativos e particularmente à nossa rede das Casas dos Açores, um organismo cada vez mais importante e, aliás, um organismo que esta Assembleia tem tido o privilégio de também cooperar ao nível da Conferência Mundial. Temos sido convidados e a Região tem acompanhado e estado envolvida nestas importantíssimas reflexões.

Por último, eu gostava de deixar uma nota também em relação a aspetos relacionados com a inovação que o Governo aqui apresenta.

O Sr. Secretário falou, e eu gostava de sublinhar, do Conselho Açoriano para Internacionalização dos Açores e da nossa Economia, que é da maior

importância, e também o Gabinete de Representação da Região Autónoma em Bruxelas. São duas novas linhas que o Governo explora e que nos parecem de grande pertinência e de grande mérito.

Deixaria também um alerta, Sr. Secretário: creio que é muito importante, e penso que os partidos deste Parlamento também estão disponíveis para este trabalho intenso e muitas vezes exaustivo, reforçar a cooperação bilateral que a Região tem com várias regiões, como por exemplo o Estado de Ontário, no Canadá, o Estado de Massachusetts, o Estado da Califórnia. Esta Assembleia estará sempre disponível para ajudar o Governo, estou certo, nesta difícil tarefa.

Estas são linhas de atuação muito importantes do Governo. Grande parte do nosso futuro passa pelo futuro da Europa e passa pela ação do seu departamento.

Numa altura em que ontem felizmente houve um sinal de esperança, um sinal de derrota dos populismos na Holanda...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... e onde se está a discutir o Livro Branco sobre o futuro da Europa, Sr. Secretário desejamos as maiores felicidades ao Governo em geral, como é óbvio, e particularmente ao Sr. Secretário que terá esta função mais espinhosa, porque é de facto neste plano que precisamos de atuar, é neste plano que se defende as Regiões Ultraperiféricas e obviamente os Açores, e é também nesses organismos que se influencia a construção da Europa, um papel ao qual os Açores nunca se negaram...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: ... e onde aqui volto a sublinhar o grande mérito que o Sr. Presidente Vasco Cordeiro na CRPM tem tido, precisamente tendo esta

ação ativa de defesa das RUP's é certo, mas de influência da construção europeia.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Termino, portanto, com uma referência ao Orçamento e ao Plano:

Nós estamos perante um bom Orçamento, um bom Plano de Investimentos, onde vamos ter investimento, crescimento e emprego para os nossos Açores e no caso do PS estaremos confrontados com as responsabilidades próprias de quem tem uma maioria de apoio neste Parlamento e estamos confrontados com o desafio de transformar uma grande vitória eleitoral num novo ciclo de desenvolvimento para os Açores e de progresso para os açorianos.

Estamos aqui para assumir essas responsabilidades.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se já inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. O debate na generalidade de tão importantes documentos está prestes a terminar.

Os tempos para as intervenções finais foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes:

O PCP e o PPM dispõem de 7 minutos;

O Bloco de Esquerda de 9 minutos;

O CDS de 14 minutos;

O PSD de 20 minutos;

O Partido Socialista e o Governo dispõem de 30 minutos.

Vamos retomar às 17H00 para serem feitas as intervenções finais, findo o qual então encerraremos o debate na generalidade sobre estas matérias.

Regressamos então às cinco.

Eram 16 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início às intervenções finais deste debate.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Estamos a concluir a discussão do Orçamento da Região Autónoma para 2017, do Plano Regional Anual para 2017 e das Orientações de Médio Prazo 2017/2020.

Escrevi, no discurso de abertura desta reunião plenária, que o Governo Regional não está, na minha opinião, a realizar uma leitura correta das necessidades e dos desafios que a sociedade e a economia açoriana enfrentam. Por isso falei de D. Quixote e dos célebres moinhos de vento.

Apesar desta perceção negativa dos documentos governamentais que estão análise neste debate, participei na discussão com espírito e mente aberta. Acredito na legitimidade e na eficácia do debate parlamentar. O método parlamentar, que permite a discussão livre de políticas e a exposição, submetida ao contraditório, de argumentos, representam, para mim, uma solução democrática de governo que ainda não foi superada.

Não acredito em iluminados. Não acredito em ungidos. Não acredito em homens providenciais. Não acredito em homens ou mulheres insubstituíveis. Não acredito em super-homens. Não acredito em profetas e não acredito em homens ou mulheres que reivindicam uma especial e exclusiva relação com o sentimento e a vontade popular.

Acredito, como já aqui disse muitas vezes, no “Governo do Povo, pelo Povo e para o Povo”. Num sujeito coletivo, cuja natureza e vontade não se esgota numa qualquer maioria política circunstancial, por mais longo que seja o ciclo eleitoral vitorioso.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Tenho um conjunto de motivos, acontecimentos, desempenhos e desencantos que me ajudaram a definir a minha posição neste Orçamento.

São os seguintes:

1- A utilização abusiva, por parte de muitos Secretários e deputados da maioria, da vitória eleitoral de há 5 meses para justificar a inata superioridade dos seus argumentos e dos seus projetos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Ou seja, muitos pensam e defendem que tendo o PS ganho as eleições, isso implica que tem de ser reconhecida a natureza determinista e não problematizável das suas propostas ou até do conjunto da sua ação política anterior.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esta conclusão e este pensamento estão profundamente errados. O nosso sistema político não funciona numa lógica política referendária, que é a preferida das ditaduras, dos sistemas autoritários e dos populismos que negam o carácter representativo e plural das democracias parlamentares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Nós somos uma democracia parlamentar e isso implica recusar a ideia que uma qualquer maioria tem razão pela simples circunstância de ser uma maioria. Numa democracia parlamentar a discussão de argumentos e a apreciação do mérito de propostas e projetos não pode partir de qualquer postulado prévio que imponha a natureza e a superioridade incontestável do pensamento maioritário ou da corrente política mais votada. O mérito tem de ser discutido. O mérito deve ser problematizado. O mérito tem de ser provado.

Ora a maioria socialista usou e abusou, ao longo do debate, do pensamento mágico e da imposição, quase tribal, do carácter sagrado e incontestável das propostas governamentais. Como alguém afirmou, é importante não esquecer que a democracia é apenas a suspeição de que mais de metade das pessoas estão certas, mais do que metade das vezes (E.B. White).

2- A natureza injusta e insustentável dos documentos orçamentais aqui propostos pelo Governo Regional suportado pelo Partido Socialista. Um grande libertário norte-americano disse um dia, com uma presença de

espírito admirável, que “a democracia tem de ser algo mais do que dois lobos e uma ovelha a votarem o que vão ter para o jantar”.

Ora a questão é mesmo essa nos Açores socialistas. Existem cada vez mais lobos e menos ovelhas na sociedade açoriana. Uma parte cada vez mais significativa do nosso Orçamento está a ser canalizada para uma elite partidária em constante expansão no âmbito do pessoal político do sistema, nos cargos de chefia e de confiança política da administração regional ou no sector público empresarial regional. Para uma Região com tão poucos recursos como a nossa, tudo isto representa um fardo cada vez mais insustentável.

Na base da pirâmide da sociedade de castas em que nos transformámos, as massas populares mantêm-se calmas e fieis à situação devido ao crescimento prodigioso dos programas ocupacionais e da enorme expansão do Rendimento Social de Inserção. Os rendimentos dos açorianos abrangidos por estes mecanismos asseguram apenas o nível de subsistência destas populações.

O atual modelo de desenvolvimento económico e os mecanismos governamentais de intervenção social constituem um formidável - e quase invencível – método para ganhar eleições e preservar o poder político, mas retiram, a vastos sectores da população açoriana, qualquer horizonte de futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: 3- A outra questão, que reputo de essencial, consiste no erro estratégico e de governação que está a ser cometido no âmbito da conceção e das prioridades assumidas em termos orçamentais pelo Governo Regional.

Diminuir o investimento no âmbito da promoção do destino Açores e da qualificação do sector turístico significa dar como adquirido algo que ainda não está garantido: a expansão e a afirmação do nosso sector turístico.

Ou seja, o Governo Regional provoca um novo problema e diminui o potencial de crescimento de um sector que tem todas as condições para crescer significativamente. Este é o género de atitude que torna pertinente a célebre frase de Woody Allen: “A vocação de um político de carreira é fazer de cada solução um problema”. Trata-se de uma opção estratégica incompreensível.

O mesmo se diga da diminuição do esforço orçamental em áreas como a agricultura e as pescas. Também aqui a opção deveria ser diferente e de sinal contrário. As pescas e a agricultura continuam a representar dois pilares fundamentais da economia açoriana. Nesse sentido, o que se deveria fazer é aumentar o investimento nas pescas e na agricultura, e não capitular nestas duas frentes de batalha como faz o Governo Regional neste Orçamento.

4- A outra questão de que discordo tem a ver com o significativo aumento da carga fiscal que incidirá sobre os açorianos devido às decisões conjugadas dos socialistas açorianos de Lisboa e dos socialistas dos Açores.

Neste âmbito, tenho a certeza que pelo menos um deputado socialista votará contra o aumento do imposto do tabaco: o deputado André Bradford.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O mesmo que escreveu um dia – num artigo com o seguinte e sugestivo título: Fumadores de todo mundo, uni-vos! – ...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

... que “numa sociedade verdadeiramente democrática e respeitadora da liberdade do indivíduo, o facto de se ser fumador seria tão ou menos irrelevante quanto o facto de beber uma água. Mas na sociedade contemporânea é quase mais grave do que ser-se corrupto”.

Seja como for, não estou absolutamente convencido que as razões de saúde superem, de facto, as razões relacionadas com a falta de dinheiro de um executivo que não quer abdicar de pequenos luxos e velhos hábitos. Nestas circunstâncias, deixem-me aqui adaptar para a nossa realidade uma frase lapidar de Ricardo Araújo Pereira (sim, merece ser citado): “Os açorianos vivem hoje num país nórdico: pagam impostos como no Norte da Europa e têm um nível de vida como no Norte de África”.

5- Existe, ao nível orçamental, outra questão permanente e estrutural, que tende a agravar-se de ano para ano. Trata-se dos investimentos concretizados por um Governo Regional que, não tendo dinheiro para os fazer, assume compromissos de pagamento faseado de muito longo prazo: que superam as três décadas. É o caso da Scut dos Açores, cuja renda anual sobe mais de 2 milhões de euros em relação ao ano passado, atingindo o valor estratosférico de mais de 31 milhões de euros ou do hospital de Angra.

Não concordo. Não posso aceitar que os netos dos açorianos tenham de pagar por uma opção e por uma escolha que não realizaram. Impor dívidas e encargos a uma geração que ainda nem sequer nasceu, não tem nada de democrático. Cada geração tem o direito de realizar as suas próprias escolhas.

O Partido Socialista dos Açores impôs a sua vontade ao longo das últimas duas décadas, mas os que nascerem e crescerem nas próximas três décadas serão obrigados a pagar despesas que não decidiram e não votaram. Este facto está, pura e simplesmente, errado.

6- Deixem-me abordar, com muita frontalidade, outra questão. Não sou um monárquico integralista. O PPM tem uma grande tradição liberal e reivindica o património daqueles que ganharam a Guerra Civil do início do século XIX.

Por isso defendemos a separação entre o Trono e o Altar. Nos Açores temos uma situação atípica: não existe separação nítida entre o Trono e o Altar, entre o Governo Regional Socialista e a Igreja, entre o poder temporal e o poder religioso.

Nesse sentido, trata-se de uma situação que, na prática, nos remete para um período que antecede a Revolução Francesa. É por isso que os contribuintes açorianos pagaram, ao longo das últimas duas décadas, uma espécie de dízimo involuntário à Igreja que atinge, em média, cerca de um milhão de euros. O próprio Tribunal de Contas tem grandes dúvidas em relação a este pagamento anual. E eu também. Nestas coisas defendo o que Cristo nos ensinou: “A César o que é de César, a Deus o que é de Deus”.

7- Finalmente, discordo da forma como estão desenhadas as políticas de coesão para as ilhas de menor dimensão. Dou apenas dois exemplos da minha ilha. Como é possível que mais de quatro centenas de corvinos continuem totalmente dependentes de um tirano cavernícola, na área da saúde, ao longo de todo este tempo? Como é possível que isto possa suceder na nossa sociedade?

O segundo exemplo, também da ilha do Corvo, prende-se com a ausência de um refeitório escolar para os alunos do Corvo. Nesta questão, como em

tantas outras, parece que somos “Filhos de um Deus Menor”. Gostava de saber, tal como exclamou um antigo monarca francês, qual é a cláusula do Testamento de Adão que nos exclui dos benefícios da ação social escolar nos Açores. Trata-se de uma discriminação inaceitável. Deixo aqui a minha palavra que esta situação se resolverá no futuro, nem que seja a última coisa que eu faça na minha vida política.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No início deste debate sobre o Plano a Médio Prazo, Plano e Orçamento para 2017 deixámos claro que, apesar da nossa posição crítica sobre várias das opções contidas na proposta apresentada pelo Governo, e da insensibilidade demonstrada quanto às questões e propostas que foram apresentadas pelos Conselhos de Ilha, tínhamos a expectativa, de que em sede de discussão Parlamentar, o Grupo Parlamentar do PS, partido do Governo, demonstrasse suficiente capacidade política para entender e interpretar as mensagens que os Açorianos das diferentes ilhas, lhe fizeram chegar sobre estes documentos,

Tínhamos a expectativa que o Grupo Parlamentar do PS demonstrasse capacidade de diálogo para discutir e acolher as propostas aqui apresentadas, de modo a que estes documentos merecessem um apoio alargado, e se transformassem num guia para o desenvolvimento harmonioso do arquipélago no seu todo, e de todas, e de cada uma das suas nove parcelas.

Tínhamos a expectativa de que, durante o debate parlamentar, o Governo nos esclarecesse cabalmente todas as questões e perguntas que legitimamente lhe colocássemos, e fosse demonstrada abertura ao diálogo para aceitar as nossas propostas de alteração.

O debate do Plano e Orçamento foi elucidativo quanto à incapacidade do PS para entender as mensagens dos Açorianos.

Uma vez mais ouvimos aqui o chavão, estafado de tantas vezes repetido, de que é este o projeto que foi sufragado pelos açorianos e que este é o Plano e Orçamento que traduz, pela primeira vez no mandato, as políticas em que os açorianos votaram maioritariamente.

Escudado nestes slogans, o Partido Socialista continuou nesta Assembleia, como já o tinha feito o Governo, a não querer ouvir, entender e muito menos refletir sobre as mensagens que os Açorianos insistentemente fazem chegar a este poder regional.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Perante estes lugares-comuns, tão do agrado do PS, não podemos deixar de lhe recomendar um pouco mais de humildade democrática, algo que só lhe ficaria bem. Até porque antes de utilizar estes chavões deve sempre ter presente, e sem pôr em causa a legitimidade do PS em governar, que:

Primeiro: nem todos os açorianos das nove ilhas da Região se dispuseram a sufragar maioritariamente esta governação,

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Segundo: as elevadíssimas taxas de abstenção verificada nos círculos eleitorais que mais contribuíram para a obtenção da sua maioria, são, um sério alerta da descrença que antecede a decisão da mudança.

Andaria bem-avisado o PS se tivesse presente a célebre quadra de António Aleixo:

“Vós que lá do vosso império prometeis um mundo novo.

Cuidado! Porque pode o povo querer um mundo novo a sério!”

Pois é! O povo açoriano dá óbvios sinais de querer mesmo um mundo novo a sério!

Por isso seria muito melhor que o PS, em vez da bazófia dos estafados chavões, levasse mesmo muito a sério as mensagens dos açorianos!

Assistimos, neste debate, ao frequente atirar com números e estatísticas, que de tão bons, fazem o governo e o seu Partido parecerem Narcisos enamorados com a sua própria beleza.

Ele, são números do sucesso educativo; ele, são números de crescimento do PIB regional; ele, são números de crescimento do turismo. Mas todos eles muito convenientemente referidos num todo regional. Como se a Região fosse homogénea, como se o grau de desenvolvimento fosse igual em todas as nove ilhas.

Como se a orientação que está contida no Plano e Orçamento não fosse algo que aposta na centralização do desenvolvimento regional num único polo. Ou seja: o recuperar de uma matriz, que julgávamos definitivamente enterrada: de que os Açores são apenas uma metrópole e uma periferia, o resto que está à volta da Metrópole e “as ilhas” – para não dizer mesmo “as ilhas de baixo”!

Basta vermos que, neste Orçamento, o Governo propõe-se gastar mais dinheiro apenas no pagamento das SCUT's, na Ilha de S. Miguel, do que em todos os investimentos previstos para Santa Maria (30 milhões) ou para as Flores (30 milhões), enquanto para pagamento das SCUT's o Governo vai gastar 31 milhões de Euros durante o ano de 2017! Elucidativo...

Quanto a coesão regional, bem podemos dizer que estamos conversados!

Não será com apostas destas que se mobilizarão os açorianos, nem que a Região seguirá na senda do progresso e do desenvolvimento.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Fica, neste debate, bem registada a postura do Governo, de recusar responder e esclarecer, no Plenário, as questões e perguntas que lhe foram formuladas.

A atitude dos senhores Secretários Regionais do Mar, Ciência e Tecnologia e dos Transportes e Obras Públicas, que se remeteram, no Plenário, ao mais completo silêncio como resposta às perguntas que o PCP lhes formulou, ilustra magistralmente o que dizemos.

Mas, mais grave ainda, indicia que mesmo as intenções do Governo, contidas no Plano e Orçamento estão apenas no papel e é isso que valem, pois uma coisa é estarem inscritas no Plano e Orçamento, outra bem diferente é assumir, como se exigia, publicamente e perante esta Assembleia, o compromisso da sua execução e calendarização.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Contrariando as expectativas que tínhamos no início deste debate, o Plano e Orçamento e o Plano a Médio Prazo, que serão postos à votação, não contêm as medidas, nem as opções políticas que consideramos necessárias e essenciais para que possam merecer o nosso voto favorável.

Porque assim é, o PCP votará contra o Plano a Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 2017.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em dois anos, os/as trabalhadores/as dos Açores que ganham o salário mínimo (infelizmente, muitos e muitos milhares), viram aumentados os seus salários, em 55 euros e, nos próximos dois anos – se o Partido Socialista, no Governo da República, não riscar os acordos que fez com o Bloco de Esquerda –, o aumento será de mais 45 euros.

É verdade que não é muito, mas é completamente diferente do que se passou, anos a fio, no passado recente.

A par disso, assistimos, também, ao aumento das prestações sociais, das reformas e a alguma baixa nos impostos.

Bem sabemos que ainda está longe do que é devido a quem trabalha e a quem vive das suas reformas. Mas é bastante diferente do que, há bem pouco tempo, sofremos: cortes, cortes e mais cortes, como o pão de cada dia.

Foi, exatamente, para inverter a política de miséria do governo PSD/CDS,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: ... que o Bloco de Esquerda assinou o compromisso de apoio parlamentar ao governo do Partido Socialista, na República.

Os efeitos deste acordo - na vida de quem trabalha e nos sectores mais pobres da população – , sentem-se, em todo o país e, como é lógico, nos Açores também.

Não tenhamos dúvidas: – sem este acordo (pese, embora, as suas limitações), os referidos efeitos não existiriam.

Basta, apenas, lembrarmo-nos das propostas eleitorais do Partido Socialista, há dois anos atrás: – um corte de 1,2 milhões de euros, nas prestações sociais e a liberalização dos despedimentos, entre outras.

E se dúvidas houvesse, basta recordar o que se passou, com o aumento do salário mínimo, este ano. Ou seja, perante a pressão dos patrões – e porque não podia fugir ao acordo com o Bloco de Esquerda –, logo o governo PS tratou de arranjar compensações aos patrões, por conta dos/as trabalhadores/as. Felizmente para estes/as, estas compensações não passaram.

Portanto, a vida provou duas coisas: – que o Bloco de Esquerda foi sério quando disse que estava empenhado em correr com a direita do governo da República; e que, sem o Bloco, com o Partido Socialista a governar sozinho, a melhoria, na vida de quem trabalha ou trabalhou, não teria sido possível. É pouco mais mas não é muito menos!

Ora, foi com este espírito de seriedade, de empenho na defesa de quem trabalha e na criação de vias para um melhor futuro, na nossa Região, que o Bloco de Esquerda/Açores participou, na discussão deste Plano, Orçamento e Orientações de Médio Prazo.

Contudo, cedo se percebeu que o Partido Socialista, para além da retórica, pretendia transformar o debate destes documentos, numa imensa sessão de propaganda.

Atentemos só, nestas pérolas de demagogia:

- Os/as Açorianos/as têm, nos seus bolsos, mais 250 milhões de euros, por ano (por via do diferencial fiscal e dos diversos complementos a salários e prestações sociais), do que teriam se vivessem no continente ou na Madeira;

- Na área da Saúde, o Governo Regional investe, este ano, mais 82 milhões de euros do que no ano de 2011;
- O poder de compra é mais alto, nos Açores, do que em qualquer outra região do país.

Então, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos/as, vamos à verdade, pois só ela valoriza o debate político.

O diferencial fiscal e os complementos a salários e prestações sociais visam compensar os custos de insularidade. Ora, se o Governo fizesse contas ao facto da inflação, na Região, ser 1 a 1,5% mais alta do que no continente; se fizesse contas ao facto do salário médio, nos Açores, ser cerca de 100 euros mais baixo do que no continente; se fizesse contas aos enormes custos da mobilidade (só para falar em algumas contas), certamente chegaria à conclusão de que a soma, só destes fatores, ultrapassa, em muito, os 250 milhões de euros de que fala e talvez corasse de vergonha, com a propaganda que anda a difundir.

Quanto ao aumento de 82 milhões de euros, na Saúde, relativamente a 2011, entendamo-nos: por um lado, se estamos mal, imaginem como estaríamos sem este aumento; por outro, o Governo deveria esclarecer que metade deste dinheiro é para pagar juros da dívida do sector, dívida provocada por anos de subfinanciamento.

Quanto ao poder de compra ser, nos Açores, superior a qualquer região do país, aí está a velhinha história da galinha: dividi-la por duas pessoas, não quer dizer que cada uma coma metade da dita. Pode acontecer – e, neste caso, acontece! – que uma delas coma a galinha toda!

Portanto, começar um debate sobre o Plano e Orçamento com este tipo de demagogias e jogo de sombras, até pode fazer boas manchetes de jornais mas... não é sério!

Traz o Governo (como grande bandeira) para este Orçamento, a integração dos precários, na administração regional.

Ainda bem que o faz!

Mas, sendo certo que esta medida – importantíssima para quem trabalha! – poderia ter sido avançada, há um ano atrás, em anterior Orçamento, importa perceber por que não foi.

E cá voltamos nós, mais uma vez, ao acordo do Bloco de Esquerda, com o Partido Socialista, na República: o combate à precariedade (no sector público e no sector privado) é para ser feito a sério.

Dito de outra maneira: – foi a pressão deste processo político, na República, que obrigou a esta decisão do Governo Regional.

Prova disso mesmo é, por um lado, a forma mitigada como o faz e, por outro, como a partir de uma pequena concessão, pretende transformá-la numa enorme campanha publicitária.

Também, na República, o governo do Partido Socialista aceitou que, pelo menos, 20% dos/as professores/as contratados/as passassem para os quadros. Nos Açores, continuarão fora da moldura.

Ainda – e ao contrário do resto do país –, nos Açores, os/as enfermeiros/as iniciam a sua atividade profissional, através do Estagiar L.

Para além da questionável constitucionalidade desta medida, a verdadeira razão esconde-se, por trás do dinheiro que se poupa, objetivamente, com ela. É que estes profissionais ganham cerca de 500 euros a menos, além de que são pagos por fundos europeus, deixando a recato os cofres do Governo Regional.

Nenhum patrão arcaico faria (fará) melhor!

E é, também, por isso que o Governo não aceita uma sensata (e exequível) proposta do Bloco, isto é, não permitir a utilização de programas ocupacionais, enquanto os quadros dos serviços tutelados pelo Governo, não forem preenchidos.

Por tudo isto, penso ser legítimo concluir que, afinal, a tão propalada boa situação financeira da Região não é para ser posta ao serviço de quem trabalha.

Curiosamente – ou não! –, o mesmo não se passa com os patrões.

Neste Orçamento, são anunciadas novas medidas de apoio às empresas, às quais, na generalidade, nada temos a opor. Contudo, defendemos que as mesmas deveriam ter contrapartidas para quem trabalha.

Por isso, propusemos que as empresas apoiadas, com dinheiros públicos, ficassem obrigadas a ter, nos seus quadros, 75% de trabalhadores com contrato sem termo.

Ao invés, o Governo propõe-se dar mais dinheiro ao patronato, para incentivar os contratos sem termo, o mesmo é dizer, para cumprir aquilo que devia ser uma obrigação de responsabilidade social das nossas empresas.

Fica, pois, claro que a boa situação financeira da Região só existe para o patronato e que, depois, não chega para os/as trabalhadores/as.

Mas a discussão deste Orçamento trouxe outra novidade, bastante triste e muito preocupante.

O Partido Socialista fez, na Região, uma imensa campanha, afirmando que um dos principais pilares do nosso desenvolvimento, seriam a investigação, o conhecimento, enfim, a ciência. E fez bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Contudo, lembramo-nos bem da promessa da iminente concretização do Centro Público de Investigação das Ciências do Mar, no Faial. Esta promessa (feita em tempo eleitoral) foi, aliás, enfatizada, pelo aval do Primeiro-Ministro, de 7 ministros e de 1 secretária de estado que, para o efeito, se deslocaram ao Faial.

Confrontado com uma questão levantada pelo Bloco de Esquerda, sobre esta matéria, o Governo diz que está ainda (sublinho, ‘ainda’) a “refletir”.

Aqui, só há duas hipóteses (e lamento ter que o dizer): – ou o Governo fez uma promessa que não tinha estudado – mas lhe deu jeito, para lucro eleitoral –, ou o Governo iludiu, deliberadamente, os/as Açorianos/as.

E, como se este mau sinal não chegasse (numa área tão fundamental para o nosso futuro coletivo), o orçamento da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia é, na realidade, menor do que o do ano passado, atentas as novas valências que passou a integrar.

Finalmente, a discussão deste Orçamento revelou uma nova atitude do Governo Regional face ao Governo da República.

É indiscutível que a República está em falta para com a Região; está em falta, no que diz respeito à política do mar; está em falta, na qualidade dos serviços de soberania que, aqui, presta; está em falta, quanto aos radares meteorológicos; está em falta, quanto ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada. Em suma, são demasiadas faltas para serem esquecidas.

E a estas acresce uma outra, considerada pelo Sr. Presidente do Governo Regional “um atentado à Autonomia”, a saber, a atual Lei de Finanças Regionais que retira à Região cerca de 70 milhões de euros por ano.

Voltar à lei de 2010 é uma necessidade e uma exigência. Porém, aquilo que há três anos atrás era “um atentado à Autonomia”, hoje parecer ser uma coisa normal.

O que é que mudou, então?

O que mudou foi o Governo da República, hoje, do Partido Socialista. Lá vai, pelo mar abaixo, a entoada consigna "os Açores primeiro"!

A análise das Orientações de Médio Prazo, do Orçamento e do Plano, mostra que o Governo Regional não tem um rumo para transformar os Açores, numa economia moderna e robusta; mostra que não cumpre as suas promessas eleitorais mais emblemáticas e mais positivas para o futuro dos Açores; e mostra que tem prioridades erradas.

Por tudo isto – e o mais que fica por assinalar –, não podemos acompanhar o Partido Socialista nestes documentos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Espectadores, quem nos está a ouvir e a ver em casa:

Um dia, um incontestável socialista advertiu: “Há mais vida para além do Orçamento” (esse socialista era exatamente Jorge Sampaio).

E há! Há mesmo mais vida para além do Orçamento!

Mesmo apesar de termos iniciado esta discussão, há três dias atrás, a ouvir o Sr. Vice-presidente do Governo, com natural efusividade, a destacar, e cito, “uma retoma progressiva e sustentada do emprego, da atividade económica e do rendimento das famílias e das empresas”.

Aliás, voltamos a ouvir aquela que parece um *remake* da versão da Região oásis, quando aqui foi dito que, e cito novamente, “após seis longos anos de turbulência financeira (...) houve apenas uma parte do território nacional que resistiu”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Permitam-me citar alguns títulos de notícias (nunca desmentidas) que, ao longo, só, do último ano, foram veiculadas pela imprensa regional e que transmitem resultados de dados estatísticos ou opiniões de parceiros sociais (vou começar a citar títulos de imprensa):

“PIB dos Açores aumenta, mas afasta-se das médias nacional e europeia”;

“Balança comercial dos Açores é negativa na ordem dos 41 milhões de euros”;

“Administração Pública dos Açores é a que dá mais empregos”;

“Um em cada três jovens até aos 24 anos sem emprego nos Açores”;

“4200 trabalhadores por conta de outrem ganham menos de 310 euros nos Açores”;

“2016 foi um dos piores anos de que há memória para as pescas nos Açores”;

“AICOPA denuncia situação dramática para as empresas de construção civil”;

Federação Agrícola alerta: “Mais de 40% do leite na falência”;

“Mais de 10 mil doentes continuam à espera de cirurgia e listas voltam a aumentar”;

“Açores com a taxa de mortalidade mais elevada nas doenças respiratórias”;

“Em Portugal é nos Açores que existe a maior percentagem de mortes por consumo de álcool”;

“Mais de 3 mil crianças com apoios do Banco Alimentar”;

Cáritas afirma: “Uma em cada 4 crianças açorianas é pobre”;

“Continua a haver fome nos Açores, denuncia o Bispo de Angra”...

Como disse, todas estas afirmações são títulos de notícias... Não são denúncias políticas ou partidárias, apesar de muitas vezes alertarmos para estas situações.

Efetivamente há mais vida para além do Orçamento!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Está a chegar ao fim a análise ao Plano de Investimentos e Orçamento da Região para 2017 e das Orientações de Médio Prazo 2017-2020.

O Governo apresentou os seus documentos como ambiciosos, assumindo que irá cumprir com os compromissos assumidos.

O CDS-PP partiu para esta discussão, como sempre, sem posições pré-definidas, com uma postura construtiva, séria e responsável.

Queremos Dar Valor aos Açorianos!

Não nos inibimos nunca de criticar o Governo e fizemo-lo com veemência, quando foi preciso denunciar promessas por cumprir, investimentos por concretizar, reduções de verbas em áreas fulcrais para o desenvolvimento económico e social dos Açores.

Mas para cada uma das nossas críticas, estão aí todas as nossas propostas de alteração.

No CDS queremos uma política com efeitos práticos para as pessoas, pelo que exercemos o poder da oposição: o poder de influência; o poder de alterar e melhorar as propostas do Governo.

Temos a obrigação de, perante o que entendemos estar mal ou menos bem, propor alterações. Move-nos a humildade democrática, não a arrogância de tudo saber.

Do mesmo modo deve a maioria e o Governo ter a humildade democrática de apurar as boas propostas da oposição e de as aprovar, como já fez no passado.

Estaremos aqui para cumprir e fazer cumprir!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Manifestamos estranheza por se ouvir dizer que o grande objetivo é o emprego, mas registamos uma redução de verba de cerca de 200 mil euros nas políticas de emprego e qualificação profissional, face a 2016.

Faz-nos confusão vermos os principais setores produtivos – agricultura e pescas, o futuro desta Região assenta nos pilares da agricultura e das pescas –...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... a perder mais de 5,6 milhões de euros de investimentos, face ao último ano.

Parece-nos má opção cortar-se mais de um milhão de euros ao turismo, setor emergente e principal impulsionador no último ano da retoma económica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Nos setores sociais, onde os Açores apresentam indicadores dramáticos e preocupantes, ao nível da educação e saúde, este Plano e Orçamento corta 6 milhões à Educação e 4 milhões no desenvolvimento do sistema de saúde.

Por outro lado, o CDS não é indiferente ao facto de neste Plano e Orçamento vigorarem um conjunto de medidas, aprovadas nesta Assembleia por proposta nossa e que já ajudam a colmatar as maiores dificuldades das empresas e das famílias, como uma diferenciação fiscal que beneficia os Açorianos ao nível do IRS e do IVA.

E o COMPAMID, ainda hoje medida inédita no contexto nacional, que também por proposta do CDS foi alargado aos titulares de pensão de invalidez.

E, senhor Secretário Regional da Saúde, devo dizer-lhe que já está aberto o precedente de poder, através de grande reportagem em televisão nacional, ter a ousadia de ceder à República esta pioneira medida de apoio social implementada nos Açores. Mas, senhor Secretário, faça a fineza de reconhecer o cunho autoral da iniciativa!

Não esperámos por um Plano e Orçamento para melhorar o combate às inaceitáveis listas de espera (não esperámos por um Plano e Orçamento para melhorar o combate às inaceitáveis listas de espera!), mas também não deixamos passar a oportunidade de aproveitar, exatamente, este momento, para continuar a inovar e a propor medidas e verbas complementares.

É, neste sentido, que apresentamos um conjunto de propostas de alteração ao Plano e Orçamento, visando colmatar necessidades das famílias e das empresas, contribuir para um melhor e mais humanizado Serviço Regional de Saúde, apoiar a iniciativa privada a gerar mais riqueza, e procurando, até, aproximar os Açorianos dos atores políticos regionais e colocá-los a decidir sobre a distribuição das verbas públicas que resultam dos seus impostos.

Assim, orgulhamo-nos de, mais uma vez, apresentar duas medidas inovadoras para a nossa Região:

A criação do CIRURGE – um plano urgente para a realização de cirurgias extra, para o combate imediato às situações de especialidades onde os doentes estão há mais de 18 meses em lista de espera;

E destaque também a implementação do Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores, como forma de facultar a todos os Açorianos a possibilidade de poderem decidir, de forma direta, sobre a utilização das verbas inscritas nos Planos e Orçamentos da Região, a fim de se

concretizarem projetos que entendam importantes para a valorização da sua ilha ou comunidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaríamos também de ver este Parlamento aprovar um aumento de 10% do Complemento Regional de Abono de Família para crianças e jovens, assim como a inclusão de verbas para a continuação da implementação do regime de empréstimo de manuais escolares aos alunos dos ensinos básico e secundário, coisa que não existe em todas as escolas e para todos os alunos nos Açores,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... ao contrário do afirmado pelo Secretário Regional da Educação, aqui, nesta Casa, e nos órgãos de comunicação social.

Ainda na saúde, propomos a inscrição de uma verba necessária à aquisição de um equipamento de telemetria cardíaca para o Hospital da Terceira, imprescindível para que se continuem a salvar vidas. E é absolutamente caricato quando aqueles que propuseram a sua destruição há quatro anos, esperem agora, para pôr em funcionamento a unidade de cardiologia que destruíram, para comprarem o equipamento de telemetria como se isso fosse justificação plausível e aceitável.

Para incrementar o estímulo à iniciativa privada e à criação de emprego, propomos a aquisição de um avião mini cargueiro para facilitar o escoamento e a exportação de produtos da agricultura e das pescas, setores produtivos que são o pilar do desenvolvimento dos Açores, bem como reforçamos a verba para a construção urgente do Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Entendemos ser necessário ampliar a capacidade de frio do Matadouro da ilha do Pico, assim como avançar com a rápida construção do novo entreposto frigorífico do porto das Velas.

No turismo queremos catapultar a nossa história e cultura para a captação de mais-valias, insistindo na motorização e aquisição de equipamentos fundamentais à navegação da lancha Espalamaca e fazendo o museu dos cabos submarinos na cidade da Horta.

Não esquecemos a imprescindível implementação do Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs de São Jorge, mantendo um património único na realidade açoriana e estimulando a economia da ilha, ao nível das acessibilidades, produções agrícolas e trilhos turísticos.

Ainda no turismo apresentamos uma proposta de apoio aos empresários do setor, particularmente aqueles com investimentos nas ilhas mais pequenas e ainda com efeitos nefastos provocados pela sazonalidade.

Falo da “Medida 30-30” que visa conceder um apoio às unidades hoteleiras para fazer face aos seus custos energéticos, no montante de 30%, sempre que as suas taxas de ocupação, na época baixa, venham abaixo dos 30%.

Nas acessibilidades, o CDS entende ser fundamental melhorar as condições de operacionalidade dos aeródromos das ilhas das Flores, São Jorge e Graciosa, investindo no apetrechamento e certificação da iluminação das respetivas pistas de aviação.

Outra importante proposta que fazemos é a da inclusão de uma verba para a reposição urgente em funcionamento do radar meteorológico da ilha Terceira. Já nos satisfazemos em ficar com a tralha; eles levaram o conteúdo, e a Sra. Ministra do Mar afirma que vamos ficar com o cimento e com os ferros, falta o miolo. Por isso temos uma proposta nesse sentido para, em conjunto com o radar a instalar na ilha de São Miguel (processo,

aliás, iniciado na vigência do Governo PSD/CDS da República) melhorar as previsões e garantir a segurança de pessoas e bens.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Temos um compromisso com os Açorianos e estamos a cumpri-lo!

Para nós o bem-estar, a qualidade de vida e o conforto dos mais necessitados estão manifestamente acima da ânsia do poder ou da intriga político-partidária.

Queremos ser parte ativa no desenvolvimento dos Açores, até porque, como um dia disse Abraham Lincoln, e cito, “o mundo muito pouco atentará e muito pouco recordará o que aqui dissermos, mas jamais esquecerá o que aqui fizemos por ele”!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

O PSD/Açores está ciente do seu papel de Oposição Ativa, que é uma oposição responsável perante os Açorianos e firme perante o poder.

Uma Oposição que debate e comunga com os Açorianos e que encontra na sociedade civil organizada parcerias de vontades e propostas a bem dos Açores.

O que nos move e motiva é servir os Açorianos perante um poder que se instalou e julga ter razão sempre ou ter toda a razão.

A Democracia não acaba nos atos eleitorais, antes legitima um caminho democrático em que todos têm responsabilidades perante os eleitores, quer seja na governação, quer seja na oposição.

Neste Parlamento temos uma maioria absoluta de deputados, que suporta o governo, e que representa 46 por cento dos votos expressos pelos eleitores nas últimas eleições.

O PSD/Açores mereceu a confiança de 31 por cento dos Açorianos que foram votar.

Temos a responsabilidade, perante quem nos elegeu, de defender as nossas propostas e o nosso projeto alternativo.

Não vivemos (repito: não vivemos!) num regime de partido único. A democracia não é, nem nunca será, a ditadura da maioria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso não admitimos, como escutámos nesta casa hoje, que quem critica o Governo critica os Açorianos.

O tempo da União Nacional já foi e ainda bem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sra. Presidente, Açorianas e Açorianos:

Esta maioria absoluta é, na história da Autonomia, a que teve menor percentagem de votos expressos.

Mais, estamos, desde 1996, perante a menor diferença percentual entre os dois maiores partidos.

Nos últimos 35 anos, os Planos e Orçamentos tiveram sempre, sempre, o voto contra do maior partido da Oposição, com exceção de três situações: o

tempo da chamada maioria espúria em 1992 e a oportunidade que o PSD/Açores deu nos anos de crise em 2013 e 2014.

Precisamente nos anos em que o PSD/Açores se absteve, foi brindado com os mais violentos discursos desta tribuna, por parte do Partido Socialista e do Governo, dizendo que a Oposição era perfeitamente dispensável.

Como agora dizem deputados socialistas, e cito de novo o que aqui disseram nesta casa, “os senhores que fiscalizem que nós é que mandamos”.

Na última legislatura, a Oposição responsável do PSD só votou contra 15 das 101 propostas legislativas do PS e do Governo.

Fica assim claro, de uma vez por todas, quem é Oposição responsável e quem faz uma irresponsável oposição à Oposição.

Muitas vezes, como aconteceu nestes dias, somos atacados ainda antes de falar. Sei bem, que a seguir a estas intervenções, seremos de novo atacados, desta vez depois de falarmos, como é habitual, de forma violenta pelo Partido Socialista e pelo Presidente do Governo.

Este Partido Socialista que quer ser poder absoluto e simultaneamente fazer oposição à oposição.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Daqui fica afirmado:

Não nos atemorizam.

A força e a coragem não nos faltam.

Estamos aqui com toda a determinação para defender a Democracia e a Autonomia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Resistiremos a esta singularidade que o PS e os seus apêndices comunicacionais querem impor, que é de fazer do maior partido da Oposição o alvo de todas as críticas, ao mesmo tempo que o Governo recusa prestar contas quando algo corre mal.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Mas vamos ao que está aqui em causa: as propostas do Governo Regional de Plano e Orçamento para 2017 e as Orientações de Médio Prazo.

Estes documentos deveriam ter como primeiro e último objetivo melhorar a vida dos Açorianos.

Mas o Orçamento que Governo Regional aqui apresentou é mais do mesmo. E fazer mais do mesmo não melhora, infelizmente, a vida dos Açorianos.

Fazer mais do mesmo significa insistir na mesma receita de sempre que tem sido incapaz de levar os Açores a mais altos patamares de desenvolvimento.

Este Orçamento não melhora a vida dos Açorianos porque não dá resposta às 59 mil pessoas sem médico de família ou às dez mil que esperam por uma cirurgia, muitas delas há mais de três anos.

Este Orçamento não melhora a vida dos Açorianos ao cortar mais de 10% no investimento na Educação, quando os Açores têm a maior taxa de insucesso e abandono escolar precoce do país.

Este Orçamento não melhora a vida dos Açorianos porque não tem uma estratégia de combate à pobreza. Há quase 19 mil Açorianos a passarem enormes dificuldades, a necessitarem do Rendimento Social de Inserção para sobreviver, e dois terços dos nossos alunos precisam da ajuda da Ação Social Escolar.

Este Orçamento não melhora a vida dos Açorianos porque a juventude continua sem ter perspetivas de futuro: um em cada três jovens nos Açores está no desemprego.

Um Orçamento que mantém a carga fiscal sobre as famílias e empresas, corta no investimento na Educação e não tem soluções para a falta de acesso à Saúde não merece o nosso apoio e não serve as pessoas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Estes são os mesmos governantes que prometeram 1.000 (repito: prometeram 1.000!) empregos no setor das florestas nos últimos quatro anos e não criaram nenhum.

Deputado José San-Bento (PS): Mentira!

O Orador: Estes são os mesmos governantes que prometeram túneis, estradas e portos, mas que, ano após ano, arranjam mil e uma desculpas para não cumprir o que prometeram às populações.

Estes são os mesmos governantes que se comprometeram a celebrar um contrato com a Universidade dos Açores, engalanado com o nome de *Matching funds* para crescimento económico e criação de emprego e do qual não resultou um único euro ou um simples posto de trabalho.

Estes são os mesmos governantes que se comprometeram a criar incentivos ao arrendamento, compra e recuperação de habitações por jovens, mas que não o concretizaram.

Estes são os mesmos governantes que se comprometeram a aumentar o rendimento dos agricultores e dos pescadores. Mas estes agricultores e pescadores, infelizmente, passam cada vez por maiores dificuldades.

Estes são os mesmos governantes que se comprometeram a garantir médicos de família para todos os Açorianos em 2016 e que há pouco meses diziam que afinal seria em 2018, e agora já falam em 2019.

Estes são os governantes que não cumprem o que prometem aos Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Nem sequer com um Governo da República da mesma cor partidária cumprem o que se comprometeram fazer em prol dos Açores.

Ainda agora soubemos pelo Ministro da Saúde que o Governo dos Açores continua sem apurar a dívida do Serviço Nacional de Saúde à nossa Região. E qual é a desculpa do Governo Regional? Diz que não consegue encontrar as faturas.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Mais, agora com um Governo da República da sua cor política, o Presidente do Governo diz, como disse hoje, e cito, “o Governo da República fará como quiser”, em relação aos passivos ambientais e às promessas do PREIT.

Os Açores têm assim um Governo que só existe quando há boas notícias para dar ou inaugurações a fazer.

Quando algo corre mal transforma-se no Governo das desculpas.

A economia não cresce? A culpa é dos bancos.

As obras públicas repetidamente prometidas estão por fazer? A culpa é do Tribunal de Contas ou então os fundos comunitários que não dão para fazer estradas, mas elas fazem-se noutros sítios. E mais, foi o mesmo Governo que se autoelogiou por ter conseguido uma grande negociação nas verbas dos fundos comunitários, com mais verbas e negociando com o Governo da República, este mesmo Governo que se autoelogiou disso, que agora usa como desculpa não ter fundos comunitários para fazer algumas das obras com que se comprometeu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, ou é do Tribunal de Contas ou é dos fundos comunitários.

Os resultados escolares são maus? A culpa é dos pais dos alunos.

O rendimento dos lavradores diminui? A culpa é da Rússia.

O heliporto do Hospital de Ponta Delgada está fechado? A culpa é dos helicópteros, que afinal são demasiado grandes.

Os Açorianos têm um Governo das desculpas, quando mereciam ter um Governo que pedisse desculpa pelo que promete e não cumpre.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A Oposição Ativa com que nos comprometemos significa fiscalizar e escrutinar a ação governativa.

Mas, mais importante, significa propor um caminho alternativo.

Significa dar aos Açorianos a oportunidade de verem que pode haver uma alternativa em que podem acreditar.

Não temos (não temos!) a ilusão de mudar o Governo ou a governação, mas temos a convicção de melhorar a vida de muitos Açorianos através das propostas que apresentamos.

Queremos melhorar a qualidade de vida dos Açorianos.

Queremos uma melhor sociedade e uma melhor economia.

Queremos uma melhor democracia.

Estes, senhoras e senhores, são os três eixos a que nos dedicaremos denodadamente como Oposição Ativa e alternativa.

Para uma melhor qualidade de vida dos Açorianos defendemos e propomos uma melhor Educação, com contratos de autonomia para as nossas escolas, o ensino de tecnologias da informação no segundo ciclo e assegurando o uso de manuais escolares, sem esquecer os docentes e os discentes tão importantes e às vezes tão esquecidos pelos Governos Regionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Queremos uma melhor Saúde com um programa de recuperação de listas de espera cirúrgicas, a deslocação de especialistas às ilhas sem hospital e médicos de família para todos os Açorianos.

Queremos políticas de família que ajudem no combate à exclusão, no incentivo à natalidade e na solidariedade inter-geracional. E por isso também, e nestas políticas, propomos o aumento do chamado “cheque pequenino” para que aqueles que mais deram aos Açores, hoje que

precisam, possam ter uma mão estendida a dar-lhes uma ajuda que merecem.

Queremos políticas de emprego que promovam o emprego jovem, incentivem o empreendedorismo e diminuam a precariedade.

Para uma melhor sociedade e economia queremos o reforço da nossa base económica, com uma Agricultura competitiva, com uma justa distribuição do rendimento, e uma economia rural equilibrada e sustentável, nomeadamente com um setor de laticínios que tem tanta importância nos Açores, que possa ter uma visão estrutural de maneira a que o excelente leite que os nossos agricultores produzam possa ter a efetiva retribuição financeira, criando até um programa de investigação e desenvolvimento para novos produtos agrícolas e de laticínios, nomeadamente que possam aumentar as mais-valias ao longo de toda a cadeia e com justiça fazê-lo chegar aos que mais merecem que são os nossos agricultores dos Açores.

Deputado António Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Queremos umas Pescas em que, a par do rendimento e dignidade dos pescadores, tenhamos um equilíbrio ecológico das espécies que assegure o futuro do setor e dos seus profissionais.

Queremos um Turismo que se consolide para além do “boom” das “low-cost”, com uma qualificação da oferta a nível das infraestruturas e da formação, construindo uma cultura turística que gere emprego e rendimento, em combinação com o meio ambiente.

Queremos desenvolver as novas tecnologias com incentivos à inovação e parcerias, criando emprego jovem baseado numa formação de excelência e na infraestrutura digital que hoje nos coloca no centro do mundo.

Queremos promover o investimento privado orientando os fundos comunitários para as pequenas e médias empresas, que representam 70%

do emprego gerado nos Açores e a quem foram destinados apenas 20% das verbas do último Quadro Comunitário de Apoio.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: E queremos que a Região desenvolva uma política de captação de investimento externo, desde logo junto das comunidades açorianas na diáspora.

Lançamos aqui, nesta discussão orçamental, propostas para a reestruturação do Setor Público Empresarial Regional, começando pela extinção da SPRHI, aliás recomendada pelo Tribunal de Contas, e visando, a prazo, uma solução para todo o setor público empresarial, assegurando os empregos dos funcionários e eliminando gastos muitas vezes astronómicos com administradores e nomeados políticos que nada fazem pelos Açores.

Deputados António Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Açorianas e Açorianos:

Vamos colocar, aqui neste Parlamento e nos Açores, à discussão o nosso Programa Gerações que visa criar até 1200 postos de trabalho para jovens e rejuvenescer a administração pública, sem qualquer custo adicional para o Orçamento regional.

Vamos cumprir o compromisso já reiterado de propor a criação de um Conselho Económico e Social independente da tutela do Governo, tendo um presidente eleito por maioria de dois terços deste Parlamento e composto por uma maioria de representantes da sociedade civil, sociedade civil esta que já deu sinais de apoiar esta proposta e que esperamos que possa vir a ter apoio consensual ou sequer até unânime deste Parlamento.

Queremos as organizações da sociedade civil fortes (fortes!) e independentes e, por isso, defendemos uma nova visão de incentivos, baseado em contratos plurianuais de apoio, de forma a haver mais liberdade e clareza na relação da tutela com as instituições.

Para uma melhor Democracia queremos mais transparência, um maior equilíbrio de poderes entre os órgãos de governo próprio e a sociedade civil e uma Comunicação Social com mais meios para melhor poder exercer o seu papel.

Para além naturalmente da reflexão sobre a reforma do sistema autonómico, para a qual já temos muito trabalho feito, já há bastante tempo, estamos empenhados na revisão do Regimento deste Parlamento, incentivando o debate político e a discussão dos problemas de cada uma das nossas nove ilhas e incrementando o trabalho nas comissões parlamentares.

Vamos propor um Serviço Regional de Estatística livre da influência do Governo, com um presidente eleito por maioria de dois terços do Parlamento, a criação de uma Unidade Técnica de Apoio Orçamental para melhor escrutínio e fiscalização da execução do Orçamento e vamos ainda apoiar e propor, como já fizemos, a institucionalização de um orçamento participativo regional, com carácter deliberativo, para reforçar a participação cívica dos cidadãos. E é para os cidadãos, para as Açorianas e Açorianos de todas as gerações, em função de uma herança histórica que temos, de tenacidade, de fazer pão da pedra, de trazer do mar e das nossas terras a riqueza para o sustento dos nossos filhos, é para essa raça de Açorianos que sempre lutou, batalhou e venceu nos Açores, que temos que continuar a lutar e é para esses que estamos aqui.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Defendemos uma poupança nos gastos do Governo com propaganda (defendemos uma poupança nos gastos do Governo com propaganda) para aumentar os apoios públicos, em contrapartida, à comunicação social privada, garantindo assim que esta tem melhores condições para cumprir o seu histórico papel na sociedade açoriana.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Queremos um Governo que se preocupe mais com os Açorianos do que com a sua sustentação no poder.

Queremos um Governo que viva em função dos Açores e não do combate à oposição.

Queremos que as nossas boas propostas sejam postas ao serviço da nossa terra.

Com uma Oposição Ativa vamos fiscalizar a ação do Governo Regional, mas também vamos propor uma alternativa que acreditamos ter muito para oferecer aos Açorianos.

A nossa alternativa sinaliza-se nesta discussão orçamental e nas propostas de alteração que apresentamos a estes documentos, mas vai muito mais, muito mais além e será consolidada e declinada em todo o caminho político que temos pela frente nesta legislatura.

Que fique bem claro:

Não fazemos oposição por sermos meramente contra o Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): Agora!!!

O Orador: Fazemos porque estamos convictos de que temos boas propostas e boas soluções para os Açorianos.

Fazemos porque os Açorianos precisam de uma Oposição Ativa em relação ao um poder que se instalou e cristalizou como se vivesse para si próprio.

Queremos servir, servir os Açorianos com uma oposição ativa e responsável, certos de que com as nossas propostas, que hoje aqui apresentamos, não mudamos o governo ou a governação, mas estamos convictos que pode mudar um pouco para melhor a vida de muitos Açorianos para já e no futuro poderá mudar muito a vidas dos Açorianos.

E é isso que nos move, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos... É isso que nos move: Servir os Açores e os Açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Procedemos agora ao encerramento de um dos mais relevantes debates do ciclo parlamentar, em que apreciámos as propostas de Orientações a Médio Prazo, e dos Plano e Orçamento para o ano em curso, o primeiro da legislatura iniciada em novembro último.

Dedicámos os últimos três dias à análise setorial aprofundada das prioridades e das estratégias de desenvolvimento para a nossa Região.

Para a bancada parlamentar do Partido Socialista, tratou-se do culminar de um processo que iniciámos há cerca de dois meses, auscultando os parceiros sociais e as entidades representativas da sociedade civil em todas as ilhas da Região, num total de mais de seis dezenas de reuniões, dando, assim, concretização prática ao nosso compromisso político de estarmos sempre disponíveis para, de forma próxima, refletirmos em conjunto sobre as opções, as medidas e as políticas que devem enformar o nosso futuro coletivo.

Do Corvo a Santa Maria, dos sindicatos aos representantes da Agricultura e das Pescas, dos empresários às instituições da área da solidariedade social, quisemos ouvir as preocupações, os anseios, as expectativas e as propostas daqueles que, com os poderes públicos, têm a missão de projetar o desenvolvimento das nossas ilhas.

Seria abusivo considerar que nos deparámos com uma total unanimidade em torno das propostas de Plano e Orçamento que temos vindo a apreciar. Naturalmente, e como é próprio das democracias maduras, encontrámos propostas alternativas e pontos de vista diferentes dos nossos, mas também pudemos verificar a existência de uma sintonia alargada no que toca aos principais desafios que se colocam à Região e às prioridades de ação que devem ser definidas e implementadas.

Esta partilha de objetivos é particularmente importante no início de uma legislatura porque, pese embora as eventuais diferenças de método, transforma os interesses e as posições específicas de cada setor em algo maior, reforçando a nossa capacidade de progredirmos enquanto Região.

É assim que entendemos a maioria expressiva que os Açorianos revalidaram eleitoralmente em outubro último.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Tem sido, aliás, sempre assim que o Partido Socialista tem interpretado a confiança que os eleitores têm sucessivamente depositado nas suas governações.

Alguns – como se voltou a verificar neste debate – preferem ver-nos como o mesmo partido de sempre a governar a Região, mas nós – e, pelos vistos, muitos outros milhares de Açorianos – vemo-nos como o mesmo partido novo de sempre, um partido que se renova nas políticas, nos métodos e nas pessoas; um partido que se questiona, se reinventa e se motiva a cada desafio, a cada passo e a cada contrariedade; um partido que procura incessantemente melhorar as suas respostas; enfim, um partido que faz do diálogo com os Açorianos a premissa de base da sua missão de governar.

É a consciência dessa grande responsabilidade e da dimensão do desafio que é lutar pelo futuro dos Açores que faz com que nos empenhemos sem descanso e com ambição na procura das melhores soluções, mesmo que elas possam ser da iniciativa de outros;

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... que estejamos sempre disponíveis para corrigir o que eventualmente corra menos bem e, também, para exigir, sempre, que o que esteja a correr bem passe a correr ainda melhor!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nunca nos resignaremos face à lenta, ainda que evidente, melhoria de alguns indicadores, como sejam os relativos ao sucesso escolar.

Nunca estaremos satisfeitos com os resultados obtidos noutras áreas, apesar de não faltarem razões para isso, como sejam, por exemplo, os dados mais recentes referentes ao crescimento do Produto Interno Bruto; à diminuição do desemprego, e do desemprego jovem em particular; ao crescimento do índice de atividade económica ou aos múltiplos indicadores relativos ao setor do turismo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: O ADN do XII Governo dos Açores, suportado politicamente pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e legitimado há cinco meses pela maioria dos eleitores Açorianos, foi definido à imagem dos nossos concidadãos e das nossas concidadãs.

Perante uma dificuldade, o caminho nunca será desistir.

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Muito bem!

O Orador: Perante um obstáculo, o caminho nunca será voltar para trás.

Perante a crítica, o caminho nunca será o desânimo.

O nosso caminho será sim trilhado – perante a ameaça do infortúnio – tendo sempre presente o valor supremo da permanente melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que escolheram o melhor sítio do mundo para viver!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Esta disponibilidade para fazermos da governação um processo partilhado de construção do nosso futuro coletivo e o nível de exigência a que nos obrigamos no exercício da nobre missão de governar são os princípios que nos têm norteado e em que assentámos a nossa postura no debate destes primeiros Plano e Orçamento da XI Legislatura da Região Autónoma dos Açores.

Legitimado o programa eleitoral do PS, debatido e aprovado o subsequente Programa do Governo, cumpre agora à maioria em que os Açorianos continuam a confiar concretizar, em termos de definição de medidas e programas e de alocação de recursos, as suas propostas para o futuro da nossa Região.

Foi o que fizemos, de forma empenhada e responsável nos últimos três dias, para cada um dos vários setores da governação. Com a convicção que sempre dedicamos à defesa das nossas ideias e à explicação dos nossos pontos de vista, mas também com a abertura necessária para acolhermos e viabilizarmos propostas que, não sendo nossas, permitam melhorar a vida dos Açorianos, respeitando os nossos compromissos eleitorais e o necessário equilíbrio orçamental.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista sempre afirmou que não lhe interessa o proponente, mas a substância e mérito da proposta.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: É essa a nossa postura e, por isso, em todos os Planos e Orçamentos têm sido aprovadas propostas oriundas de todos os grupos e representações parlamentares, desde que enquadradas no Programa de Governo e garantido que esteja o equilíbrio das nossas finanças públicas!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Há, entre os partidos da oposição parlamentar, quem sempre se tenha mostrado capaz de ultrapassar o instinto e a tentação de confundir oposição com negação, e se predisponha, por isso, a dialogar sem reservas e sem pré-juízos.

Há também partidos que, dada a especificidade da sua base de apoio eleitoral, se divertem a transformar este debate, ano após ano, numa releitura jocosa dos clássicos e numa incontinência de propostas de alteração, sem rei nem lei.

E depois há quem, ao arrepio da vontade soberana dos Açorianos, recentemente renovada, e da responsabilidade acrescida de ser o maior partido da oposição, abdique de tentar fazer a diferença na governação – como seria de esperar de quem se diz alternativa –, para, antecipada e conscientemente, se afirmar contra, totalmente contra, em qualquer caso contra.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É verdade que, como disse um dia Bossuet (teólogo e pensador que julgo que inspirará alguns nesta casa), “pensar contra foi sempre a maneira menos difícil de pensar”, mas, neste âmbito, pensar contra e apenas contra significa menosprezar o dever democrático de participar, de forma consequente e eficaz,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... no processo de construção do futuro da nossa Região.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: E isso é o contrário do imperativo autonómico de sermos o melhor que pudermos, o melhor que conseguirmos ser na definição do nosso próprio destino.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Alguns militantes do PSD – os mais *tiffosi* – perceberão e até apoiarão esta postura de crítica pré-anunciada, mas os restantes 70% de votantes nas últimas legislativas Regionais, os quase 65.000 que não votaram no PSD, os mais de 43.000 eleitores que renovaram a maioria absoluta do PS, esperavam, com certeza uma outra postura de quem se diz constituir alternativa, de quem se reclama a todo a hora portador da solução para todas os problemas e de cura para todas as doenças.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Infelizmente, sob a égide do Deputado Duarte Freitas, o PSD tem optado por longos silêncios ou por monólogos repletos de autocontentamento, no plano parlamentar, e pelo fechar de portas ao mundo real na vida quotidiana – talvez porque tenha tido, é certo, que dedicar mais tempo a resolver os seus problemas internos do que a procurar resolver os problemas dos Açorianos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Desde 2014, que o Deputado Duarte Freitas anuncia duas a três semanas antes do debate plenário sobre o Plano e Orçamento que vai votar contra, que o seu partido vai votar contra. Ora porque o PS propõe mais do mesmo, ora porque o PSD não passa cheques em branco, ora porque é ao Governo que compete governar. Em paralelo, anuncia que avançará com um conjunto de propostas de alteração que têm enorme

validade, mas também vai avisando que, sob condição alguma, alterará o seu sentido de voto.

Votar contra o Plano e Orçamento sendo um partido da oposição é perfeitamente normal em Democracia. Quando é uma consequência e não um *a priori*; quando resulta de um processo aberto, participado e intenso de diálogo e não duas semanas antes de se iniciar esse mesmo processo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte a António Costa como é que se faz, ou pergunte a Carlos César também!

O Orador: ... tornando-o inútil; quando é apenas um dos resultados possíveis e não quando é, por opção própria, o único resultado possível.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): É como António Costa na República!

O Orador: Votar reiteradamente contra por antecipação é próprio de uma oposição arrogante, que só aceita jogar o jogo democrático quando for de novo poder e que, até lá, se reserva ao direito de esperar, à margem da construção do futuro dos Açores, que a governação do PS corra mal.

Sá Carneiro considerava que a oposição deve ser – e cito – “para o poder em exercício, um estímulo; e, para o interesse comum, um fator de progresso”. E – acrescento eu – quando a oposição não é uma coisa nem outra, não cumpre o seu papel, essencial à Democracia e essencial à Autonomia.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Cumpre-nos, pois, continuar a puxar os Açores para cima,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso muita presunção para citar Sá Carneiro!

O Orador: ... conjuntamente com todos aqueles que, partindo de pontos de vista diferentes do nosso, não abdicam de contribuir para um diálogo democrático aberto e construtivo e, por essa via, de deixar a sua marca no futuro da nossa terra.

E esse caminho tem tido resultados assinaláveis e encorajadores, senhoras e senhores deputados.

O debate que agora encerramos ocorre precisamente num contexto de retoma sustentada da nossa Economia, pontuado por sinais claros e estáveis de recuperação, ao nível do emprego e da atividade económica, que demonstram que valeu a pena todo o esforço que desenvolvemos em conjunto com os Açorianos para enfrentar as dificuldades decorrentes da crise europeia e nacional dos últimos anos.

Hoje, fruto dos impostos serem mais baixos nos Açores e do conjunto de apoios sociais complementares implementados pelo Governo Regional, cada Açoriano dispõe de mais mil euros, do que teria se vivesse no Continente; Hoje, o desemprego desceu mais e para níveis mais baixos do que a média nacional, depois de ter chegado a atingir os 18%;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Queria vê-lo era citar Sócrates!

O Orador: Hoje, a economia da Região cresce mais e mais depressa do que a do país, depois de termos atravessado um período de difícil tormenta, recordemos, devido à crise económica nacional e internacional; e, hoje, em

termos turísticos, por exemplo, tornamo-nos na Região que mais cresceu no país, contribuindo de forma decisiva para diversificar estrategicamente a base de sustentação do nosso crescimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos a Terceira!

O Orador: E tudo isto foi conseguido fazendo questão de manter as nossas finanças públicas estáveis e saudáveis, os impostos mais baixos do país e dos mais baixos da Europa, e um conjunto de apoios sociais complementares, que só existem na Região, e que dão sentido prático ao compromisso de irmos ao limite das nossas competências e dos nossos recursos para fazermos mais pelos Açorianos.

O que foi feito até agora, orgulha-nos, mas não nos envaidece nem nos deslumbra, pois limitámo-nos a cumprir os anseios e aspirações da maioria do Povo Açoriano.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: O mérito do estado atual da Região é, em grande medida, das famílias, dos trabalhadores e dos empresários açorianos, e de todos quantos nunca duvidaram da capacidade de resistirmos, lutarmos e recuperarmos.

Quem, independentemente do seu interesse político, dedicou mais tempo a procurar construir do que a tentar destruir; quem, à margem da refrega partidária, se empenhou ativamente na obtenção de consensos para melhorar as nossas respostas políticas aos desafios e às necessidades da conjuntura adversa que atravessámos; quem, nos momentos decisivos, insistiu em ver para além das nuvens negras e se fixou na crença de que era possível dissipá-las – quem assim procedeu, é obreiro desta recuperação e foi fiel servidor do interesse comum dos Açores e dos Açorianos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O rumo traçado nos documentos que aqui estivemos a debater nestes últimos dias permite-nos encarar com confiança os desafios que se aproximam, sinalizando, clara e objetivamente, as prioridades do Governo dos Açores.

Em primeiro lugar, as pessoas, sempre as pessoas.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: - No fomento da empregabilidade e no combate decidido à precariedade laboral, não só através da anunciada abertura de 350 vagas na Administração Pública, como, sobretudo, mediante a integração definitiva daqueles que, desempenhando funções que configuram necessidades permanentes, merecem ver reforçada a estabilidade das suas vidas profissionais;

- No reforço das verbas consignadas ao apoio aos setores mais fragilizados da população e na consagração do combate à exclusão e à pobreza como prioridade absoluta para a atual legislatura;

- Ou ainda, para ficarmos apenas pelos exemplos mais evidentes, na consolidação do financiamento da Saúde, contribuindo para um Serviço Regional de Saúde mais próximo, mais humano, mais eficiente, onde o utente é a peça central em todo o sistema e não um número, um peso ou um problema.

Em paralelo, no apoio às empresas e na dinamização e sustentabilidade da economia, contribuindo para uma melhoria do aproveitamento da nossa

base económica de exportação, evoluindo do paradigma de produzir mais e melhor, ou seja, com mais valor acrescentado, para uma ainda nova lógica mais focada na comercialização e na promoção dos nossos bons produtos regionais.

Igualmente relevante é a necessidade, reconhecida pelo Governo Regional, da melhoria do acesso ao crédito por parte das nossas empresas, no atual contexto de fragilidade do sistema bancário e do seu afastamento, decidido noutras paragens e com lógicas puramente mercantis, da realidade e das necessidades da Região.

Temos a consciência de que em democracia não há governos que façam tudo bem (e os nossos também não fazem!), temos consciência de que em democracia não há documentos provisionais perfeitos – estes, naturalmente, também não o serão. Mas a obrigação de um novo Governo em funções e de um partido maioritário que se quer sempre novo e sempre renovado, é sermos os primeiros a querer aperfeiçoar ou até corrigir as nossas próprias medidas e as nossas próprias políticas.

Neste debate, não abdicamos, pois, deste papel, através da elaboração de propostas de alteração ao Plano e Orçamento da Região, sempre procurando melhorar, o já ambicioso, plano de mobilidade elétrica, tornando-o o mais atrativo a nível nacional; seja propondo melhorias ao nível da reposição de direitos dos trabalhadores das empresas públicas, ou reforçando dotações de programas de apoio a jovens, apoiando o investimento em ciência e tecnologia nas escolas ou promovendo ações que melhorem o bem-estar animal.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

O Partido Socialista tem consciência que muito há a fazer até 2020.

Sabemos que os Açorianos contam connosco para sermos parceiros de caminhada, impulsionadores reformistas, dinamizadores do progresso.

Hoje ainda mais do que ontem.

Amanhã, certamente, ainda mais do que hoje.

Como deixou escrito Cervantes (outro pensador muito ao gosto de alguns nesta Câmara), “A perseverança é a mãe da boa sorte.”

É isso que os Açorianos esperam de nós. Perseverança! A boa sorte vem por acréscimo.

Vamos a isso! Em nome dos Açores e em nome dos Açorianos.

Disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar este debate, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Subo a esta tribuna como Presidente do XII Governo dos Açores para, no final de três dias de análise, de debate e de esclarecimento, proceder, nos termos das regras que nos regem, à intervenção de encerramento dos debates sobre o Plano e Orçamento para 2017, bem como sobre as Orientações de Médio Prazo 2017-2020.

Quer num caso, quer noutra, tratam-se de documentos essenciais para o nosso futuro coletivo, desde logo, porque constituem os documentos que

vão orientar a atividade do Governo dos Açores e da nossa Região durante o ano 2017, e, para além disso, encerram em si as grandes linhas estratégicas de atuação entre 2017 e 2020.

Numa sessão plenária em que tanto se tem falado de legitimidades, de representatividades e de respeito pela vontade do Povo Açoriano, talvez não seja despropositado começar, exatamente, por aí: pela legitimidade, pela representatividade e pelo respeito pela vontade do Povo Açoriano que estes documentos carregam em si mesmos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: As propostas de Plano e Orçamento para 2017 e de Orientações de Médio Prazo 2017-2020, chegam a este plenário com uma tripla legitimidade.

Para além da legitimidade formal que lhes advém de quem os elaborou, para além da legitimidade procedimental de terem na sua génese um processo de auscultação, de abertura e de concertação social, quer com os parceiros sociais, quer com os partidos políticos representados nesta Assembleia, interessa, sobretudo, realçar a legitimidade política, a legitimidade substantiva, a legitimidade material destes serem documentos que dão expressão prática ao início do cumprimento dos compromissos que assumimos com os Açorianos nas eleições do passado mês de outubro, e que estes, de forma expressivamente maioritária, sufragaram através do seu voto.

Estes documentos não são, pois, nem o resultado de uma elaboração às escondidas, nem o fruto, apenas, da vontade do Governo.

Eles são, primeiro que tudo, fruto da vontade dos Açorianos e resultam de um processo de construção aberto, dialogante, crítico e ambicioso.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Significaria isto, então, que para o Governo dos Açores, as nossas propostas, e apenas as nossas propostas, seriam as únicas válidas, meritórias e merecedoras de aprovação?

Não.

A resposta a esta pergunta é, por convicção, não.

Nós estamos hoje, como estivemos no passado, disponíveis e interessados no diálogo, na concertação, na procura das melhores soluções.

Não receamos o diálogo.

Não receamos a concertação.

Não receamos a crítica esclarecedora, construtiva, que nos ajuda a fazer mais e melhor pelos Açores e pelos Açorianos.

Aliás, a este propósito, preocupam-nos mais aqueles que se autoexcluem e que se barricam na arrogância dos derrotados, do que a eventual necessidade de alterarmos as nossas políticas, de melhorarmos as nossas propostas, de aceitarmos um contributo e uma proposta que não seja da nossa autoria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Temos, a este propósito, uma ideia muito clara dos limites até onde podemos ir.

Apenas não podemos ir ao ponto de aceitar propostas ou iniciativas que ponham em risco, direta ou indiretamente, que contradigam, direta ou

indiretamente, os compromissos e os valores que estruturam o projeto a que os Açorianos aderiram maioritariamente.

Se a isso abrísssemos portas, não estaríamos apenas a subverter o programa que apresentámos, não estaríamos apenas a destruir a confiança que em nós depositaram.

Estaríamos a subverter e a perverter as próprias regras da Democracia.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É um facto que é das regras da Democracia o respeito pela minoria.

Mas é também das regras da mesma Democracia a não submissão da maioria à vontade das minorias.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Ao longo destes três dias, os partidos políticos representados neste Parlamento disseram ao Governo, disseram do Governo, aquilo que liam ou o que viam nestes documentos.

Ao longo destes três dias, os partidos políticos aqui representados deram conta da sua leitura destes documentos e das alegadas intenções do Governo que viam nesses documentos.

Nesta minha intervenção, centro-me no que dizem estes documentos aos jovens Açorianos, aos trabalhadores, aos empresários, aos agentes culturais, aos funcionários públicos, às instituições particulares de

solidariedade social, aos agricultores e aos pescadores, aos professores, aos alunos, às famílias açorianas e às empresas,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... em suma, centro-me no que dizem estes documentos às Açorianas e aos Açorianos.

Estes documentos não falam, desde logo, porque não pretendem, nem nunca pretenderam fazê-lo, de uma Região ideal, ilusória, mirífica ou, para utilizar uma expressão mais coloquial, estes documentos não falam de uma Região cor-de-rosa.

O Plano e o Orçamento para 2017, bem como as Orientações de Médio-Prazo 2017-2020, falam de uma Região real, que as pessoas sentem, que os Açorianos conhecem, que o seu Governo sente e conhece.

Falam dos Açores que têm desafios.

Uns que já vencemos; outros que estamos a meio de vencer; e outros que queremos vencer no Futuro.

Os documentos que o Governo dos Açores trouxe a esta Casa falam dos Açores reais e dos desafios sentidos pelas Açorianas e pelos Açorianos no seu dia a dia:

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O trabalho, a saúde, a educação dos filhos, os cuidados com os pais ou avós de idade mais avançada, o ambiente, os transportes, a exploração agrícola que está sob maior tensão, a atividade da pesca que está a render menos, o nosso futuro coletivo, enfim, o futuro dos Açores.

Mas, ao mesmo tempo que falam de desafios, estes documentos também falam de outros dois aspetos que não podem, nem devem, deixar de ser realçados neste momento.

Em primeiro lugar, falam de Açorianos que não desistem, que não abandonam, que enfrentam e vencem as dificuldades, alicerçados no trabalho, na determinação e na solidariedade.

É também isso que resulta da constatação que o início desta legislatura é particularmente diferente e contrastante com o início da legislatura anterior. Em 2013, o País estava sujeito, não só às exigências de um programa de assistência financeira internacional, mas também e sobretudo a um programa político doméstico que assumia como objetivo, declarado e expresso, ir além da troika.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Com tantos ou mais graves efeitos na vida do dia a dia do que as condições do programa internacional, era também essa obsessão política que se traduzia no corte do rendimento das famílias, no aumento da carga fiscal, no corte dos apoios e das políticas sociais, entre outros.

Tudo isso foi feito e aplicado no nosso País, sem, contudo, se ter conseguido por as contas públicas em ordem.

Nos Açores, não gastámos tempo nem trabalho à volta da questão de saber se iríamos ou não ser atingidos por essa calamidade económica e social que nos bateu à porta.

Só os inconscientes, só os irresponsáveis achavam que podíamos escapar a esse vendaval e, por isso, alguns destes fingidamente se indignavam com os efeitos que numa economia pequena e aberta como a nossa se faziam sentir.

O nosso esforço, o nosso trabalho e o nosso empenho, foi sempre o de prepararmo-nos o melhor possível para enfrentar essa borrasca, de preparar o melhor possível as famílias e as empresas dos Açores para enfrentar essa borrasca e sairmos dela o mais rápido possível, com os menores danos e sem deixar ninguém para trás!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi por isso, e para isso, que sempre que necessário, e várias foram as vezes que assim aconteceu, fomos até ao limite dos nossos recursos e até ao limite das nossas competências para ajudar as famílias e para ajudar as empresas.

Hoje, se é certo que, em vários setores da nossa sociedade, sentimos ainda os efeitos dessa tempestade, não o negamos, a verdade é que os resultados demonstram que estamos, nós todos, Açorianos, no bom caminho, no caminho da recuperação e da retoma.

É assim na taxa de desemprego nos Açores que ontem estava acima da média nacional e que hoje é mais baixa do que no País.

É assim na criação de riqueza nos nossos Açores em que, com um crescimento estimado de 2%, segundo os dados divulgados relativamente a 2016, crescemos mais do que o País, 1.4%, e mais que a Zona Euro, 1.7%.

E é assim num conjunto de outros indicadores económicos e sociais, como o turismo – em que no número de dormidas crescemos quase o dobro do País –, no consumo de energia elétrica no setor da indústria, de comércio e serviços, na venda de cimento, na exportação de produtos láteos ou de carne, entre outros, dos quais resulta, de forma clara, que estamos a fazer um caminho gradual, constante e sustentável de recuperação económica e de fortalecimento social na nossa Região.

Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos, nem estes documentos são um relatório

do trabalho realizado, nem esta foi uma sessão de balanço em relação ao passado.

É dessa forma que passo ao segundo aspeto em que esses documentos relevam para as Açorianas e Açorianos.

Falam do Futuro.

Do Futuro dos Açorianos.

Do Futuro pelo qual este Governo aqui está, determinado, motivado e a trabalhar.

Do Futuro que estamos a construir alicerçados em mais-valias como o facto de já termos os impostos mais baixos de todo o País, com as consequências que já existem, atuais e efetivas, em termos de competitividade da nossa economia e de menos impostos sobre o rendimento das famílias.

Do Futuro que estamos a construir alicerçados em finanças públicas saudáveis, rigorosamente geridas, com o bónus suplementar de ver esse facto reconhecido e elogiado por entidades e personalidades nacionais e internacionais completamente insuspeitas.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Do Futuro que estamos a construir alicerçados numa rede de apoio social que, em parceria com centenas, centenas de entidades privadas, milhares de Açorianos, permite-nos ajudar aqueles que, de entre nós, estão numa situação de maior fragilidade.

Do Futuro que estamos a construir em aliança com a vontade, a determinação, a ambição de milhares e milhares de Açorianos que, todos os dias, nas explorações agrícolas, nas pescas, nas empresas, nas coletividades, nas filarmónicas, nas instituições particulares de solidariedade social, na administração pública, nas escolas, nos hospitais e

nos centros de saúde, em toda a nossa Região, ajudam a puxar os Açores para cima.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É este o sentido do trabalho do nosso Governo.

É este o sentido da nossa Autonomia:

Um poder dos Açorianos, um ativo para as pessoas, uma garantia a favor do Futuro.

É por isso que uma das prioridades que gostaria de realçar no âmbito deste trabalho de futuro é a do crescimento económico e da criação de emprego, mobilizando um conjunto muito vasto de recursos e de medidas para ajudar a nossa economia na sua capacidade de criar emprego e criar riqueza.

Sabemos que, no âmbito das questões do emprego, um dos desafios que temos à nossa frente é o de, após esse período de medidas conjunturais de apoio aos Açorianos que procuram emprego, fomentar a sua passagem a um emprego com maior estabilidade, onde possam rentabilizar as competências que adquiriram nos programas de inserção socioprofissional. O nosso desafio já não é apenas o da criação de emprego, mas, também, e cada vez mais que o emprego seja cada vez mais seguro e cada vez melhor remunerado.

E assim, posso anunciar que o Governo criará três novos instrumentos de reforço das condições de empregabilidade, bem como da estabilidade de emprego em entidades privadas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em primeiro lugar, temos a iniciativa “Fomento da Integração Laboral e Social”, a qual estabelece o apoio para que os trabalhadores

integrados nos programas RECUPERAR, PROSA, SEI, BERÇO DE EMPREGO, sejam contratados por entidades privadas.

Em segundo lugar, temos a iniciativa “Estabilidade Laboral Permanente”, que incide sobre a conversão de contratos inseridos em programas de fomento da empregabilidade que, atualmente, sejam a prazo, para contratos permanentes, sem termo.

E, em último lugar, temos a medida de criação de um estágio profissionalizante, que contribua para a inserção no mercado de trabalho dos Açorianos que completem a formação de adultos, nomeadamente no âmbito do programa REATIVAR.

Deputada Mónica Rocha e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas também no que respeita à promoção das condições para que a nossa economia seja cada vez mais caracterizada pelo empreendedorismo e pela inovação, destaco duas ações que o Governo pretende pôr em prática:

- a criação de uma Rede Açoriana de Mentores, que constitui um mecanismo de apoio e de aconselhamento aos empreendedores por parte de profissionais de créditos firmados em diversas áreas de atividade e que, por essa via, podem ajudar na implementação de novos projetos empresariais;
- bem como, a operacionalização do chamado “Vale Incubação Açores” que constitui um apoio ao empreendedorismo e às empresas que se instalem em incubadoras de empresas, quer municipais, quer regionais, e que têm um crédito, esses empreendedores, essas empresas têm um crédito para as despesas inerentes ao início da sua atividade.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Uma referência especial à nossa Agricultura e às nossas Pescas, setores de grande importância, não só em termos económicos, mas também em termos sociais.

Na nossa Agricultura, a par dos investimentos que temos feito e que continuaremos a fazer, de reforço da sua competitividade em termos de infraestruturas (caminhos, água e luz), de competitividade global do setor, (Marca Açores, acesso a mercados e promoção de produtos) colocamos um particular cuidado e exigência na evolução dos mercados internacionais do setor dos laticínios e repercussão dessa evolução no preço do leite pago ao produtor.

Não descuramos, também aqui, as questões relativas à sustentabilidade futura e ao rejuvenescimento desse setor.

No âmbito das Pescas, a capacitação do capital humano é, também, uma das nossas prioridades. E nesse sentido, queremos pôr em funcionamento uma experiência piloto em Rabo de Peixe, em São Miguel, e em São Mateus, na ilha Terceira, as duas maiores comunidades piscatórias da nossa Região.

O objetivo é, através da Rede Valorizar, pôr em prática um plano de dupla certificação que permita, simultaneamente, a escolarização dos pescadores...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a atribuição da Cédula Marítima.

Deputada Mónica Rocha e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Estão igualmente previstas atividades formativas de curta duração para pescadores e armadores que permitam a reciclagem e atualização de conhecimentos.

A isto acresce, a entrada em funcionamento do plano de reestruturação deste setor que, de forma mais direcionada, visa alinhar a estrutura do mesmo com a disponibilidade e sustentabilidade da utilização dos recursos marinhos.

Ainda no domínio da atividade e do desenvolvimento económico da nossa Região, o Governo está consciente da importância que assumem os fundos comunitários, bem como o facto de estarmos, sensivelmente, a meio do atual período de programação de fundos comunitários.

Considero, por isso, ser este o tempo de iniciarmos já a preparação das posições negociais da Região, bem como da nossa abordagem quanto àqueles que devem ser os objetivos e prioridades do novo período de programação financeira a nível europeu, e, em especial, aquele que deve ser o futuro da Política de Coesão, no horizonte pós 2020.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Gostaria, por isso, de anunciar que, durante o segundo semestre do corrente ano, promoveremos a realização de encontros e convidaremos os partidos políticos e parceiros sociais exatamente para esse trabalho de planeamento,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... de preparação, de participação dos Açores nos trabalhos de definição do novo Quadro Comunitário de Apoio após 2020.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Uma referência, por último, à importância de mobilizarmos todos os instrumentos ao nosso dispor para esses objetivos da criação de riqueza e criação de emprego na nossa Região.

Um desses instrumentos é o setor público empresarial e em concreto a sua capacidade, não só de satisfação de necessidades coletivas, mas também a de contribuir para o desenvolvimento económico dos Açores.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E também aqui vamos cumprir o nosso Programa de Governo. Assim, durante o corrente ano, o Governo lançará um amplo processo de análise e avaliação de todas as participações, diretas e indiretas, da Região no capital social das diversas empresas públicas, tendo em vista definir, como eu referi na campanha eleitoral, e como está previsto no Programa deste Governo em função do interesse público, a sua reestruturação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A realidade da nossa economia, e o trabalho que queremos desenvolver nesse domínio, não nos fazem esquecer outras áreas da nossa realidade coletiva.

É o caso das políticas sociais em geral, e, em especial, o caso da Educação. Nesse domínio, temos em funcionamento, e já a produzir indícios de resultados encorajadores, o PROSUCESSO que pretende ajudar-nos a vencer esse desafio geracional, esse verdadeiro desígnio regional que é o aumento da qualificação dos Açorianos, desde logo, através da melhoria dos resultados no sucesso escolar.

A par da melhoria das condições físicas de que estamos a curar com o investimento em construções escolares, a par da melhoria das condições de trabalho de professores como, ainda esta semana, esta Assembleia terá a oportunidade de debater, é com as medidas, os recursos, a ambição que

compõe desde logo o PROSUCESSO que estamos a trilhar um caminho de qualificação e de melhoria dos indicadores nesse domínio.

Mas também aqui há uma ideia que deve ser realçada e bem vincada: é necessário que toda a sociedade açoriana, toda a sociedade açoriana, se mobilize e assuma como seu este desafio de combate ao insucesso escolar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O facto é que as condições propícias ao sucesso escolar não começam na sala de aula, não começam na escola, não começam no conselho executivo, não começam na direção regional, não começam na secretaria regional.

Começam em cada família açoriana, em cada pai e em cada mãe que, reconhecendo a educação como o instrumento mais poderoso de qualificação, devem acarinhar e incentivar os seus filhos no seu percurso escolar.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ainda recentemente, a EBI de Rabo de Peixe tornou-se numa das cinco escolas que se destacaram a nível nacional pela sua intervenção junto dos alunos e da comunidade.

Ganhou o prémio “Change Maker”, fazedora de mudança, fruto desta envolvimento que a escola consegue ter com os seus alunos e com a comunidade, ajustando-se à realidade dos percursos escolares.

É esse trilho no caminho do sucesso que nós sempre temos defendido e com o qual, todos nós, nos devemos congratular e elogiar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Também noutras áreas da nossa intervenção social se afigura importante realçar a importância deste Plano de Investimentos e das Orientações que aqui estivemos a debater.

Desde logo, no âmbito da Política de Habitação em que assumimos o trabalho que estamos a concretizar de apoio à realização do direito à habitação dos Açorianos.

Assim, e para além das várias medidas de apoio à habitação que o Governo dos Açores tem a funcionar, e que, por exemplo, na anterior legislatura, 2013-2016, significaram um investimento público superior a 47 milhões de euros abrangendo mais de 3.600 famílias açorianas, gostaria hoje de anunciar uma medida especialmente dirigida aos jovens casais açorianos que procuram uma habitação.

No segundo semestre deste ano, lançaremos o processo de atribuição de mais de cinco dezenas de habitações na modalidade de arrendamento com opção de compra, permitindo, desta forma e com um contributo efetivo dos interessados e com a ajuda também do Governo, seja possível realizarem o sonho de terem uma habitação condigna.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas, também, no que diz respeito aos nossos idosos, queremos avançar mais e melhor na definição e implementação de medidas que possam ajudá-los nessa fase da sua vida com o máximo de conforto, de dignidade e de segurança.

A nós, não nos basta sabermos que temos medidas de apoio aos nossos idosos que são únicas no nosso País.

A nós, não nos basta saber que investimos, por exemplo, no Complemento Regional de Pensão, no chamado “cheque pequenino”, cerca de 25 milhões de euros por ano beneficiando mais de 35 mil idosos Açorianos.

A nós não nos basta saber que só nos últimos quatro anos o Governo reforçou o valor do Complemento Regional de Pensão em cerca de 10%.

Queremos fazer mais, queremos fazer melhor e queremos fazer diferente!

De acordo com o estudo, realizado em 2015, pela Direção Regional da Solidariedade Social, de caracterização dos utentes dos serviços de apoio domiciliário, 36% dos inquiridos viviam sozinhos, sendo que cerca de 20% necessitavam de apoio na higiene pessoal, tarefas de vida quotidiana e na mobilidade e 24% encontravam-se totalmente dependentes para a satisfação de necessidades básicas.

A este contexto social e demográfico, a nossa resposta é com políticas e medidas adequadas às necessidades dos idosos, dos cuidadores e das famílias e orientadas para a atenuação das situações de debilidade, isolamento e de forte dependência.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Assim, gostaria de anunciar que, em colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa, até ao final do corrente ano, vamos instalar, em todas as ilhas da nossa Região, um serviço de teleassistência capaz de dar uma resposta personalizada e imediata aos nossos idosos, em situações de segurança, urgência e emergência ou derivadas destas, bem como de apoio aos que se encontrem numa situação de vulnerabilidade ou dependência, seja pela idade, pela doença, pela incapacidade ou pelo isolamento.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Uma última referência, nesse domínio, à área da Saúde, e em particular, a duas medidas em que o Governo já está a trabalhar. Uma é a elaboração de um Programa Regional de Promoção da Alimentação Saudável com o objetivo de reduzir o nível de doenças crónicas nos Açores que estão relacionadas com a alimentação.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Esta medida, que terá uma forte componente dirigida à população infantojuvenil, visará, igualmente, a busca de soluções para a melhoria do consumo e oferta alimentar, a modificação das determinantes do consumo alimentar nos casos em que as mesmas contribuam para a degradação, a curto, médio ou longo prazo, da saúde individual.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: A outra componente consiste na proposta de decreto legislativo regional que o Governo fará chegar a esta Assembleia, dentro em breve, e que visa alterar a idade mínima da proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas por menores, passando-a para os 18 anos.

Deputada Maria Isabel Quinto e Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A sustentabilidade do nosso desenvolvimento e a sustentabilidade da utilização dos nossos recursos naturais é, igualmente, uma linha orientadora, estratégica, das opções políticas que o Governo dos Açores concretiza nos documentos que, em breve, serão votados por esta Assembleia.

Neste domínio, as questões relativas à energia e, em concreto, o desafio da mobilidade elétrica, assumem também uma notoriedade efetiva no âmbito das nossas opções políticas, quer para 2017, quer no horizonte 2017-2020.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em conformidade com essa opção estratégica, o Governo desencadeará, no segundo semestre do corrente ano, um processo de substituição, em todos os casos em que isso se justifique do ponto de vista técnico, ambiental e financeiro, da frota da administração regional por veículos elétricos.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: De igual modo, daremos início ao processo de alinhamento dos nossos diversos sistemas de incentivo ao investimento privado com esse objetivo de fomento da mobilidade elétrica, garantindo assim a articulação entre os diversos instrumentos ao serviço dessa aposta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Como ficou provado ao longo destes três dias de debate, e também nesta intervenção, temos consciência dos desafios que estão à nossa frente, sabemos que são grandes, mas sabemos que maior é a vontade de os vencer com determinação, com ambição e com muito trabalho.

Não nos amedronta, nem atemoriza, a dimensão da tarefa a que nos propomos.

A motivação que nos anima, a determinação que nos impele, a vontade de fazer mais e melhor que constitui a força motriz deste projeto e deste

trabalho, são o penhor do mérito e da validade das propostas que agora serão submetidas à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados.

Com Confiança e Esperança, o Governo dos Açores propõe e sujeita à votação das Senhoras e Senhores Deputados do Parlamento dos Açores o Plano e Orçamento regionais para 2017 e as Orientações de Médio Prazo 2017-2020.

Com a Esperança e a Confiança na capacidade dos Açorianos escreverem o seu próprio futuro.

Disse!

Deputado André Bradford e Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eram 19 horas e 14 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 22 horas e 02 minutos

Vamos dar início ao debate na especialidade e às votações.

Antes disso vou anunciar os tempos para cada bancada, para o debate na especialidade.

O Governo e o PS dispõem de 40 minutos, o PSD 30 minutos, o CDS- PP 17 minutos, BE 12 minutos, o PCP 10 minutos e o PPM também 10 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então iniciar as votações.

Começamos com a votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI - "Orientações de médio prazo 2017/2020".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI - "Orientações de médio prazo 2017/2020", foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 17 contra do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Passamos agora à votação, na generalidade, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI - "Plano Anual Regional para 2017".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI - "Plano Anual Regional para 2017", foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 17 contra do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Passamos agora ao debate e à votação, na especialidade, do Plano Anual. Relembro, como é habitual, que esta votação é feita em relação às propostas de alteração, ação a ação, programa a programa.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Membros do Governo.

Por comprovada falta de tempo serei obrigada a falar, digamos, de uma só vez e queria começar por duas questões prévias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Podia calar-se para sempre!

A Oradora: Há propostas feitas por outras bancadas parlamentares, com as quais nós concordamos, mas discordamos da contrapartida financeira onde vão buscar, digamos assim, o dinheiro. E, portanto, há propostas onde o Bloco de Esquerda se irá abster, não por não concordar como objetivo, mas por discordar da contrapartida financeira. Há também proposta que terão a nossa abstenção, não por uma séria convicção, mas por incapacidade ou impossibilidade humana em as analisar de forma séria e rigorosa, até pelo seu conhecimento tardio e, portanto, tenho que dizer isto em abono da verdade.

Relativamente às propostas do Bloco de Esquerda, passaria a apresentá-las de uma forma breve, na sua totalidade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já é pouco mais de 1 minuto esta.

A Oradora: ... relativamente ao Plano Anual para 2017. O Bloco de Esquerda apresenta uma proposta de alteração que visa reforçar o investimento no desenvolvimento tripolar da Universidade do Açores. Propomos um novo artigo para a criação do Rendimento Social dos Açores, destinado à implementação de programas de apoio social de carácter supletivo aos agregados familiares e pessoas singulares em carência económica, na consequência da perda de rendimentos ou de apoios sociais. Propomos também um reforço de investimento no programa de recuperação de habitação degradada, sobretudo para a desinfestação e obras de reparação de imóveis danificados por térmitas. Propomos um

aditamento, ainda relativamente a projetos de reabilitação, renovação urbana e do espaço público, e pretendemos com este investimento apoiar projetos de reabilitação, renovação urbana e espaços públicos em cooperação com as autarquias locais. Reforçamos também as verbas destinadas aos recursos do suporte imediato de vida. Propomos uma outra rubrica para finalmente dar corpo às obras da variante à cidade da Horta, na sua segunda fase. Propomos, ainda, um outro aditamento para aquisição de guindaste para o porto da Prainha do Norte, no Pico. E, finalmente, queremos também uma nova rubrica para a consolidação dos taludes da estrada regional n.º 2 - 2.º troço Furnas - Ribeira Quente, para a sua primeira fase.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então começar a votação.

A primeira proposta de alteração é do PPM para ação 1.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração do PPM para a ação 1.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PCP; 4 a favor do CDS-PP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM para a ação 1.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PPM; 1 voto contra do PCP; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM para a ação 1.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PCP; 1 voto a favor do PPM; 17 abstenções do PSD, 4 do CDC-PP e 2 do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM para a ação 1.1.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD, 2 do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM para a ação 1.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PPM; 1 voto contra do PCP; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PPM para a ação 1.1.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PCP; 4 votos a favor do CDC-PP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 1.1.15, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento de uma nova ação foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 1 do PPM; 1 voto a favor do PCP; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação também a criação de uma nova ação, proposta pelo PPM, 1.1.15.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de criação de uma nova ação foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PCP; 1 voto a favor do PPM; 17 abstenções do PSD, 4 CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PCP; 4 votos a favor do CDC-PP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 1.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, fica prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a mesma ação.

Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.3.5. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 1 voto a favor do PPM; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 1.3.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 4 do CDC-PP; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Fica prejudicada a proposta de alteração do PPM para esta mesma ação.

E avançamos para mais uma proposta de alteração do PPM, para a ação 1.4.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PCP; 1 voto a favor do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 do CDC-PP, 1 do PCP; 1 voto a favor do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Fica prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.6.1., porque tinha como contrapartida uma ação do Programa 1. Assim como a proposta de alteração à ação 1.7.3, à 1.8.1, à 1.9.1, à 1.9.2, à 1.9.3 e à 1.9.4. Ficam todas prejudicadas as restantes propostas de alteração apresentadas pelo PPM.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 1 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 1 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PPM; 17 votos contra do PSD, 2 do BE; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos para o Programa 2.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 2.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 a favor do PSD, 4 do CDC-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: O PPM e o PCP tinham propostas de alteração que ficam prejudicadas, porque tinham como contrapartida o Programa 1.

Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP, criando uma nova ação 2.1.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 a favor do PSD, 4 do CDC-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 2.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 do CDC-PP, 1 do PPM; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD.

Presidente: A próxima proposta de alteração apresentada pelo PCP está prejudicada por contrapartida do Programa 1, por isso passamos assim para a proposta de alteração apresentada pelo PS, criando uma nova ação 2.2.14. Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Como tive oportunidade de dizer, esta tarde, esta é uma matéria muito querida ao PS e falo do bem-estar de animais de companhia, animais errantes. O Partido Socialista tem acompanhado com muito empenho, com muita alegria, os avanços legislativos que se têm verificado nesta matéria e, portanto, para este ano, o Partido Socialista propôs a dotação de 50 mil euros, portanto, mais do que duplica a dotação que tem vindo a ser contemplada em planos anteriores e assim se associa a uma causa que tem uma força crescente e inegável, e o Partido Socialista aqui estará sempre para a abraçar.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então assim passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração para criação de uma nova ação foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 votos contra do CDS-PP; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta para criação de uma nova ação, 2.2.14 também, do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 2.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta da criação de uma ação 2.3.5, apresentada pelo PSD.

O Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta uma proposta para a criação desta nova ação, dirigida à criação de um programa de investigação de desenvolvimento de novos produtos agrícolas, porque entende que é determinante ajudar a criarem-se as condições necessárias para chamar a Universidade dos Açores e outras instituições científicas a participarem em estudos orientados, quer para as agroindústrias, quer para as explorações agrícolas, no sentido de se estudarem novos produtos que venham a acrescentar valor a toda a produção agrícola regional.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vão votar contra para depois, daqui a uns meses, apresentar uma semelhante!

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, eu prescindo.

Presidente: Prescinde Sr. Deputado?

Sendo assim, então vamos passar à votação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem prescindiu foi o Grupo Parlamentar do PS!

Presidente: Sr. Deputado, estamos a votar!

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos então agora passar à votação da proposta de criação de uma nova ação apresentada pelo CDS-PP, 2.4.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então votar o Programa 2 com as alterações que foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 2 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 3.2.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: A próxima proposta de alteração apresentada pelo PCP está prejudicada por contrapartida do Programa 1, pelo que avançamos com a proposta de criação de uma nova ação 3.2.12, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação também de uma nova ação 3.2.12, apresentada pelo CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a criação de uma nova ação 3.2.13, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: As próximas 4 propostas de alteração, 3 do PPM e 1 do PCP, estão prejudicadas por contrapartida de programas anteriores, pelo que coloco á votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD para a ação 3.3.6.

Sr. Deputado Jaime Vieira, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Ex.^{ma} Sra. Presidente, Ex.^{mos} Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Ex.^{mos} Presidente do Governo e Membros do Governo:

A proposta de alteração do PSD visa reforçar o fundo de pesca, uma vez que é do nosso entendimento que este fundo tem que ser reforçado, principalmente nos meses onde os rendimentos são ainda mais reduzidos e neste sentido o reforço vai de 200 mil euros para que se possa, ...

Deputado José San-Bento (PS): É para as famílias!

O Orador: ... ou atribuir 2 vezes o fundo de pesca, ou então que ele seja acionado através do ordenado mínimo.

Obrigado Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Jaime Vieira, eu queria-lhe dizer, relativamente a esta proposta, que no passado recente, sempre que houve a necessidade de ativar o fundo de pesca, houve sempre a possibilidade também de se fazer o reforço da própria verba, não em sede de plano e orçamento. Mas, Sr. Deputado, todos nós sabemos que um dos setores mais afetados pelos problemas que estão a surgir agora na pesca, tem a ver com a pesca do atum, como bem sabemos. Eu queria perguntar ao Sr. Deputado se, de facto, este reforço do fundo de pesca também poderia, por sua vez, atenuar os efeitos nos atuneiros e nos seus tripulantes.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: As próximas propostas de alteração apresentadas pelo PPM estão prejudicadas, pelo que estamos em condições de colocar à votação o Programa 3 com todas as alterações que foram aqui aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 3 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Entramos agora no Programa 4 e coloco à votação a criação de uma nova ação por parte do PPM, 4.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD; 1 voto a favor do PPM; 4 abstenções do CDS-PP, 2 do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação também a proposta de aditamento de uma ação 4.2.5, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD para a ação 4.3.1.

A Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dada a considerável desproporção entre as verbas inscritas no plano para promoção do destino e as destinadas à qualificação do destino, propomos o reforço da qualificação do destino por considerar que esta é uma alteração que proporcionará, a quem nos visita, melhores condições para que reconheçam a mais-valia do nosso turismo.

Obrigada.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 4.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 4.3.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 4.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 4.3.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: A proposta de alteração do PCP fica prejudicada por contrapartida do Programa 1 e passamos assim à última proposta para o Programa 4, a criação de uma nova ação 4.3.8 apresentada pelo CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos então votar o Programa 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 4 foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PPM; 3 abstenções do CDS-PP e 1 do PCP.

Presidente: Entramos agora no Programa 5.

A primeira proposta a ser votada é a proposta de alteração do PPM para a ação 5.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE para a ação 5.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM também para esta ação, que não fica prejudicada uma vez que a do BE foi rejeitada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: E por fim, para esta mesma ação, a proposta de alteração do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM.

Presidente: Eu pergunto à Câmara se o sentido de voto das bancadas é o mesmo para as seguintes ações das propostas apresentadas pelo PPM, porque se fosse o mesmo para todas as ações, podíamos votá-las em bloco. Posso votar em bloco?

Não? A última não? Só a última?

Se querem que eu vote uma a uma, eu posso votar uma a uma.

O PPM apresenta agora 5 propostas de alteração para várias ações, se o sentido de voto fosse o mesmo, poder-se-ia colocar à votação em conjunto as propostas de alteração. O PCP já propôs que não se votasse a última.

Então vai ser ação a ação.

Está à votação a criação de uma nova ação 5.1.8, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 5.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração à ação 5.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração para a ação 5.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE e 1 do PCP.

Presidente: E por fim a proposta de alteração à ação 5.4.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 1 do PCP; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação o Programa 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 5 foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 17 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Entramos agora nas propostas de alteração ao Programa 6.

A primeira é do PCP, mas está prejudicada por contrapartida do Programa 1, por isso avançamos para a criação de uma ação 6.1.18, apresentada pelo PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta proposta pretende criar um refeitório na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, resolvendo assim uma injustiça histórica que se faz à ilha do Corvo e aos alunos da ilha do Corvo, que é impossibilitarem-lhes a possibilidade de beneficiarem de refeições escolares. Inclusivamente existindo um número muito significativo de alunos que estão no 1.º e no 2.º escalão e, portanto, teriam um apoio bastante significativo e de que dele necessitam e necessitam com urgência. Portanto, esta é uma questão de justiça! Acho que é uma questão que nos envergonha a todos, que se possa manter uma discriminação deste tipo! Porquê? Porque é que os alunos do Corvo não podem beneficiar de refeições escolares, quando têm as mesmas dificuldades que os outros? E neste caso, de um conjunto significativo de alunos com dificuldades muito significativas. E, portanto, nesse sentido, eu penso que esta discriminação é uma discriminação inaceitável! Este é um assunto que tem que ser resolvido!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tratar por igual todas as ilhas não é fazer tudo igual em todas as ilhas. É sim responder positivamente às necessidades de cada uma delas, necessidades essas que podem ser diferenciadas e que podem exigir soluções também elas diferenciadas. Aliás, foi isso que no Corvo ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Ó Sr. Secretário, diga isso mais depressa!

O Orador: ... fez com que, em vez da construção de um museu tradicional, se optasse pela implementação de um ecomuseu que neste momento regista o restauro, pelo Governo, de um edifício – o Museu do Tempo, que prosseguirá depois com mais intervenções do Governo e da Câmara Municipal. O mesmo se diga do caso agora em apreço, a concessão de refeições aos alunos do Corvo, como aliás sucede nas demais ilhas. A solução pode não passar e não passará pela construção de um refeitório de raiz na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira. Pode passar, entretanto, por outras soluções. Por exemplo, pelo estabelecimento de uma cooperação interinstitucional que possibilite o aproveitamento mais racional, em benefício dos corvinos, das valências já existentes na ilha. Dito isto, esperamos possuir uma solução para os alunos da escola do Corvo, no próximo ano letivo, e seguramente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sobre a questão do museu, eu penso e por uma questão de humildade democrática, não vou fazer qualquer tipo de comentário. Como sabe, envolvi-me o mais possível para que essa injustiça histórica fosse corrigida. Há outras adaptações, por exemplo o pavilhão do Corvo, em que no primeiro projeto não constroem as paredes laterais. Também era uma adaptação diferente para a realidade do Corvo. Pois verificou-se o seguinte: como pavilhão, precisa de quatro paredes! Em todo o lado, nas ilhas todas e

também no Corvo! E, portanto, construiu-se as quatro paredes e permitiu-se que tivéssemos uma solução que funciona no Corvo como funciona nas outras ilhas.

Deputado André Bradford (PS): Não tem comparação!

O Orador: Às vezes fazer coisas diferentes na ilha do Corvo não tem nenhuma justificação!

Deputado André Bradford (PS): E às vezes tem!

O Orador: Este caso também não! Temos uma comunidade escolar de 80 pessoas, um conjunto muito grande de alunos beneficiados e temos também, como bem sabe, num grande conjunto de comunidades educativas, os encarregados de educação, que também podem aceder e acedem às refeições escolares. Portanto, em que é que o Corvo é diferente e porque é que se exige uma solução diferente? Às vezes (e essa tem sido às vezes), o erro das vossas políticas depois leva a que tenha que existir uma segunda e uma terceira intervenção. Inventam-se coisas diferentes no Corvo! E aqui não há nada que inventar a construir um refeitório escolar! De qualquer das formas, quero dizer que não quero deixar de valorizar o Governo Regional em relação à iniciativa que acabou agora de descrever, de enfrentar o problema. Eu penso que não é a melhor solução, mas é um avanço significativo que os alunos possam contar, a partir do próximo ano que vem, com refeições escolares. Não é a minha solução! Acho que não é a solução ótima, mas valorizo esse avanço. Valorizo e valorizo muito!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta do PSD, também criação de uma nova ação 6.1.18.

A Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD Açores, no Programa 6, apresenta três propostas de alteração, nomeadamente uma nova ação 6.1.18 com uma dotação de 300 mil euros para manutenção dos edifícios escolares, dadas as necessidades diagnosticadas em algumas escolas da Região, para colmatar deficiências nos edifícios ou simplesmente reparações. É também proposto um reforço no apoio social, que é a ação 6.3.1, de 500 mil euros, atingindo o valor já proposto e apresentado no último Plano 2016, considerando que as despesas com a educação são cada vez maiores encargos para as famílias em que os rendimentos familiares são muito baixos e atendendo precisamente à questão que 65% das crianças e jovens beneficiam de apoio da ação social escolar. Relativamente também à ação 6.6.3, que é no combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar, é proposto também um reforço da verba, de modo a atingir o montante aprovado no Plano 2016, retirando o respetivo montante à ação anterior, dado que (todos nós já sabemos, já foi aqui frisado mais do que uma vez), a taxa de abandono escolar precoce e o insucesso escolar não poderão continuar a assumir tais valores. Portanto, entendemos que são necessárias ações que combatam os valores em questão! Ainda no âmbito da educação,

aproveitando agora aqui a intervenção, também o Grupo Parlamentar do PSD apresenta uma proposta de alteração relativamente ao orçamento, que é o artigo 45.º, em que por decisão política o Governo Regional introduz novamente uma norma que restringe a compensação devida aos docentes por caducidade do contrato a termo resolutivo, no valor aproximado de 900 euros. Já não é suficiente a instabilidade da precariedade laboral em que se encontram os docentes...

Presidente: Sra. Deputada, peço desculpa, mas estava distraída. Nesta altura vamo-nos cingir apenas pelas propostas de alteração do Plano.

A Oradora: Mas apresentávamos de vez e não apresentávamos a seguir.

Presidente: São diplomas completamente distintos Sra. Deputada.

Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Passamos então agora a proposta do PPM para criação de uma nova ação 6.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD para a ação 6.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 6.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 do PSD; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está à votação a criação de uma nova ação apresentada pelo PPM, 6.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a criação de uma nova ação 6.3.4, também apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 6.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a criação de uma nova ação 6.5.2, apresentada pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Secretárias e Srs. Secretários Regionais:

Esta proposta apresentada pelo Partido Socialista tem um objetivo, que é de despertar para o conhecimento dos nossos jovens, nas escolas, baseado em três princípios básicos: o primeiro – despertar o conhecimento dos jovens nas escolas, na área da ciência e tecnologia, na sua generalidade; o segundo – despertar para o conhecimento da ciência e tecnologia, mas focalizado nas áreas da ciência e da tecnologia onde o Governo dos Açores investe, nomeadamente tecnologia espacial, biotecnologia, mar, vulcanologia; e por fim, aquele que nós temos um entendimento que despertar para a ciência tem uma enorme envolvência – o desenvolvimento dos jovens para a economia e para o conhecimento.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 6.6.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 do PSD; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD a esta mesma ação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 do BE; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo PCP que cria uma nova ação 6.6.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM para criação de uma ação 6.6.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 do PSD; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do CDS-PP, também de criação de uma nova ação 6.6.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 do PCP; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora para as proposta do PPM. Cria a ação 6.6.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não percebo por que é que o Sr. Deputado Francisco César vota contra!

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma ação 6.6.7, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Continuamos com as propostas de alteração do PPM. A próxima é a ação 6.7.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Fiquei muito desiludido com a votação do Sr. Deputado Miguel Costa!

Presidente: Proposta de alteração à ação 6.7.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então agora votar a proposta de alteração à ação 6.7.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PCP; 17 votos a favor do PSD, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração à ação 6.7.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 6.7.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD, também a esta ação 6.7.8.

Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Membros do Governo, minhas Sras. e meus Srs.:

O PSD propõe o reforço do programa às filarmónicas, no sentido de corresponder à evolução que as mesmas têm demonstrado nos últimos anos, na adaptação aos desafios da atualidade, na modernização da sua oferta e na aquisição de instrumentos mais específicos que enriquecem a

sua apresentação. Para termos uma noção, no Plano de 2015, foi diluído, no geral, às 102 filarmónicas dos Açores, 178 mil euros. Se nós retribuíssemos igual valor a todas, daria à volta de 1700 euros. E uma filarmónica se comprar uma tuba, às vezes é mais do que 2 mil euros! Portanto, nem sequer eventualmente dá para isso e nós sabemos que muitas das filarmónicas estão a adquirir equipamentos, cada vez mais, que os permitem modernizar e adequar às suas funções. Também é uma forma de reconhecer a sua importância crescente na coesão cultural do Açores, na dinamização cultural das nossas comunidades e na capacidade de cativar crianças e jovens para um projeto artístico e a integração no projeto Escola de Vida. Propomos mais dinheiro, é verdade! Também a escola, em que as filarmónicas sejam estimuladas a aprender umas com as outras nos seus projetos culturais e formativos. Um trabalho em conjunto que pode ajudar muitas filarmónicas que estão em risco de desaparecer.

Obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Acho que sim!

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para mostrar a concordância com este reforço do Partido Social Democrata àquela que foi uma proposta do CDS, que ajudou as filarmónicas muito até aqui e, portanto, concordamos sempre com esse reforço que vem reforçar as nossas boas propostas e esperamos que o Sr.

Secretário da Educação e Cultura também faça uma regulamentação como deve ser do SOREFIL, que ainda não está feita nos devidos moldes.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado André Bradford (PS): Por acaso toca algum instrumento?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Umas migalhitas...

Presidente: Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isto é que é apoiar cultura!

Deputada Maria João Carreiro (PSD): E educação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Querem que as filarmónicas toquem de ferrinhos!

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM para a ação 6.8.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar estas propostas de alteração à votação em conjunto. Da 6.8.2 à 6.8.10 são todas apresentadas pelo PPM. Caso o sentido de voto seja o mesmo, para, naturalmente, facilitar o trabalho da Mesa e o nosso.

Não havendo oposição, estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PPM às ações 6.8.2, 6.8.3, 6.8.5, 6.8.6, 6.8.7, 6.8.8, 6.8.9 e 6.8.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração à ação 6.8.15, apresentada pelo CDS-PP.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pense alto se faz favor! Use o outro do lado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os outros estão todos avariados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pronto, quando fica vermelho fica logo a funcionar bem! Está tudo bem! O que não fica vermelho é o motor da Espalamaca, Sr. Secretário Regional.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Recuperar um barco magnífico, um ícone dos Açores, um ícone da nossa cultura, um ícone das ligações aqui do canal e no triângulo! Que tão de boa memória têm, melhor que todos os barcos juntinhos a atuar! Que tão bom serviço prestou a estas gentes! Que está em impecável estado de conservação! Repito, impecável estado de conservação! Pronto a levar um motor e navegar para o mar, com todo o seu esplendor! O Governo Regional vai pô-lo a apodrecer em cima de um cais! Isto é absolutamente inacreditável e inaceitável, por causa de uma verba de 100 ou 150 mil!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas, chegamos a uma situação em que para gastar milhões, temos de dinheiro, para gastar uns tostões, não há dinheiro! E para a Espalamaca são, de facto, uns tostões para pô-la a navegar. Mas assistimos a esta pérola – o Sr. Secretário dá o casco, os privados que deem o moto! E é, de facto, lamentável que se ponha um barco daquela dimensão, com aquela história, em cima de um cais. E o que se gastou a fazer o filme da Espalamaca dava para pôr o motor e todos os equipamentos de navegação naquela lancha. É, de facto, uma pena e uma teimosia que o Governo Regional dos Açores não queira recuperar devidamente e pôr a navegar a Espalamaca!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ela vai navegar sim senhor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vai não!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Vai, vai!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(***Deputado Mário Tomé (PS)**): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

O objetivo de reabilitar a lancha Espalamaca foi para fins museológicos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: Preservando e eternizando as memórias do canal e do triângulo. E há aqui uma questão de fundo que seria – os custos de exploração desta embarcação! É preciso ter mestres! É preciso ter tripulações! Portanto, o conceito, penso, foi sempre este.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sra. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para que fique claro, é absolutamente falso que a Resolução do CDS, aqui aprovada, tenha sido a recuperação da Espalamaca para fins museológicos!! É só ler o que diz o Projeto de Resolução do CDS que foi aprovado nesta Casa. E acho absolutamente extraordinário que a preocupação seja os custos de exploração quando aquele barco até poderia ser rentável! Custos de exploração Sr. Deputado! Custos de exploração! Não fizeram as contas, os senhores, para os novos barcos aqui do canal? Fizeram as contas aos custos de exploração? O senhores então têm as contas feitas para os custos de exploração dos barcos aqui do canal? Têm Sr. Deputado? Diga-me lá quais são! De novas tripulações, de mais tripulações, de mais combustível, de mais, mais, mais, mais, Sr. Deputado... O senhor sabe perfeitamente, ainda por cima como homem do

Pico! Julgo que o crime que estão a cometer em deixar a Espalamaca em terra não orgulha ninguém e muito menos um “picaroto”!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Eu não ponho essa questão em causa Sr. Deputado Artur Lima, até porque eu conheço bem a questão das embarcações e dou-lhe um exemplo do que se passa em relação às lanchas baleeiras – que é os custos de manutenção. Sabe que não é qualquer indivíduo que pode ser mestre ou que tem competências específicas para navegar e exercer o comando destas embarcações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Assim não há exploração! Lancem um concurso! Funcionem! Entreguem a privados! Façam alguma coisa que não seja pela mão do Governo!

O Orador: E a minha questão aqui seria mais a este nível – que é a própria sustentabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não acredita bem nisso! O senhor consolava-se a andar naquela lancha!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é que é preservar a memória coletiva!

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 6.8.18.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP para criação de uma nova ação 6.8.29.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM, também para a criação de uma ação 6.8.29.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do CDS-PP, também para criação de uma ação 6.8.29.

Há inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Ensine isso aí!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Estava distraída, isto não é uma questão de ensinamento! Estamos aqui todos, a esta hora, para nos ajudarmos uns aos outros. Ou não será assim, Sr. Presidente?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Peço desculpa Sra. Deputada!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*):

Quem o diz...

Presidente: Sra. Deputada!... Sra. Deputada Graça Silveira, está no uso da palavra!...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Sra. Presidente, peço imensa desculpa!

(*) **Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta questão dos cabos submarinos não é nova. O CDS já apresentou aqui uma Proposta de Resolução para que se criasse o espaço museológico dos cabos submarino, em 2013, aprovada por unanimidade a verba para que fosse levada a cabo essa iniciativa. A proposta também foi aprovada por

unanimidade e desde 2013 até 2017 nunca aconteceu! Finalmente, no Plano para 2017, a ação desaparece e aparece no lugar – a recuperação da Trinity House. Como o Sr. Secretário sabe, o projeto é muito mais que isso! Tem todo o trajeto que exige a classificação dos edifícios em termos arquitetónicos e em termos históricos, que nunca aconteceu! Temos o memorial da Lagoa que também nunca aconteceu! E, portanto, o espaço museológico dos cabos submarinos, para o Governo Socialista, desapareceu! Pelo aquilo que nós sabemos, a vossa intenção é que ele aconteça em 2020. Isto é inadmissível! E, portanto, o CDS vai continuar a introduzir esta ação no plano, sempre que os senhores fizerem questão de o fazer desaparecer.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Senhora Deputada!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP, criação de uma nova ação 6.8.30.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM, também para uma nova ação 6.8.30.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta, também para criação de uma nova ação, neste caso a 6.8.31, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 6.9.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM para a ação 6.9.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Eu perguntava à Câmara, considerando que as próximas propostas de alteração são todas do PPM, se há da vossa parte algum impedimento a que se possa fazer a votação?

Não pode...

O CDS-PP quer uma a uma, portanto será uma a uma.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?...

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos à meia noite e 10.

Eram 23 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor, ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 00 horas e 18 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se sentem, porque temos que continuar as votações.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 6.9.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 7 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 3 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Está então à votação a criação de uma nova ação 6.9.4, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 14 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Agora sim está à votação a proposta de alteração apresentada também pelo PPM à ação 6.10.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 14 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 6.11.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 14 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Vamos então passar à votação da proposta de alteração à ação 6.11.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 14 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Está à votação agora a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 6.11.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 14 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada também pelo PPM à ação 6.11.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 13 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Passamos agora a uma proposta do PCP para criação da ação 6.11.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM também para criação de uma ação 6.11.7.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** No sentido de solicitar a votação conjunta das próximas 4 propostas do PPM, uma vez que a contrapartida também está inscrita na mesma...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não dá porque falta a do PCP!

O Orador: Ahh, tem uma do PCP... está bem. Depois da votação da do PCP, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A seguir há a do PCP... a do PCP está aqui a travar isto tudo!

Presidente: Vamos então votar esta proposta de criação de uma nova ação por parte do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP para a criação de uma nova ação 6.11.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 1 voto a favor do PCP; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do BE e 1 do PPM.

Presidente: Conforme proposta do Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu pergunto à Câmara de há oposição em votarmos estas 4 propostas do PPM que constam ainda para o Programa 6, nomeadamente a criação de um ação 6.11.8 e alterações às ações 6.12.1, 6.12.2 e 6.12.4.

Não há oposição?

Então estão à votação conjunta estas 4 propostas do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação o Programa 6 com as alterações que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 6 foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 17 votos contra do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para intervir?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Era para solicitar a votação conjunta das propostas do PPM que dizem respeito ao Programa 7, desde o 7.1.2 até ao 7.1.12.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem Sr. Deputado!

Presidente: Eu pergunto à Câmara se há oposição? Não?

O PSD querará indicar apenas as que não quer que votem em conjunto?

Portanto, diz-me que da 7.1.10 à 7.1.12? Estas 3 em conjunto, as outras todas separadas?

Muito bem, então vamos passar à votação.

As conjuntas são apenas as últimas, portanto a 7.1.10, a 7.1.11 e a 7.1.12.

Mas essa como tem mais uma proposta de alteração é preferível não votar conjuntamente.

Vamos então votar a proposta de alteração para a 7.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração à ação 7.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Ação 7.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Ação 7.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está então agora à votação conjunta as propostas de alteração do PPM para as ações 7.1.10, 7.1.11 e 7.1.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chumbar tudo de uma vez é que não!

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à ação 7.1.16.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece a importância dos jovens e aposta na sua qualificação, na promoção do seu mérito e pretende com esta alteração reforçar a dotação para o dobro, de forma a que se divulgue e promova os incentivos em vigor na Região Autónoma do Açores e à contratação ao investimento, junto daqueles que estão no exterior, incentivando assim o seu retorno e à fixação nos Açores mais tarde.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É menos que os gatos! Menos que os cães da avenida!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A proposta do Partido Socialista é muito bem-vinda, aliás, nós temos também uma proposta no mesmo sentido, uma vez que evidentemente o Governo, nesta matéria, se enganou! Há uma desvalorização do programa

Regressa a Casa, só apenas com 20 mil euros, dá para aí 20 cêntimos para cada estudante que regressa ao Açores.

Deputado André Bradford (PS): Não é esse o espírito!

O Orador: E, portanto, não era muito efetivo e era tão funcional como o programa Vem, do anterior Governo da República! E, portanto, eu percebo a proposta do PS e percebo perfeitamente...

Deputado André Bradford (PS): Ainda bem!

O Orador: ... que a vossa preocupação seja a minha, mas que a vossa tenha surgido depois da minha, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Então vote a favor!

O Orador: ... como tive oportunidade de esclarecer, anteontem, no debate que realizamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles ouvem notícias! Eles ouvem notícias!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Está então à votação a proposta de alteração do PS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mesmo assim têm menos que os animais errantes! Os animais errantes têm mais do que os homens.

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Fica então prejudicada a proposta de alteração do PPM para mesma ação e vamos votar o Programa 7.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vota contra!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Programa 7!

Deputado Francisco Coelho (PS): O Programa vai-se chamar “Adeus Princesa” em sua homenagem!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 7 foi aprovado...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu apelava a um pouco de silêncio! Como sabem, as votações são difíceis de fazer. Exige da Mesa uma grande concentração e por isso pedia a vossa colaboração para que, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se fosse de manhã era mais fácil!

Presidente: ... de facto, possamos continuar o nosso trabalho em condições.

Sra. Secretária, para anunciar a votação.

Secretária: Obrigada Sra. Presidente.

O Programa 7 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PPM; 16 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PCP.

Presidente: Entramos agora no Programa 8.

Sr. Deputado Paulo Estevão para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** De garantir que o PPM votou contra!

Presidente: Será melhor repetirmos a votação para que não existam dúvidas.

Vamos então votar o Programa 7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 7 foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 2 votos contra do BE, 1 do PPM; 16 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação, já dentro do Programa 8, a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 8.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 16 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP; 2 abstenções do BE e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP para a criação de uma ação 8.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP; 2 abstenções do BE e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação, também do PCP, a proposta de criação de uma ação 8.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP; 2 abstenções do BE e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação da ação 8.4.5, apresentada pelo CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lamentável!

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM à ação 8.5.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 8.5.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração para esta mesma ação, apresentada pelo PSD.

Sra. Deputada Mónica Seidi?

É a proposta do PSD à ação 8.5.2.

Pede a palavra?

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ligue o microfone!

A Oradora: Já está vermelho!

A Oradora: O PSD, como já disse neste Casa, considera a saúde como uma área de intervenção prioritária e neste sentido apresenta, neste plano, duas ações nesta área: a primeira dirigida aos incentivos à fixação de médicos, considerando que a verba de 100 mil euros é residual, completamente insuficiente para o problema na sua ordem de grandeza. E, portanto, pretende um reforço de 300 mil que seria utilizado ao combate e aos incentivos, para além da comparticipação financeira, nomeadamente em formação pós-graduada; relativamente à segunda proposta e à semelhança do que tem sido feito no plano anterior, um reforço de 1 milhão e 500 mil no combate às listas de espera cirúrgicas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mercenários!

A Oradora: ... nos mesmos moldes que já foi defendido nesta Casa. Portanto, propomos produção adicional fora do horário normal, respeitando os tempos máximos de resposta garantida, utilizando os recursos médicos, cirurgiões e anestesistas dos nossos hospitais que trabalhem fora do horário habitual, abrangendo todas as especialidades e sem esquecer a ordem de inscrição...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o Governo? Onde está o Governo?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Estamos aqui todos!

A Oradora: ... e a prioridade cirúrgica do doente, dada pelo médico cirurgião.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, coloco à Câmara a possibilidade de votarmos em conjunto as 4 propostas seguintes do PPM, nomeadamente alterações à ação 8.6.1, 8.6.2, 8.6.4, e 8.6.6.

Oposição não há? Não pode? Há alguma que possamos tirar do bloco, Sr. Deputado? A 8.6.2? Todas as outras podem ser votadas em conjunto, Sr. Deputado?

Então eu vou votar em primeiro lugar a 8.6.1 e as outras 2 que lhe seguem. Não há oposição?

Então está à votação as ações 8.6.1, 8.6.4 e 8.6.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: E agora sim está à votação a proposta de alteração do PPM para a ação 8.6.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD que cria uma nova ação, a 8.6.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta do CDS-PP também para criação de uma nova ação, a 8.6.7.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, como dissemos aqui durante a discussão do plano, nestes dias, achamos importante que seja aprovada uma verba para o combate às listas de espera, sobretudo para os doentes há mais de 18 meses nas especialidades mais carenciadas. E, portanto, propomos aqui um reforço de verba, uma nova ação que ocorrerá em paralelo com o SIGICA e com o Vale Saúde, e que é destinada especificamente a combater quem está há mais tempo em lista de espera. O que nos parece que, correndo em paralelo com o programa já em vigor, dará um grande contributo para a diminuição das listas de espera e evitará também que haja abusos. Não é só atirar dinheiro para cima dos problemas que se resolve e o passado já provou isso! Já provou que muito dinheiro, mais de 1 milhão de euros que foi para a chamada – produção acrescida, aconteceu que as listas de espera aumentaram substancialmente, porque reduziram a produção nos tempos cirúrgicos normais. Não queremos isso! E, portanto, queremos que, paulatinamente, se vá e com esta medida jogamos um importante contributo para a redução das listas de espera.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda com esta proposta do CDS-PP, na alteração do plano, no pressuposto dessa medida ser complementar, de facto, ao programa já em curso de recuperação da lista de espera para cirurgias e ao Vale Saúde, porque ela pode visar diminuir ainda mais a lista de espera cirúrgica.

Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação à última proposta de alteração para este programa. É do PPM e altera a ação 8.7.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está então agora à votação o Programa 8 com as alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 8 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos começar a votar o Programa 9.

Em primeiro lugar uma proposta de alteração do PPM para a ação 9.1.16.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 9.1.17, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 9.1.17, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Posso votar em conjunto as 2 próximas propostas de alteração do PPM? Alteração à 9.2.1 e 9.2.2, posso votar em conjunto?

Então está à votação conjunta estas 2 propostas de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 do CDS-PP; 17 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está prejudicada a proposta do BE por contrapartida do Programa 1, por isso avançamos novamente para as propostas de alteração do PPM.

Pergunto à Câmara se posso colocar à votação conjunta estas 4 propostas de alteração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devíamos votar todas as alterações do PPM de uma só vez!

Presidente: Há oposição?

São alterações à 9.3.1, 9.4.3, 9.4.4 e 9.4.5.

Não havendo oposição, está à votação conjunta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP que cria a ação 9.4.21.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, volto a colocar à Câmara a possibilidade de votarmos em conjunto as próximas propostas de alteração do PPM, nomeadamente e para vossa orientação, alterações à 9.5.1, 9.5.2, 9.5.3, 9.5.4, 9.5.5. Há alguma que se possa tirar para facilitar? São as únicas que se podem votar em conjunto? A 9.5.1 e a 9.5.2?

Ou seja, um bloco com a 9.5.1 e a 9.5.2, e depois um bloco com as restantes.

Então para que estejamos todos em sintonia, estão à votação 2 propostas de alteração do PPM à ação 9.5.1 e à ação 9.5.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Estão então agora à votação as propostas de alteração do PPM às seguintes ações: 9.5.3, 9.5.4, 9.5.5, 9.5.6 e 9.5.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Encerramos assim as alterações ao Programa 9, vamos então por isso votá-lo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 9 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP; 2 votos contra do BE, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 10.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor...

É impossível assim!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Secretária está a anunciar a votação!

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 10.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 10.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE a esta mesma ação.

Presidente: Só fica prejudicada se a do PPM tivesse sido aprovada, como foi rejeitada... não é de igual teor.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PPM; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM também para esta ação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP de criação de uma nova ação 10.1.4.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ser viral!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 1 voto a favor do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: A proposta do BE para a criação de uma nova ação também fica prejudicada por contrapartida de um programa já aprovado, por isso passamos para a proposta do PSD de criação da ação 10.1.4.

Sr. Deputado Marco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: No seguimento da discussão que aconteceu aqui nesta Casa, nós apresentamos esta proposta que apresenta nova postura nas políticas de habitação, que acima de tudo representa uma responsabilização partilhada com as famílias e daí, a criação do programa de apoio à autoconstrução. Para finalizar, este grupo só recebe encomendas dos eleitores açorianos e neste caso, Sra. Secretária, é uma encomenda de muitas famílias açorianas. Boa noite. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ahh... também estiveste a ouvir! O PS já não dá explicações!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Governo está em greve!

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 10.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 1 voto a favor do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Vamos agora votar a última proposta de alteração para este programa, é do PCP e reforça a ação 10.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também são contra isso? Não pode ser!

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 10 com as alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 10 foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PCP à ação 11.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Coloco à Câmara a possibilidade de votarmos em conjunto as próximas 6 propostas de alteração do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Microfone! Microfone!

Presidente: Tem que tocar no botão, Senhor Deputado!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, aqui discordo que seja colocada, até porque pretendo intervir individualmente na apresentação de algumas ações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai votar contra alguma? O Sr. Deputado está a considerar votar contra! Sr. Deputado diga lá qual é a que vai votar contra!

Presidente: Muito bem, então vamos votar ação a ação.

Proposta de alteração do PPM à ação 11.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM à ação 11.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 1 voto a favor do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Proposta de alteração à ação 11.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 1 voto a favor do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM à ação 11.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM à ação 11.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 1 voto a favor do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM à ação 11.2.2.

Vai-se inscrever Sr. Deputado? A seguir...

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vamos votar a seguir a criação de um centro de interpretação de aves do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP):Rapina!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e CDS-PP)

(Pode-me descontar este tempo se faz favor). Sr. Deputado, já me prejudicou gravemente! Estive a noite toda à espera de fazer esta intervenção, ...

(Risos)

... porque eu sei que o Partido Socialista vai votar favoravelmente!

Portanto, recapitulando, a observação de aves... a ilha do Corvo tem condições especiais em relação a esta atividade, é necessário promover o seu crescimento e esta proposta vai nesse sentido!

Presidente: Sr. Deputado Iasalde Nunes, tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados!...

Deputado Paulo Parece (PSD): Mais vale um passarinho na mão do que dois a voar!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não seja passarão!

(Risos)

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra, desculpe, votará favoravelmente...

(Risos)

... esta proposta de alteração. A construção de um centro de interpretação de aves na ilha do Corvo vem valorizar a nossa ilha, principalmente para aqueles que nos visitam, uma vez que somos cada vez mais procurados pela grande diversidade de aves que temos na ilha e para aquelas que também passam por lá anualmente.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Corvo ou as aves? Um subsídio para as aves errantes!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta do CDS-PP para a criação de uma nova ação 11.2.16.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para a proposta do PCP da alteração à ação 11.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta criação de uma nova ação 11.3.13, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do CDS-PP de criação de uma nova ação 11.5.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Para terminarmos este programa falta votar a proposta de criação de uma nova ação apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 11 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PPM; 17 votos contra do PSD, 2 do BE; 1 abstenção do PCP.

Presidente: O Programa 12 tem apenas uma proposta de alteração, é do BE a ação 12.3.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PPM; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 12 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 do PSD, 1 do PPM; 2 votos contra do BE; 4 abstenções do CDS-PP e 1 do PCP.

Presidente: Entramos agora no Programa 13.

Neste programa só temos propostas de alteração do PCP. Pergunto à Câmara se as posso colocar à votação em conjunto, ou pelo menos em grupos.

Só os 3 primeiros?

Portanto, posso votar os 3 primeiros em conjunto e outros em separado.

Então está à votação a proposta de alteração do PCP à ação 13.1.12, à ação 13.1.14 e a criação de uma nova ação 13.1.18.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As alterações anunciadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação a criação de uma nova ação 13.1.19.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a criação de uma nova ação 13.1.20.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: E por fim coloco à votação a criação de uma nova ação 13.1.21.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 do BE; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos então votar o Programa 13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 13 foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 2 votos contra do BE; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Entramos agora no Programa 14.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 14.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta do PCP para a criação de uma nova ação 14.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 2 do BE; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação, apresentada pelo BE 14.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 do PPM; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP, cria uma nova ação 14.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: A proposta do BE que cria a ação 14.2.25 está prejudicada por contrapartida de um programa anterior, por isso coloco à votação a proposta de criação de uma nova ação do CDS-PP, a 14.2.25.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito importante isto!

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação também de uma nova ação, a 14.3.2, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação também uma proposta de criação de ação, apresentada pelo PCP, a ação 14.4.3

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PPM; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 14.5.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PCP à ação 14.5.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS a esta mesma ação.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo o porto das Lajes das Flores o ponto mais ocidental do arquipélago e já procurado por muito iatistas, é necessário começar-se a pensar em dotá-lo de melhores condições para o tornar mais atrativo e daí esta alteração

que nós pretendemos fazer para elaboração do projeto, tendente à concretização das infraestruturas necessárias.

Obrigado.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Eu pergunto à Câmara se há oposição em votarmos estas 3 propostas de alteração do CDS-PP em conjunto.

Podemos votar as 2 primeiras em conjunto? Não há oposição?

Sim, peço desculpa, 14.5.13 e 14.5.14, para votar em conjunto.

São 2 propostas de alteração do CDS-PP.

É a 14.5.13 e a 14.5.14, as 2 juntas só. Pode ser?

Obrigada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitadas com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do CDS-PP à ação 14.5.18.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A proposta do BE que criava uma nova ação 14.5.19, está prejudicada por contrapartida de programa já encerrado, por isso passo para a proposta do PSD de criação de uma nova ação 14.5.19.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos então agora a outra proposta do PSD, cria uma nova ação 14.5.20.

Não, a do CDS entrou em segundo lugar.

14.5.20 proposta de criação de nova ação por parte do PSD.

14.5.19 do CDS-PP? Eu não tenho esta proposta de alteração comigo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então os serviços é estão a funcionar mal!

Presidente: A proposta de alteração do CDS-PP tinha um erro de conformidade e por isso é que cria uma nova ação 14.5.20, mas, de facto, quando se vê o descritivo, é criação de uma ação 14.5.19. Por isso é que estava inscrita na ação 14.5.20. Se conseguirem verificar, veem que estava certo.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Então tem de pedir desculpa...

Presidente: Então sendo assim, está à votação a criação de uma nova ação 14.5.19, apresentada pelo CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então passar à proposta do PSD, cria uma nova ação 14.5.20.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do PCP à ação 14.7.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta do CDC-PP, cria uma nova ação 14.7.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se calhar ficavam menos malas atrás!

Presidente: Está agora à votação uma proposta também do CDS-PP, cria uma nova ação 14.9.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: E por fim, a proposta do PCP, cria uma nova ação 14.12.3

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o Programa 14 com as alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 14 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: O Programa 15 não tem propostas de alteração, por isso vou colocá-lo já à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 15 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 do PCP; 2 votos contra do BE; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação conjunta estas 2 propostas de alteração do PPM ao Programa 16.

Quer que eu repita a votação do Programa 15?

Vamos então votar novamente o Programa 15.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Estamos a repetir a votação ao Programa 15.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 15 foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 2 votos contra do BE; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Eu estava a colocar agora à Câmara a possibilidade, mas penso que não era possível votar as propostas do PPM em conjunto. Não é possível.

Pode ser em conjunto? Não pode. Pois, bem que me parecia que eu tinha percebido que não, não sabia bem era de onde é que tinha vindo.

Então vamos votar separadamente.

Primeira é a proposta de alteração à ação 16.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: E por fim, a proposta de alteração à ação 16.4.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Não, é a segunda proposta de alteração do PPM.

Vamos repetir!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É melhor repetir a votação!

Presidente: Vamos repetir a votação!

Vamos repetir a votação da proposta de alteração do PPM à ação 16.4.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 do CDS-PP; 17 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 16.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 16 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP; 2 votos contra do BE, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global. A Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Plano Anual Regional para 2017” foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e Membros do Governo:
Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado João Corvelo, pede a palavra para?...

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, era para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, se faz favor.

Presidente: É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 01 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor, ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 02 horas e 12 minutos.

Vamos então retomar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?...

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, era para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, por favor.

Presidente: É regimental.

Regressamos daqui a 15 minutos.

Eram 02 horas e 13 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor, ocupem os vossos lugares.

Eram 02 horas e 27 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Vamos iniciar agora as votações relativas à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017”.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017” foi, na generalidade, aprovada com 29 votos a favor do PS; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos então agora para o debate e votação na especialidade.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Farei uma apresentação sucinta das propostas de alteração e aditamento, do nosso Grupo Parlamentar, à Proposta de Orçamento do Governo.

Começando pela primeira que é de aditamento – consolidação da mobilidade intercarreiras ou intercategorias. Bem... Poderão dizer que não é mais do que “chover no molhado”, mas é isso mesmo! Porque o que nós pretendemos é que se aplique a alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, introduzida pelo Orçamento de Estado de 2017, que possibilita, por exemplo, alguém que entrou, digamos assim, para a função pública, para uma carreira de assistente técnico, que tem habilitações superiores ou então que viesse a adquirir habilitações superiores ao longo

da sua permanência na função pública, e que essa pessoa pudesse, digamos que, transitar para uma carreira superior caso surgisse um vaga na carreira de técnico superior. Portanto, penso que esta será uma matéria consensual e tenho a certeza que merecerá a aprovação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputada Zuraida Soares (BE): Esperança é a última a morrer!

O Orador: É sempre!

Também fazemos uma proposta de alteração ao artigo 7.º, para que a integração nos quadros regionais de ilha se faça acompanhar por uma apreciação, por uma comissão arbitral paritária composta em igual número por representantes do Governo Regional e dos sindicatos representativos do setor, sem prejuízo de posteriormente serem acionados os devidos mecanismos legais. Esse processo de regularização deverá ficar concluído no prazo de 45 dias após a abertura do procedimento concursal.

Fazemos também uma proposta de aditamento, para que fique vedado o recurso aos Programas Ocupacionais aos serviços ou setores tutelados pela Administração Pública Regional, cujos respetivos quadros de pessoal não se encontrem totalmente preenchidos.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Outra proposta de aditamento que diz respeito à integração de professores contratados. Portanto, os contrato de trabalho a termo resolutivo, celebrados em anos escolares consecutivos, com educadores de infância, professores do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, do ensino secundário, da educação especial e do ensino vocacional de música, pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, não podem exceder o limite de 3 anos para que os professores venham a ser integrados.

Fazemos um aditamento também ao artigo 7.º, de forma a impossibilitar a realização de estágios ao abrigo do programa Estagiar L aos recém-diplomados em enfermagem.

Propomos a extinção da Saudeaçor em nome do rigor nas contas públicas.

Também voltamos a apresentar para este orçamento, à semelhança de anos anteriores, uma linha de crédito bonificado para a reabilitação do edificado, no valor de 50 milhões de euros, para a reabilitação de imóveis particulares, com 2 anos de carência e sem juros.

Também e dado que são concedidos, quer benefícios fiscais a empresas, quer incentivos públicos a empresas privadas, achamos (e não é novidade por parte do nosso Grupo Parlamentar) que, como contrapartida, 75% dos trabalhadores contratados por estas empresas tenham um vínculo laboral por tempo indeterminado.

Eliminamos o artigo 38.º da Proposta do Governo Regional que tem a ver com a imposição da condição de recursos para o complemento regional de pensão, porque pensamos que a verdadeira condição e recursos é feita através da fiscalidade. Portanto, o Governo Regional pretende é impor uma dupla condição de recursos para limitar o acesso ao complemento regional de pensão, aliás, de tal forma que, se bem me recordo, o Sr. Presidente do Governo Regional anunciou que 35 mil idosos, nos Açores, beneficiam do complemento regional de pensão. Com esta imposição da condição de recursos creio que esse número irá baixar substancialmente.

Também atualizamos o complemento regional de pensão em 28%, exclusivamente para os beneficiários do 1.º escalão.

Alteramos o acréscimo regional ao salário mínimo de 5 para 7,5%.

Isentamos também o pagamento de creche por parte de famílias açorianas, ou pelo menos, residentes no Açores e que tenham rendimentos coletáveis

até ao 4.º escalão de IRS. Mas isso não quer dizer que as Instituições Particulares de Solidariedade Social deixem de receber a sua parte, que à partida seria assegurada pelos pais, o que pretendemos é que a Região substitua o pagamento que é exigido aos pais, portanto, a Região faz-se substituir aos pais e dessa forma, com essa medida, pretendemos que cada família possa beneficiar de uma poupança que pode chegar até a 2400 euros por ano.

Relembramos novamente aquele que é um projeto, que pensávamos e queremos continuar a pensar que é um projeto comum entre o Governo Regional e o Governo da República, da criação de um Centro Público Internacional das Ciências do Mar. Por isso mesmo e para não esmorecer essa paixão, pretendemos que no prazo de 6 meses, o Governo Regional apresente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para debate e resolução, um projeto circunstanciado, com a identificação dos recursos materiais, financeiros e humanos necessários à implementação do Centro Público Internacional das Ciências do Mar, respetivas valências, bem como da sua forma jurídico/formal. E é isso!

Obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): E é isso!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então dar início às votações.

Presidente: Está à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PCP; 4 abstenções do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS-PP, artigo 1.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora à votação da proposta de alteração do PCP ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 1 do PPM; 1 voto a favor do PCP; 4 abstenções do CDS-PP e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 do PSD, 4 do CDS-PP; 2 abstenções do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação o artigo 6.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 4 votos contra do CDS-PP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD, 2 do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento do BE, artigo 6.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP e 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada também pelo BE, artigo 6.º - B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 do CDS-PP; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do BE...

Tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Ser feita ponto por ponto.

Presidente: Número a número?

O Orador: Número a número.

Presidente: Muito bem.

Vamos então votar, da proposta do BE, a alteração ao n.º 3 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração para o n.º 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração ao n.º 10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração ao n.º 11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: As propostas de alteração ao n.º 12, 13 e 14 ficam prejudicadas, uma vez que correspondiam à renumeração dos artigos anteriores que foram rejeitados e como tão tal ficam prejudicadas.

Coloco por fim à votação a proposta de alteração do BE ao n.º 15.

Alguma questão?

O BE apresenta, naturalmente, propostas de alteração ao n.º 12, 13 e 14 que não são mais do que a renumeração dos 2 artigos anteriores. Como esses foram rejeitados, estas propostas ficam prejudicadas, porque não vão renumerar nada.

Portanto, está à votação o n.º 15 da proposta de alteração do BE ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PSD a este mesmo artigo.

Penso que não fica totalmente prejudicada, porque tem propostas de alteração ao n.º 5, 6, 7, 8 e 9 que nós não votamos. Portanto, terei que fazer pelo menos esta votação. Naturalmente que os outros...

Sr. Deputado Bruno Belo para se inscrever?

Tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente, a proposta de alteração do PSD visa clarificar o artigo 7.º no sentido de reconhecer àqueles funcionários que prestam serviço e não sendo reconhecidos como necessidades permanentes da Administração Pública, que sejam objeto de despacho fundamentado do máximo dirigente do serviço. Também tem o objetivo de limitar o tempo máximo que vai desde a entrada em vigor deste orçamento até ao desencadeamento do processo de integração dos funcionários públicos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar.

Coloco à votação a proposta de alteração do PSD para o n.º 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 votos a favor do PSD e 4 do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração ao n.º 6 do artigo 7.º, proposta do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 votos a favor do PSD e 4 do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração ao n.º 7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 votos a favor do PSD e 4 do CDS-PP.

Presidente: A proposta de alteração ao n.º 8 fica prejudicada, uma vez que tratava da renumeração e vamos por isso votar a proposta de alteração do PSD ao n.º 9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 votos a favor do PSD e 4 do CDS-PP.

Presidente: As restantes propostas de alteração também estão naturalmente prejudicadas, porque se tratava de renumeração dos artigos e por isso vou colocar à votação o artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 7.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo BE, artigo 7.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, também apresentada pelo BE, artigo 7.º - B.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM irá votar contra esta proposta do Bloco de Esquerda, porque evidentemente esta proposta é essencialmente demagógica! E, portanto, o que iria criar nas escolas era uma situação insustentável a médio prazo! Eu vou dar um exemplo, o meu próprio exemplo: alguém me está a substituir enquanto estou aqui no Parlamento. A mesma coisa em relação aos vereadores. A mesma coisa em relação a alguém se encontra destacado em diversos serviços. E, portanto, eu, por exemplo, vou estar 4 anos fora da escola e alguém me está a substituir durante aquele período. Mas não é um lugar nem uma vaga permanente! E, portanto, este é o tipo de propostas que depois, ao fim de 3, 4 anos, criam o caos! Criam horários zero! E, portanto, criam problemas a médio prazo! E por isso é que eu digo que é uma proposta prejudicial! É uma proposta de carácter populista e demagógica!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Populista!

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Muito bem!

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom... Primeiro, há uma Lei Geral do Trabalho que se aplica aos trabalhadores e o Bloco de Esquerda parte do princípio que os professores são trabalhadores! Já temos ocupados, não temos outro nome para chamar, seguramente, aos professores! Por outro lado, se é legítimo que muitas pessoas, muitos cidadãos, muitos trabalhadores usufruam de uma possibilidade que a democracia lhes dá, que é de serem destacados para um serviço público, para uma missão pública como é a ação política, não é menos verdade que a mesma democracia que privilegia uns, acabe por escravizar e discriminar os outros! E Sras. e Srs. Deputados, estar 7, 10, 15, 20 anos a substituir uma pessoa que está a prestar um serviço público legitimamente, não pode ser uma forma, nem democrática, nem justa de relacionamento com esses trabalhadores! E, portanto, a Lei Geral do Trabalho existe e aplica-se também neste contexto e a democracia não pode, de maneira nenhuma, privilegiar uns e ao mesmo tempo castigar outros!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Srs. Membros do Governo:

Esta retórica é a retórica que eu digo que é populista e demagógica, porque não resolve problema nenhum! Mais do que isso, cria um problema! Porque cria o horário zero! E, portanto, vamos ter 2 professores de história numa escola, ou 3, ou 4, ou 5, quando são necessários apenas 2! E, portanto, a partir daqui não há nenhuma escravização! O que existe é, por parte do Bloco de Esquerda, a apresentação de medidas absolutamente inconsequentes e prejudiciais para o futuro! Porque, evidentemente, quem está a substituir um professor, por diferentes motivos, não está escravizado, porque está, evidentemente, a receber e a ser remunerado para exercer essa substituição de forma temporária. Mas aquele não é um lugar permanente!! E, portanto, o que a senhora quer e se isto viesse a ser aplicado, a médio prazo, instalava o caos nas escolas, criava os horários zero e depois, a seguir, as consequências são bastante prejudiciais! Não resolve problema nenhum! Isto significa apenas que o Bloco de Esquerda não olhe... Isto não tem nada a ver com democracia! Tem a ver é com funcionalidade! E a funcionalidade significa que é necessário contratar quem é necessário ao sistema e não podemos contratar pessoas que depois não são necessárias, porque é isso que coloca em causa o funcionamento desse sistema, do sistema educativo e de outros!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Bom... Na realidade a língua portuguesa é muito rica e cada um tem um entendimento diferente acerca do mesmo conceito. O Bloco de Esquerda não entende como uma necessidade transitória, um trabalho que se sucede ano após ano durante 15 e 20 anos. Se isso é transitório, eu pergunto então

o que é o permanente! E, portanto, retórica, Sras. e Srs. Deputados, parece que não está do lado desta bancada!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diz a Sra. Deputada Zuraida Soares, porque já está evidentemente cercada nos seus argumentos: eu agora falo em 15 anos. A proposta, o que diz é: 3 anos!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está na hora de ir dormir!

Presidente: Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 do PPM; 2 votos a favor do BE; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação também de uma proposta do BE, aditamento do artigo 7.º - C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PCP ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PPM; 2 votos a favor do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração ao artigo 8.º, apresentada pelo PS.

Sra. Deputada Graça Silva, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista tem exatamente como objetivo – permitir uma maior abrangência às empresas do setor público regional.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração do BE para este mesmo artigo.

Vamos então votar o artigo 8.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD; 4 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta do BE para este mesmo artigo, uma vez que era de igual teor.

Vamos então votar o artigo 9.º da proposta.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?...

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para solicitar, Sra. Presidente, que votasse o n.º 2 do artigo 9.º à parte.

Muito obrigada.

Presidente: Está então à votação o n.º 1 e o n.º 3 do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números do artigo apresentado foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o n.º 2 do artigo 9.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número apresentado do artigo 9.º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 do PSD; 4 votos contra do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, artigo 9.º - A.

Sr. Deputado António Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS tem uma prioridade de reestruturação do setor empresarial regional e até ao final do ano. Já foi aqui, hoje, durante o debate, afirmado pelo Sr. Presidente do Partido, que irá apresentar um conjunto de propostas até ao final do ano.

Relativamente à SPRHI, tendo em conta as condições da empresa e tendo em conta também aquilo que é a posição e a recomendação do Tribunal de Contas, já emitida, penso que em 2014, entendemos que estão reunidas as condições para o início da extinção da empresa. Daí a apresentação da proposta aqui, neste momento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pergunta do Partido Socialista ao PSD é: quanto é que essa extinção poupa aos cofres da Região?

Muito Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Desde logo poupa em administradores!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pergunta do Partido Socialista é muito clara! Quanto é que essa extinção poupa aos contribuintes e aos cofres da Região? Se o PSD faz essa proposta, com certeza saberá quanto é que essa proposta poupa à Região!

Obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): 3 administradores, mais 5 mil euros e mais telemóvel!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Poupa no trem de cozinha!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Viveiros, para se inscrever?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A SPRHI, neste momento, com base nas contas de 2015, tem um passivo de 174 milhões de euros...

Deputado André Bradford (PS): Mas isso não desaparece!

O Orador: ... e teve de serviços prestados cerca de 1 milhão de euros, ou seja, a existência de uma empresa pressupõe o desenvolvimento de uma atividade que não possa ser exercida de outra maneira. E, portanto, aquilo que são as condições e as características de uma empresa, na nossa opinião, não transparecem naquilo que são as contas da empresa. Para além disso, no âmbito daquilo que tem a receber do Governo Regional, no âmbito dos contratos-programa, tem cerca de 120 milhões de euros. Portanto, claramente, aqui não há uma atividade e quem olha para as contas da empresa vê de um lado um passivo de 170 milhões de euros...

Deputado Francisco César (PS): Mas isso transita!

O Orador: ... Transita, mas não é uma atividade! E, portanto, não havendo uma atividade, não faz sentido manter uma empresa que não tem atividade, que não possa ser incluída na atividade normal da Administração Pública. Para além disso, é evidente que deixando de existir uma administração, no mínimo, o custo da própria administração deixa de existir.

Deputado Francisco César (PS): Quanto?

O Orador: Eu não vou responder, neste momento...

Deputado André Bradford (PS): A gente já percebeu que não vai responder.

O Orador: Suplementarmente há a recomendação do Tribunal de Contas e entendemos que deve ser seguida. Fundamentalmente é isso.

Deputado André Bradford (PS): É uma proposta de alteração do Tribunal de Contas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Poupa 5 mil euros!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo que não há mais inscrições.

Sr. vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Já acabou o silêncio...

O Orador: É só uma questão, se calhar foi por esquecimento, a proposta que o PSD apresenta não tem a anulação das transferências do Plano para a SPRHI! Ou seja, por um lado propõe extinguir a SPRHI, mas por outro lado propõe manter a ação 10.2.4 que tem uma transferência para a SPRHI de 4.140.000 euros e a ação 14.13.1 que tem uma transferência para a SPRHI de 2.000.000 euros. Deve ter sido um esquecimento da vossa parte!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Isso é o chamado “chuta para canto”!

Deputado Paulo Parece (*PSD*): A gente tem que avisar os administradores!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): As pessoas nem percebem as nossas propostas, o que é que a gente há de fazer?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O que é que os senhores iam fazer aos tachos da SPRHI!?

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então passar para as propostas de alteração ao artigo 10.º. A primeira é do PSD.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra?...

Interpelação, não é?

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, é no sentido de solicitar que as propostas de alteração ao artigo 10.º fossem feitas número a número. O Partido Socialista tem uma proposta que começa no n.º 2. O Partido Social Democrata tem propostas que começam no n.º 3 e 4. E a mesma coisa acontece com o Bloco também.

Presidente: Temos 4 propostas de alteração para este artigo.

O Orador: Portanto, que fosse feito número a número.

Presidente: Portanto, do PS, PSD, BE e PCP.

Vamos começar então a nossa votação.

Está à votação a proposta de alteração do PS ao n.º 2 do artigo 10.º.

Sra. Deputada Graça Silva, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta do Partido Socialista visa exatamente concretizar um compromisso que assumiu com os trabalhadores das empresas do setor público regional, nomeadamente em reunião com a comissão de trabalhadores e os sindicatos da EDA. Aliás, um compromisso também

assumido pelo Sr. Presidente do Governo Regional, em reunião com os mesmos sindicatos e também com a comissão de trabalhadores daquela empresa. A proposta vem na senda do que foi feito, também, na República e que tem exatamente como objetivo repor direitos que foram retirados no anterior governo do PSD.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Porque é que já não veio de vez na Proposta do Orçamento?

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração do PS ao n.º 2 do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada, fica prejudicada a proposta de alteração do BE a este mesmo n.º 2 do artigo 10.º.

Está agora então à votação a proposta de alteração do PSD ao n.º 3 do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração do PCP e do BE em relação ao n.º 3 deste mesmo artigo, uma vez que são exatamente do mesmo teor.

Passamos agora à proposta de alteração ao n.º 4 do artigo 10.º, apresentada pelo PSD

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Ficam prejudicadas as propostas de alteração do PCP e do BE a este mesmo n.º 4, uma vez que são de igual teor. E sendo assim, passo a votar o n.º 4 do artigo 10.º, proposta de alteração do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: E por fim, coloco à votação a proposta de alteração ao n.º 5 do artigo 10.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. É uma interpelação, apenas um preciosismo, mas penso que é importante quando estamos a elaborar estas propostas legislativas. A

proposta do Partido Socialista, certamente por lapso ou por, enfim, falta de atenção, refere-se no seu artigo 5.º: “à entrada em vigor da presente Lei”. Nós não estamos perante uma Lei, estamos perante um Decreto Legislativo Regional e era para que em redação final esse aspeto fosse corrigido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada. Fica registada a sua interpelação, Sr. Deputado. A Comissão de Economia depois terá que ter em consideração, para fazer a redação final.

Deputado André Bradford (PS): Não há dúvida de onde é que isso foi tirado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Afinal errar é humano!

Presidente: Está então agora à votação o artigo 10.º, com estas alterações que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento apresentada pelo BE, artigo 10.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 2 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Eu pergunto à Câmara se há oposição em votarmos do artigo 11.º ao 15.º em conjunto, uma vez que estes artigos não sofreram propostas de alteração.

Todos separados então.

Presidente: Artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 2 votos contra do CDS-PP, 1 do PPM; 17 abstenção do PSD.

Presidente: Está agora à votação o artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

14.º.

Era só para ver se estavam atentos!

Artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenção do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento apresentada pelo BE, artigo 15.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PCP ao artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 2 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM; 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

É o artigo 16.º da Proposta.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Eu pergunto à Câmara se posso colocar os artigos 17.º, 18.º, 19.º e 20.º à votação conjunta.

Não.

Artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 3 votos contra do CDS-PP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 1 voto contra do PPM; 17 abstenções do PSD e 3 do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo BE, artigo 20.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração do PPM ao artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 2 do BE; 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora então à votação o artigo 21.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 3 votos contra do CDS-PP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Temos agora uma série de artigos sem propostas de alteração. Pergunto se os posso, se não a todos, pelo menos a alguns, colocar à votação em conjunto?

Será melhor artigo a artigo?

Vamos então.

Presidente: Artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 24.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 25.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 26.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 27.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 28.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo BE, artigo 29.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM.

Presidente: Vamos agora passar à votação das propostas de alteração ao artigo 30.º.

A primeira é do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 1 do PCP; 3 abstenções do CDS-PP, 2 do BE e 1 do PPM.

Presidente: A proposta do BE fica prejudicada porque é exatamente de igual teor à do PCP.

Deputado Francisco César (PS): Não é não senhora!

Presidente: Não?

Tem uma diferença substancial. Sendo assim, vou colocar à votação a proposta de alteração do BE ao artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 do BE; 17 votos contra do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Fica então, agora sim, prejudicada a do CDS-PP para este mesmo artigo.

Deputado Francisco César (PS): Não! É diferente!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É completamente diferente!

Presidente: Exatamente.

Então vamos votar...

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** É para que a votação pudesse ser feita número a número.

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração do CDS-PP para o n.º 2 do artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do PPM; 17 votos contra do PSD, 2 do BE; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do CDS-PP para o n.º 3 do artigo 30.º.

Há pouco disse propostas de alteração, mas são aditamentos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 30.º da proposta, com as alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 2 do BE; 17 votos contra do PSD, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 31.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 32.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 3 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 33.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação do artigo 34.º, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM; 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE a este mesmo artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 abstenção do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 34.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PCP ao artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM; 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 35.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento, artigo 35.º - A, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 do PSD, 2 do BE, 1 do PPM; 4 votos contra do CDS-PP; 1 abstenção PCP.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 36.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 37.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sra. Deputada Zuraida Soares?...

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para solicitar que o artigo 37.º seja votado separadamente.

Presidente: Então eu vou colocar à votação os números 1, 2, 3 e 4 do artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os números de 1 a 4 do artigo apresentado foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está agora então à votação o n.º 5 deste artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 5 do artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 2 do BE e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS-PP, artigo 37.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O aditamento apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora às votações das propostas de alteração ao artigo 38.º. A primeira é do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 1 do PPM; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo BE a este artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP; 4 abstenções do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos então votar agora o artigo 38.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora aqui a várias propostas de aditamento, artigo 38.º - A.

A primeira é do PCP. Está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 do PSD, 1 do PPM; 4 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenção do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento do PSD.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já referimos, há dois dias atrás, o PSD irá propor um aumento do complemento regional de pensão em cerca de 10%. Estimamos com esta proposta alcançar cerca de 35 mil pensionistas. Pensionistas estes que na fase da sua vida em que se encontram deveriam ter o privilégio de gozarem dias felizes após anos de trabalho, dedicação e esforço. Num ano em que o Governo Regional anunciou combate à pobreza e à exclusão social, pensamos que faz todo o sentido associarmo-nos aos mais vulneráveis e assim os idosos deveriam ser a prioridade nas políticas sociais, atendendo

mais uma vez, ao período de vida em que se encontram. Além disso, o artigo 38.º parece esconder uma pequena surpresa, na medida que o Governo quer englobar rendimentos mensais de trabalho e atividade por conta própria, para determinação de um montante efetivo a abonar e assim parece emagrecer o complemento regional de pensão, deixando de ser apenas a própria pensão a ter relevância. Relembro ainda que nos últimos anos estes aumentos têm sido pouco significativos, na medida que em 2013 houve um aumento de 3%, 2014 de 2%, 2015 de 2% e 2016 de 2%.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): É sempre a aumentar !

Deputado André Bradford (*PS*): Sempre a aumentar!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A bancada do PS nem fala, não se justifica.

A Oradora: E relembro também que isto foi uma medida do Sr. Presidente do Governo Regional, em outubro de 2016, na altura da campanha, que manifestou, após uma visita a uma instituição em Santa Maria, também a vontade em aumentar este complemento regional de pensão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, artigo 38.º - B, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PCP, artigo 38.º - C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 16 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, para uma interpelação?

Só para poder usar o micro, senão não o consigo ouvir, peço desculpa.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, era no sentido regressar duas votações atrás. Foi feita a votação da proposta de aditamento 38.º - B do BE, ou foi prejudicada?

Presidente: Ficava prejudicada porque é igual à proposta de alteração do PCP do artigo 38.º. Tem razão.

É da hora...

Vamos então votar a proposta de aditamento do BE, artigo 38.º - C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo BE, artigo 38.º - D.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 do CDS-PP; 17 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PCP ao artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 do PSD, 4 do CDS-PP; 1 votos a favor do PCP, 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 39.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS, artigo 39.º - A.

Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

Este 39 – A, a gente ainda não votou.

Vamos então repetir a votação do artigo 39.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE; 1 abstenção do PCP e 1 do PPM.

Presidente: No âmbito do aditamento então apresentado pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom... Se há pouco eu pedia a palavra apenas para uma interpelação que em sede de redação final facilmente era corrigida, o que temos aqui agora

por parte do Partido Socialista é uma proposta de aditamento que é uma grandessíssima trapalhada! E eu vou explicar porquê! Esta proposta de aditamento diz que o montante de comparticipação financeira a determinar para a época desportiva 2017/ 2018 (refere uma série de legislação) ... No final da proposta diz: “não poderá exceder o montante global estabelecido pela Resolução do Conselho do Governo N.º 150/2016”. Ora... A Resolução do Conselho do Governo N.º 150/2016 tem dois pontos resolutivos. O primeiro diz assim: “prorrogar o mandato da estrutura para a Casa da Autonomia, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... previsto no n.º 10 da Resolução 87/2014, de 9 de maio, até à data de inauguração da Casa de Autonomia”. O n.º 2 da Resolução 150/2016 do Conselho do Governo diz: “a presente Resolução produz efeitos a 1 de janeiro de 2017”. Ora... Eu não percebo qual é a obsessão que os senhores têm com a Casa da Autonomia!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas também não compreendo o que é que a época desportiva e os montantes a atribuir possam estar relacionados com a Casa de Autonomia! Certamente os senhores estavam a pensar noutros montantes. O que eu queria dizer é que se este artigo for aprovado desta forma, o que pode acontecer é que daqui a algum tempo ainda vamos ouvir algum clube dizer (parafrazeando o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates) – “Eu não recebi dinheiro de ninguém!”.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

E, portanto, o ideal era o PS explicar o que é que quer com esta sua proposta!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para intervir?...

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 04 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 04 horas e 19 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. já teve tempo para estudar o artigo.

Foi meia hora para isso! Queres ver que há 2 Resoluções!

O Orador: Bom... Sr. Deputado João Bruto da Costa e restante bancada parlamentar do PSD, eu tenho na minha posse uma cópia da Resolução N.º 150/2016 que eu não vou ler na íntegra, porque é um pouco longa, extensa, mas que basicamente tem texto e depois tem uma tabela anexa com a identificação dos clubes que recebem os apoios e o montante dos apoios dos clubes. Tivemos a oportunidade de verificar, nesta paragem, que existe, de facto, uma outra Resolução do Conselho do Governo N.º 150, com a data que V. Exa. aqui mencionou ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP):

Homem, então o erro que a gente cometeu não é nada, comparado a isso!

O Orador: ... e que se refere a outro assunto, que V. Exa. teve oportunidade de descrever para gáudio dos seus colegas de bancada. Nós, em cerca de 10 minutos, conseguimos perceber que havia um problema no sistema de numeração automática do Jornal Oficial.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Ah!

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Esteve off-line uma semana!

O Orador: V. Exas, com o tempo que tiveram para analisar a proposta do PS, não conseguiram perceber que havia duas Resoluções com o mesmo número, sobre dois assuntos diferentes, sendo que uma delas ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... era exactamente sobre a matéria que nós referíamos na nossa proposta de alteração. Sabe qual é a diferença, Sr. Deputado?

Deputado João Costa (PSD): Quer ir mesmo por aí, Sr. Deputado? Vamos a isso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado, Senhor Deputado!

O Orador: A boa ou a má-fé de quem procurou! Nós, interessados e preocupados em perceber o problema, rapidamente percebemos que havia um erro de numeração e, portanto, aqui estamos a tentar explicar o que terá estado na origem da sua intervenção.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: V. Exa., preferindo tornar isto num número engraçado...

Deputado Paulo Parece (PSD): Por acaso até foi!

O Orador: ... para os seus colegas de bancada, gerou este episódio (eventualmente para os senhores, também pelo avançar da hora, é bom que exista alguma coisa que nos divirta).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agradeça ao Deputado Paulo Estêvão a palhaçada. Apetece dar chapadas! Não foi uma semana boa para o André Bradford.

O Orador: Mas, o que é facto é que existe um problema de numeração do Jornal Oficial. Era fácil de percebê-lo! Nós percebemo-lo e isso pode ser perfeitamente corrigido em termos de redação final. Se houvesse boa-fé, o senhor também teria percebido o problema.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ó Sr. Deputado André Bradford, líder parlamentar do grupo parlamentar maioritário, com 30 Deputados nesta Assembleia, que suporta o Governo Regional dos Açores há 20 anos, eu queria-lhe dizer o seguinte: má-fé é a sua argumentação!

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: Muita má-fé é a sua argumentação! E vou-lhe explicar porquê! Porque o senhor no tempo que teve, nos 15 minutos que teve para descobrir o que é que tinha acontecido, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A favor do Paulo Estêvão.

O Orador: ... podia ter tido a honestidade de chegar a esta Sala e pedir desculpa pelo erro, porque errar toda a gente erra!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas o senhor errou duplamente! O senhor erra duplamente! O senhor não erra uma vez, o senhor erra duplamente! Errou duplamente, porque o senhor apresenta uma proposta que remete para uma Resolução do Conselho do Governo! E o que o senhor me acabou de citar é uma Resolução! São coisas diferentes! Segundo lugar, a Resolução que o senhor citou aplica um quadro à Resolução 130/2016, essa sim, que vale para aferir dos valores que têm que ser aplicados à intenção do Partido Socialista. E tem mais uma coisa (é apenas um pormenor eu sei, mas é um pormenor que eu digo de boa-fé), é que os senhores falam de uma Resolução do 1.º de abril, só podia ser brincadeira porque nenhuma delas é do dia 1.º de abril.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado Sra. presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Daqui a pouco é meia hora de intervalo e vamos tomar o pequeno almoço ao Peter.

O Orador: Bom... V. Exa., normalmente, de cada vez que fala faz questão de demonstrar que é um jurista de nomeada, no seu entender.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No meu entender? Ó senhor, tenha juízo!

O Orador: Eu não sou, eventualmente, jurista mas esta Resolução que V. Exa. diz: “Como é que eu não percebi? Só por má-fé não percebi que se trata de uma Resolução e a outra é uma Resolução do Conselho do Governo”. Esta Resolução N.º 150 que eu tenho aqui, que existe...

Deputado João Costa (PSD): Também tenho aqui!

O Orador: ... e que diz respeito a clubes e apoios a clubes desportivos, ...

Deputado João Costa (PSD): Para que é que insiste?

O Orador: ... diz no fim: “Aprovada em Conselho do Governo”. E tem uma data! E, portanto, isto é uma Resolução do Conselho do Governo! E, portanto, eu não percebo... eventualmente não atingirei o grau de preparação jurídica de V. Exa.,

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja a cara do Sr. Presidente do Governo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ...mas se é uma Resolução e se foi aprovado em Conselho de Governo será naturalmente uma Resolução do Conselho de Governo! Mas isso, Senhor Deputado, vou-lhe dizer, isso, como argumentação sua já é um avanço em relação à primeira versão e ao primeiro discurso que aqui fez.

Deputado Francisco César (PS): É que o senhor sabia!

O Orador: É que no primeiro discurso nós tínhamos engando redondamente e não havia segunda Resolução, só havia uma coisa sobre a Casa da Autonomia. V. Exa., à segunda vez que veio a debate, afinal já não é esse o problema! É que isto afinal é uma Resolução e a outra é uma Resolução do Conselho do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Google! Basta escrever o número da resolução!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Ó Sr. Deputado João Bruto da Costa, apesar do adiantado da hora, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É culpa sua estar adiantado na hora.

O Orador: ... eu não quero crer que V. Exa. não seja capaz de na sua próxima intervenção dizer assim: pronto... teve uma certa graça, mas agora não vamos levar isso em diante, porque o que interessa, de facto, é resolver o problema e o problema resolve-se, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pedindo desculpa!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Azar enorme, foi logo bater na Casa da Autonomia.

O Orador: ... em redação final, tão simplesmente apurando a data exata da Resolução e a numeração exata da Resolução e o problema fica resolvido. E, portanto, é com este intuito que nós estamos no debate! Se quiser

prolongá-lo e já vi que está cheio de vontade de o fazer, pois com certeza que estaremos aqui para continuar a esclarecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Podia ter-lhe explicado!

O Orador: Agora, que existe uma Resolução N.º 150 que diz respeito a apoios a clubes desportivos? Existe!

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é a mesma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor insiste! Isso é masoquismo!

Deputado Paulo Parece (PSD): Existir, existe! Não é, é a mesma!

O Orador: Que foi rapidamente possível encontra-la? Foi! Que há um problema no Jornal Oficial, na numeração das Resoluções? Há! E que isso é uma Resolução do Conselho do Governo? É! E, portanto, julgo que está tudo esclarecido! Podíamos, eventualmente, continuar a nossa votação.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ninguém está esclarecido!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Eu peço imensa desculpa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado, eu lamento que o senhor insista no erro! Não! A vossa proposta não pode fazer referência à Resolução N.º 150! Eu vou-lhe explicar outra vez porquê! Eu tenho aqui a Resolução do Conselho do Governo e diz assim: “Presidência do Governo – Resolução do Conselho do Governo N.º 150/2016, de 19 de dezembro”. Esta diz respeito à vossa obsessão com a Casa da Autonomia.

Deputado André Bradford (PS): Quem tem obsessão é o senhor, que não para de falar nisso!

O Orador: Não interessa para aqui, pronto! Esta não interessa! Agora vamos à Resolução que o senhor fala, que diz assim: “Presidência do Governo – Resolução N.º 150/2016, de 11 de agosto”. E diz assim o n.º 1 desta Resolução...

Deputado Francisco César (PS): Mas o que é que diz aí?

O Orador: Ouça!

Deputado Francisco César (PS): Não ouço nada!

O Orador: O n.º 1 desta Resolução (tem aí, pode acompanhar e ler!): “o quadro anexo à Resolução do Conselho do Governo...”. Podem-me descontar o tempo se faz favor.

Deputado André Bradford (PS): Aí é que está a má-fé!

Deputado Miguel Costa (PS): Aí é que se percebe a má-fé!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Isso não é normal!

Deputado André Bradford (PS): Afinal havia mesmo muita má-fé! O senhor tinha o documento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Como reparou...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: São quatro e meia da manhã, deixem-me lá acabar em dois minutinhos. Esta Resolução a que o senhor se refere, que é a 150, a outra, essa diz assim: “O quadro anexo à Resolução do Conselho do Governo N.º 130/2016, de 27 de julho, é alterado e substituído pelo quadro anexo à presente Resolução.” Ora... Pega na Resolução N.º 130/2016, de 27 de julho e se for comprar o quadro anexo, ele já foi alterado! O senhor tinha

era que dizer na vossa proposta que o montante da comparticipação financeira não poderá exceder o montante global estabelecido para a Resolução 130!

Deputado Francisco César (PS): Não, não, não! Esta altera a 130!

Deputado Miguel Costa (PS): Isso está tudo baralhado já!

O Orador: Esta é que foi substituída e este quadro é que foi alterado! E, portanto, comparo os quadros que têm... Olhe! Quer comparar, para toda a gente ficar a saber: Santa Clara – 1 milhão de euros; Clube Operário Desportivo – 96.396... É igual! E se é igual é porque os senhores substituíram! E, portanto, se o substituíram é porque a Resolução N.º 130 do Conselho do Governo está em vigor com o quadro que foi substituído e é essa que devia ter sido tida em conta na vossa proposta de alteração! O senhor quer mais explicações, ou percebeu?

Muito obrigado.

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga):

Faltava uma equipa!

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Faltava uma equipa!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom... Em primeiro lugar, essa sua intervenção foi muito útil para o esclarecimento daqueles que acompanham o debate, para perceber que a má-fé afinal era de um nível superior. É que V. Exa., desde o princípio da história já tinha esta Resolução N.º 150. Ficamos a sabê-lo agora!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Prova isto, Sr. Deputado, que o Sr. Deputado nunca quis esclarecer nada! O Sr. Deputado quis fazer a primeira parte do número, que era fazer a “piadola” e depois, já que a gente chegou à conclusão que havia outra, o Sr. Deputado então entrou em matéria jurídica, de fundo. E em matéria jurídica de fundo, já nessa sua terceira intervenção, afinal já não é porque é Resolução do Conselho do Governo ou deixa de ser Resolução do Conselho do Governo, afinal é que não era preciso ser a 150, podia ter sido a 130, porque a 130 já tinha um quadro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devia agradecer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão ter pedido um intervalo! Não tem vergonha do que acabou de fazer?

O Orador: ... e, portanto, se a questão era o montante e o limite do montante, já estava no quadro da 130! Ó Sr. Deputado, eu, um jornalista de formação, que até nem cheguei a acabar o curso de direito, Sr. Deputado, pego nesta Resolução e leio no segundo parágrafo que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas esteve matriculado?

O Orador: ... (e eu julgo que o senhor também terá lido, não tenho bem a certeza, mas presumo que sim) esta Resolução corrige a 130, porque no quadro da 130 faltava um clube. Como faltava um clube, este quadro é que está certo! O outro está errado!

Deputado José Ávila (PS): Mesmo só para lhe complicar...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Ó Sr. Deputado, é preciso muito para perceber isto? Faltava um clube e, portanto, como faltava um clube o montante global não está certo! Não estava na 130, agora está certo nesta 150. E, portanto, a referência à

150 está certa! O que está errado e eu já disse que está errado é o sistema de numeração do Jornal Oficial, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas vai corrigir ou não?

O Orador: ... que atribui um número comum a duas Resoluções diferentes! É fácil de explicar, Sr. Deputado! Agora, se isto fosse essencial ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, as bancadas estão em diálogo uma com a outra! Por favor, permitam que o Sr. Deputado André Bradford possa fazer a sua intervenção.

O Orador: ... para o fulcro dos documentos que estamos aqui a analisar, eu ficava neste debate mais umas horas consigo, Sr. Deputado! Mas isto é perfeitamente acessório! O Senhor já fez aquilo que achava que era engraçado. Eu já esclareci o assunto. Estamos todos, julgo eu, nos Açores, mais tranquilos sobre esta matéria. Percebemos que existem duas Resoluções com o mesmo número. É lamentável? É! Há um problema qualquer na numeração.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: aaahhhh...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O pedido de desculpas devia ter sido logo!

Deputado Paulo Parece (PSD): Um bocadinho de humildade!

O Orador: E sobre a matéria de facto, sobre o que nós propomos na nossa proposta de alteração, não me parece que seja muito relevante, portanto, está tudo esclarecido.

Muito obrigado. Se quiser continuar, esteja à vontade.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu apenas intervenho para, de uma vez por todas, pedir ao... Eu não peço a defesa da honra porque, atendendo ao adiantado da hora...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não tem razões para isso, porque não o ofendi!

Deputado José Ávila (PS): Para defender a honra é preciso tê-la!

O Orador: ... parece-me escusado. Mas eu gostava muito que o Sr. Deputado Bradford, por uma questão de credibilidade, assumisse o seu erro!

Deputado André Bradford (PS): Qual erro?

O Orador: A sua proposta malfeita! Feita com um erro que nos leva para uma Resolução diferente e com uma data que nem sequer existe! E que em vez de me acusar de má-fé, ...

Deputado André Bradford (PS): Má-fé?

O Orador: ... tivesse a hombridade de me pedir desculpa por essa acusação!

Deputado André Bradford (PS): A si?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sim, sim!

O Orador: Por essa acusação espúria!

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor é que evidenciou má-fé!

O Orador: Por essa acusação infundada! E que me leva apenas a pensar que realmente, aquela frase que eu citei esta semana aplica-se a V. Exa. com toda a certeza...

Deputado Miguel Costa (PS): Já não me lembro qual é!

O Orador: ... – “É que quem vence, não importa como vença, nunca conquista mesmo a vergonha!”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para deixar claro que não foi minha intenção, nunca, por em causa mais nada do que a sua boa-fé!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor...

O Orador: E ficou demonstrado, neste debate, que V. Exa. se já sabia que havia este problema e não o referiu na sua primeira intervenção é porque tinha, de facto, outros objetivos que não o esclarecimento! E, portanto, nós estamos sim, preocupados com a correção do documento que aqui vamos aprovar. E, portanto, também deixamos a recomendação de que em redação final...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor perdeu o intervalo...

O Orador: ... se possa corrigir e alterar a data correspondente à Resolução. Essa é que é a questão fundamental aqui! O resto, lá as apreciações que o senhor faça ou não faça sobre a vergonha que eu tenho ou não tenho, não me faz, a propósito deste assunto, muita diferença, Sr. Deputado!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então votar a proposta de aditamento apresentada pelo PS, 39.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Sras. e Srs. Deputados, nós já concluímos a votação e a Sra. Secretária tem de fazer o anúncio da votação!

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 do PSD, 2 do BE, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP e 1 do PCP.

Presidente: Passamos agora para a proposta de aditamento apresentada pelo BE, 39.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 4 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 40.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 41.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo BE ao artigo 42.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 42.º da Proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Nós votamos a proposta de alteração do BE ao artigo 42.º.

Para repetir?

Sras. e Srs. Deputados...

Vamos votar a proposta de alteração do BE ao artigo 42.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 42.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 43.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 do PSD, 2 do BE, 1 do PCP; 4 abstenções do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de eliminação apresentada pelo PCP ao artigo 44.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação do artigo 44.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 2 votos contra do BE; 17 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta de eliminação apresentada pelo PCP ao artigo 45.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: As restantes propostas de alteração para este mesmo artigo ficam todas prejudicadas, porque são todas de igual teor. Por isso passo de imediato à votação o artigo 45.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 17 votos contra do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está à votação o artigo 46.º da Proposta.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era para pedir ao Governo que esclarecesse a bancada do PSD...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as outras?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu ainda posso pedir o intervalo se necessário.

O Orador: ... em relação ao artigo 46.º que diz o seguinte: “os artigos 4.º, 5.º, 6.º, 9.º e 18.º do DLR 35/2002/A, de 21 de novembro, passam a ter a seguinte redação”. Gostava de saber qual é a alteração para o artigo 5.º.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ó Sérgio vai lá! Tu conheces os CAEs todos. Vamos a isso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, foi pedido um esclarecimento.

Não querem ser esclarecidos?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas.

(*) Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há um aqui lapso! Efetivamente o artigo 5.º não tem alteração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais um!?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mais um!

O Orador: Isto são alterações no âmbito das licenças nas gares dos aeroportos e o artigo 5.º não tem qualquer alteração. Há um lapso aqui na escrita.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito rapidamente! Obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para agradecer, de facto, a humildade com que V. Exa. reconheceu o seu erro.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Contente (PS): É uma coisa que o senhor nunca vai ter na vida!

Deputado Paulo Parece (PSD): É o senhor não ter humildade!

Presidente: Vamos então votar o artigo 46.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 17 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 47.º da Proposta.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento, mas estamos a votar o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017, um documento estruturante para a vida dos açorianos e por isso eu gosto de tratar destas coisas com algum cuidado.

Deputado José Ávila (PS): Vai votar contra!

O Orador: Diz a Proposta do Governo para o artigo 47.º o seguinte: “o artigo 42.º do DLR 23/2007/A, de 23 de outubro para a ter a seguinte redação...”. Ora, o DLR 23/A de 2007 tem quatro artigos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está à rasca!

O Orador: E, portanto, eu também sei que certamente é um lapso, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mais um!!

O Orador: ... mas eu gostava que ficasse bem feitinho, que não tivesse sido feito, se calhar, em cima do joelho. Porque o que foi, eventualmente, alterado e gostava que o Governo o esclarecesse para que depois em sede

de redação final ficar, efetivamente, bem-feitinho, é o regulamento anexo ao DLR 23/2007/A. O regulamento anexo, esse sim, tem um artigo 42.º.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Deputado António Almeida (PSD): Está assumido!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dá-se mais tempo a quem precisa!

Presidente: Julgo não haver inscrições.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Certamente da hora... Mas é óbvio que o que se altera é o regulamento! E, portanto, a questão, por uma leitura atenta daquela que é a formulação, quer do ponto de vista da indicação do número do artigo, quer do ponto de vista substantivo, é claro que o que se altera é o regulamento!

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Presidente.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação deste artigo da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós ainda estamos a votar!

Passamos agora para a proposta de alteração apresentada pelo BE ao artigo 48.º.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?...

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os Srs. Deputados sabem, quando foi a questão do petróleo, que eu também pedi um intervalo por V. Exas! Portanto, eu sou aqui uma espécie de “bom samaritano” e, por isso, estou sempre disponível para ajudar todas as bancadas e espero que me ajudem a mim quando eu também tiver essa necessidade, que há de suceder muitas vezes com certeza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não lhe ajudam, se não for eu ninguém lhe ajuda!

O Orador: Mas quero aproveitar esta questão para dizer o seguinte em relação aos estágio pedagógicos: eu fiquei entusiasmado quando comecei a ler este artigo n.º 48, porque, de facto, há uma injustiça tremenda e que é um atraso para o nosso sistema educativo, que tem a ver com o facto de um aluno poder escolher livremente a universidade que quer frequentar, onde quer tirar o curso. Os açorianos têm essa liberdade e quem quer ser professor, evidentemente que não tem qualquer tipo de hipótese de poder vir a ser colocado na Região Autónoma dos Açores, se não realizar o estágio profissional no Açores, na Região Autónoma dos Açores. E eu achei que o Governo Regional aqui o que queria era facilitar, por uma questão de justiça, por uma questão também de reconhecer essa capacidade de mobilidade dos jovens açorianos escolherem a universidade que querem frequentar e eu achei que o Governo Regional estava a seguir este caminho. Mas vejam bem! Diz o seguinte: “poderá ser concedido, pelo departamento do Governo Regional competente em matéria de educação, através da Direção Regional da Educação, apoio destinado a assegurar as despesas inerentes à deslocação do supervisor pedagógico, na unidade orgânica onde

se realiza o estágio concedido”. Até aqui tudo bem! E eu acho esta medida corretíssima! O que é que acontece no ponto n.º 3? É que esse apoio que é concedido, ao final do ano, depois da conclusão do estágio, tem que ser devolvido por parte do aluno! Ou seja, o aluno tem que suportar a despesa da deslocação do supervisor pedagógico, um aluno açoriano que quis realizar o seu estágio nos Açores, tendo frequentado outra universidade que não a Universidade dos Açores! O que eu vos pergunto é: acham isto justo? Acham isto justo?

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Acabou o tempo não é, Sra. Presidente? Eu acho isto algo absolutamente inaceitável para o funcionamento do nosso sistema educativo e inaceitável do ponto de vista de justiça! E, por isso, o que eu proponho é que se elimine o ponto n.º 3 do artigo 48.º.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um documento à câmara)

A alteração é essa! E passamos a ter um sistema muito mais justo para os jovens professores poderem escolher livremente a universidade que querem frequentar.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra para?...

Uma interpelação? Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não sei se é por estar aqui uma maré de enganos, uns reconhecidos, outros nem tanto e eu próprio posso estar enganado naquilo que lhe vou dizer, mas eu creio que a Sra. Presidente não pôs à votação o artigo 47.º.

Presidente: Pus, Sr. Deputado, foi aprovado por unanimidade.

O Orador: Não... Então tem que recuar.

Presidente: Tenho que repetir a votação?

O Orador: Eu próprio disse que provavelmente o engano era meu.

Deputado André Bradford (PS): Aahhh... Isso é grave ou não é grave?

O Orador: Ó Sr. Deputado, eu sou como o Sr. Secretário dos Transportes, assumo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto primeiro se há mais alguma inscrição sobre esta matéria.

Julgo não haver. Então vamos repetir a votação do artigo 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

47.º da Proposta, estamos a repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 17 abstenções do PSD.

Presidente: Muito bem.

Então estávamos na votação das propostas de eliminação do n.º 3 do artigo 48.º, a primeira a colocar à votação é do BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: A proposta do PPM fica prejudicada sendo de igual teor, por isso vamos colocar agora à votação o artigo 48.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

Estamos a votar o artigo 48.º da Proposta.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?...

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** O ponto 3...

Presidente: Seja votado separadamente.

A Oradora: Exatamente.

Presidente: Então, por uma questão de economia de tempo também, eu coloco à votação o n.º 1, o n.º 2 e o n.º 4 do artigo 48.º.

Sras. e Srs. Deputados, nós estamos quase a acabar. Eu peço um pouco mais da vossa colaboração, da vossa paciência e do vosso silêncio para que seja possível ouvir-nos, porque eu também já não consigo falar muito mais alto que isto.

Vamos colocar á votação o n.º 1, o n.º 2 e o n.º 4 do artigo 48.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

N.º 1, o n.º 2 e o n.º 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Agora sim, coloco à votação o n.º 3 do artigo 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 3 do artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 49.º da Proposta.

Sra. Deputada Zuraida Soares, também para votar separado?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, de facto, a hora é para os enganos. Eu solicitava que o ponto 3 e o ponto 4 fossem votados conjuntamente, o ponto 1 e o ponto 2 fossem votados conjuntamente.

Presidente: Mas isso já não é do artigo 49.º!

A Oradora: Não, é no artigo 48.º.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é das coisas mais irracionais que já vi na vida!

Presidente: Então vamos repetir a votação do 48.º.

A Oradora: Vamos, se for possível. Obrigada.

Presidente: Sras. Srs. Deputados, eu agradeço algum silêncio.

Vamos repetir a votação do artigo 48.º, votando em primeiro lugar o n.º 1 e o n.º 2 do artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O n.º 1 e o n.º 2 do artigo 48.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o n.º 3 e o n.º 4 do artigo 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os números 3 e 4 do artigo 48.º foram aprovados com 30 votos a favor do PS; 17 votos contra do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 49.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 50.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

50.º da Proposta.

Peço desculpa. Agora fui eu.

Temos que votar os aditamentos. O primeiro é o do PS, com uma proposta de aditamento 49 – A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; 2 votos contra do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS-PP, artigo 49.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 17 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 50.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 17 votos contra do PSD, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 51.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento apresentada pelo PS, artigo 51.º - A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PCP; 17 votos contra do PSD, 2 do BE; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 52.º da Proposta

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A proposta de alteração para os anexos, apresentada pelo PSD, fica prejudicada, uma vez que o artigo que conferia esta alteração foi rejeitado.

Presidente: Vamos passar então agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global. A Proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017 foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 17 votos contra do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Concluimos assim os nossos trabalhos.

Agradeço aos serviços, às Sras. e aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente do Governo e aos Srs. Membros do Governo, toda a colaboração.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às 15 horas.

Eram 05 horas e 09 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

Luís Carlos Correia Garcia

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

Luís Maurício Mendonça Santos

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

P'lo redator: André Silva